



RELATÓRIO DE GESTÃO

2014



Índice

INTRODUÇÃO	6
PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	9
I. Análise Global do Orçamento.....	10
II. Análise do Orçamento da Receita	15
Receitas Próprias	16
Transferências	21
Passivos Financeiros	22
III. Análise do Orçamento da Despesa	23
Despesas de Funcionamento.....	24
Transferências Correntes.....	31
Investimento Global.....	32
Serviço de Dívida.....	36
IV. Estrutura Orçamental - Rácios	36
PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO.....	38
V. Dívida Municipal	39
Introdução.....	39
Evolução da dívida global	41
Dívida de médio e longo prazo.....	44
Dívida de curto prazo.....	46
Prazo médio de pagamento.....	48
Pagamentos em atraso.....	50
VI. Análise da capacidade de endividamento do Município	51
Entidades relevantes para os limites legais	54
VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).....	60

PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	63
VIII. Balanço	64
Ativo	66
Imobilizado.....	67
Circulante.....	87
Fundos Próprios	90
Passivo.....	91
Acréscimos e Diferimentos - passivo	93
I. Demonstração de Resultados	97
II. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	102
III. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta.....	103
IV. Anexos às Demonstrações Financeiras	107
Introdução.....	107
8.1 Caracterização da Entidade.....	107
8.1.1. Identificação	107
8.1.2. Legislação.....	108
8.1.3. Estrutura organizacional efetiva.....	108
8.1.4. Descrição sumária das atividades	108
8.1.5. Recursos Humanos.....	108
8.1.6. Organização Contabilística	109
8.1.7. Outras informações relevantes	109
8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	110
8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	110
8.2.2. – Comparabilidade	111
8.2.3. – Critérios Valorimétricos	111
8.2.7. – Movimentos do Ativo Imobilizado	112

8.2.8. – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado	114
8.2.12. – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros	114
8.2.14. – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	116
8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	117
8.2.16. - Mapa das entidades participadas	117
8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.....	118
8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança.....	118
8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício	121
8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço.	122
8.2.29. – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	125
8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	126
8.2.32. – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	127
8.3. Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução	127
8.3.1. - Modificações ao Orçamento.....	127
8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal	127
8.3.3. – Outras Informações Relevantes	128
9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico	130

Índice Quadros

Quadro 1 – Orçamento do ano 2014	10
Quadro 2 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita	12
Quadro 3 – Análise do Equilíbrio Orçamental.....	13
Quadro 4 – Receita cobrada bruta versus despesa	14
Quadro 5 – Estrutura Geral da Receita.....	15
Quadro 6 - Receitas Próprias.....	16
Quadro 7 – Impostos Diretos	18
Quadro 8 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades	19
Quadro 9 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	20
Quadro 10 – Rendimentos de Propriedade	21
Quadro 11 - Transferências	21
Quadro 12 – Transferências e Comparticipações	22
Quadro 13 - Estrutura Geral da Despesa	23
Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento	24
Quadro 15 – Despesa com o Pessoal	26
Quadro 16 – Aquisição de Bens	29
Quadro 17 – Aquisição de Serviços.....	30
Quadro 18 – Outros Serviços.....	31
Quadro 19 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios.....	32
Quadro 20 – Investimento Global	33
Quadro 21 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2014	34
Quadro 22 – Transferências de Capital	35
Quadro 23 – Evolução do Serviço da Dívida	36
Quadro 24 - Rácios	37
Quadro 25 – Evolução da Dívida	42
Quadro 26 – Dívida de Médio e Longo Prazo.....	44
Quadro 27 – Dívida de Curto Prazo.....	47
Quadro 28 – Prazo Médio de Pagamentos.....	49
Quadro 29 – Dívida do Município com as participadas 2013	53
Quadro 30 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2013.....	53
Quadro 31 – Limites para 2014.....	53
Quadro 32 – Entidades Participadas	56
Quadro 33 – Apuramento da Dívida Total	57
Quadro 34 – Posição do grupo municipal.....	58
Quadro 35 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2014.....	59
Quadro 36 – Limites para 2015.....	59
Quadro 37 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético.....	64
Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Percentagem	65
Quadro 39 – Evolução do Imobilizado Líquido	67
Quadro 40 – Investimentos Financeiros	69

Quadro 41 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis.....	69
Quadro 42 – Abates Bens Móveis	72
Quadro 43 – Amortizações do Exercício - Variação	74
Quadro 44 – Ativo Bruto – Bens Móveis.....	75
Quadro 45 – Terrenos e Recursos Naturais	77
Quadro 46 – Outras Construções e Infraestruturas.....	78
Quadro 47 – Edifícios e outras construções	78
Quadro 48 – Diminuições de Imóveis	79
Quadro 49 – Abates – Bens Imóveis	79
Quadro 50 – 44.2.1. - Terrenos e Recursos Naturais.....	80
Quadro 51 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas	80
Quadro 52 – 44.2.2.1.06 - Escolas	80
Quadro 53 – 44.2.2.1.08 – Outros Edifícios.....	81
Quadro 54 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares.....	81
Quadro 55 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins	81
Quadro 56 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural.....	82
Quadro 57 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito.....	82
Quadro 58 – 44.2.2.2.11 - Cemitérios.....	82
Quadro 59 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas	83
Quadro 60 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água	84
Quadro 61 – 44.2.2.12.02 - Redes de Saneamento e Esgotos.....	84
Quadro 62 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso	85
Quadro 63 – 44.2.5 - Ferramentas e Utensílios.....	85
Quadro 64 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.....	85
Quadro 65 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins	86
Quadro 66 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais	86
Quadro 67 – Ativo Circulante	87
Quadro 68 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo	89
Quadro 69 – Estrutura do Passivo	92
Quadro 70 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo	93
Quadro 71 – Obras Financiadas	95
Quadro 72 – Demonstração de Resultados.....	97
Quadro 73 – Estrutura dos Custos/Proveitos	98
Quadro 74 – Indicadores Financeiros	100
Quadro 75 - Rácios	101
Quadro 76 – Obras Por Administração Direta	105
Quadro 77 – Custos da Biblioteca Municipal	106
Quadro 78 – Custos do Museu do Papel.....	106

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada.....	11
Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada.....	11
Gráfico 3 - Evolução da Receita	15
Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias	17
Gráfico 5 - Composição das Receitas Próprias	17
Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos	18
Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades	19
Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa	23
Gráfico 9 – Composição da Despesa de Funcionamento	25
Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente	25
Gráfico 11 – Evolução da Dívida Global	42
Gráfico 12 – Dívida Total.....	43
Gráfico 13 – Dívida de Médio e Longo Prazo	46
Gráfico 14 – Evolução da Dívida de Curto Prazo	47
Gráfico 15 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos.....	49
Gráfico 16 – Evolução dos Pagamentos em atraso	50
Gráfico 17 – Dívida Total do grupo municipal.....	58
Gráfico 18 – Estrutura e Evolução da Autarquia.....	66
Gráfico 19 – Estrutura do Ativo	67
Gráfico 20 – Evolução do Imobilizado Líquido.....	68
Gráfico 21 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis	70
Gráfico 22 - Abates.....	71
Gráfico 23 – Amortizações do Exercício	75
Gráfico 24 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis	76
Gráfico 25 – Distribuição do Aumento 2013-2014.....	76
Gráfico 26 – Ativo Circulante.....	88
Gráfico 27 – Peso dos Fundos Próprios	90
Gráfico 28 – Distribuição dos Fundos Próprios	90
Gráfico 29 – Estrutura do Passivo	91

INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”

“Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”.

Tribunal de Contas

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

O presente Relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2014, sendo elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas.

Uma vez que com a atual agenda da política económica permanece a necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos, e pese embora o contexto de rigor económico-financeiro que tem caracterizado os últimos tempos, o Município de Santa Maria da Feira tem modelado a sua ação estratégica tendo como principais vetores, o controlo da dívida e a sustentabilidade das finanças públicas locais, procurando em simultâneo assegurar melhores serviços e melhor qualidade de vida à população feirense.

Com efeito, assinala-se com particular satisfação que a dívida global do Município entre o ano 2013 e o ano 2014 sofreu uma redução de 4.292.928,56€. É de facto um indicador de comprovado sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No domínio da dívida de curto prazo, apraz também registar o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, bem como a melhoria significativa do seu prazo médio de pagamento, que no final da gerência de 2014 se fixou em 27 dias. Trata-se de mais um indicador que bem testemunha a ação do Município ao nível da boa gestão financeira do seu orçamento.

Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 90,20%, sendo que a receita corrente cobrada foi de 52.736.297,81€, ou seja, foi executada em 103,40%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2014.

Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 16.464.495,35 € e a diminuição do passivo de médio e longo prazo em 2014 no montante de 8.573.674,72€.

O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- na primeira parte insere-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- na segunda parte é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e uma análise de monitorização ao programa de apoio à economia local (PAEL);
- na terceira parte é introduzida a análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Finaliza-se a presente nota introdutória com uma breve referência ao contributo do Município de Santa Maria da Feira para a consolidação orçamental das finanças públicas, cuja performance nos últimos anos está comprovada com os resultados obtidos, designadamente ao nível da evolução da dívida.

Conclui-se assim do rigor financeiro e de gestão, visivelmente patentes nos dados contidos no presente relatório.

PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

I. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 1 – Orçamento do ano 2014

	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	50.984.195,00 €	50.984.195,00 €	- €	52.736.297,81 €	103,44%
Receitas Capital	22.147.380,00 €	20.152.282,53 €	- 1.995.097,47 €	11.083.283,07 €	55,00%
Outras Receitas	- €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.462,10 €	146,21%
Saldo da Gerência Anterior	- €	3.295.542,83 €	3.295.542,83 €	3.295.542,83 €	100,00%
Total	73.131.575,00 €	74.433.020,36 €	1.301.445,36 €	67.116.585,81 €	90,17%
Despesas Correntes	42.369.013,00 €	44.284.076,36 €	1.915.063,36 €	37.232.663,94 €	84,08%
Despesas Capital	30.762.562,00 €	30.148.944,00 €	- 613.618,00 €	20.190.111,61 €	66,97%
Total	73.131.575,00 €	74.433.020,36 €	1.301.445,36 €	57.422.775,55 €	77,15%

Do observado do quadro anterior resulta que o total do Orçamento inicial aprovado para o ano de 2014 foi de 73.131.575,00€, sendo o total da receita líquida cobrada de 67.116.585,81€ e o total da despesa executada de 57.422.775,55€.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 103,44%, o que significa que para uma previsão final de 50.984.195,00€ se atingiu uma execução de 52.736.297,81€ que traduz um desvio positivo de 1.752.102,81€, sobretudo devido à influência da rubrica Impostos Diretos;

- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 20.152.282,53€ atingiu-se uma execução de 11.083.283,07€, representando um desvio de (-) 9.068.999,46€;

correspondendo a uma taxa de execução 55%, Esta situação deve-se essencialmente à não arrecadação efetiva dos montantes dos fundos comunitários.

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 77,15%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 84,08%, e 66,97%, do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes que mais contribuem para a execução orçamental.

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada

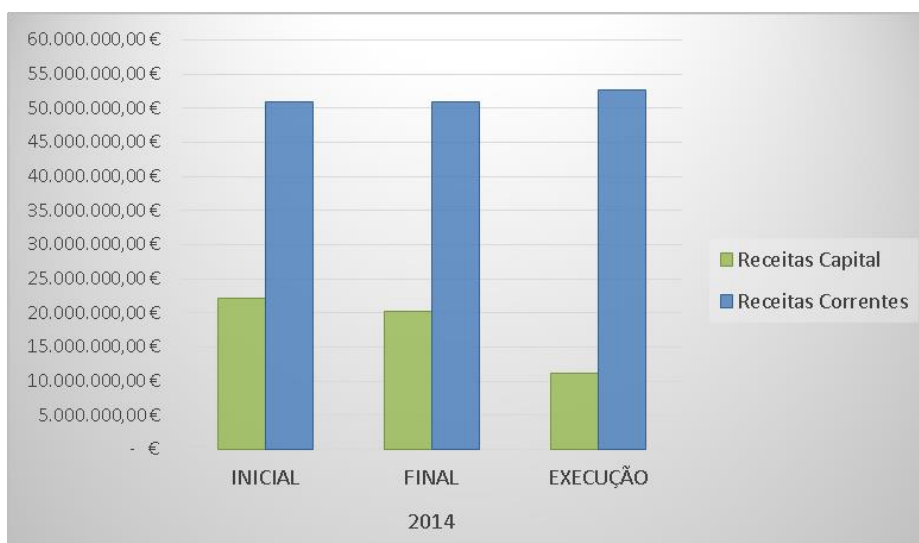
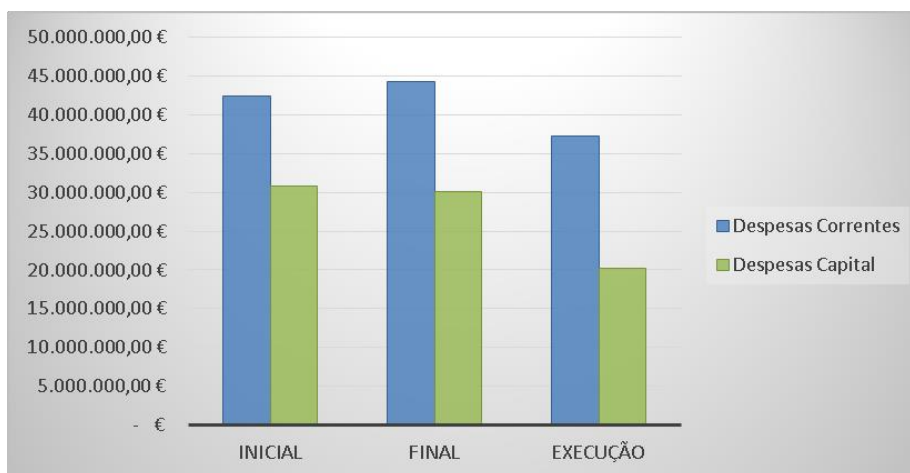


Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



O reforço do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

Quadro 2 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita

Descrição	Reforço	Diminuições
Transferências Capital - Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - FEDER		1 994 097,47 €
Saldo da Gerência Anterior	3 295 542,83 €	
Total	3 295 542,83 €	1 994 097,47 €

Aquando da elaboração do orçamento de 2014, o financiamento da empreitada “Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua (CCTAR)” atingia o montante de 4.285.260,24€ com homologação do financiamento datado de 28/10/2010 e contrato assinado em 02/02/2011.

Contudo, dada a reprogramação efetuada quer à obra, quer à candidatura, esta empreitada deixou de ser comparticipada no montante atrás identificado, e passou a ser comparticipado no montante de 2.291.162,77€, reprogramação esta aprovada pela comissão diretiva do ON2 a 12 de setembro de 2014 com contrato assinado na mesma data.

Com efeito, e dado que o montante em causa foi materialmente relevante (1.994.097,47€) houve necessidade de se realizar em baixa uma revisão orçamental neste montante, quer do lado da receita quer do lado da despesa, nomeadamente no PPI, de forma a se ajustar à realidade orçamental.

Equilíbrio Orçamental

No artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental “, prevê o seguinte:

“ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. “.

Por sua vez, no art. 83º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de “ Disposições finais e transitórias “, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que :

“ Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. “.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Quadro 3 – Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes arrecadadas	53 120 952,69 €
Despesas correntes pagas	37 232 663,94 €
Saldo corrente	15 888 288,75 €
Amortizações médias para o ano de 2014	4 943 764,26 €
Equilíbrio orçamental	10 944 524,49 €

Da análise, podemos atestar que o Município cumpre sobejamente o novo conceito de equilíbrio orçamental.

Saldo Orçamental

É fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permitem efetuar uma abordagem melhor dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na base de caixa (recebimentos/pagamentos) ou o saldo na base dos compromissos. Apesar do primeiro saldo ser o mais utilizado, considera-se a abordagem na ótica financeira (compromissos), na área dos reais fluxos económicos, a mais correta (receitas liquidadas versus compromissos assumidos).

Quadro 4 – Receita cobrada bruta versus despesa

	Despesa comprometida	Despesa paga
Receita corrente	53.120.952,69 €	53.120.952,69 €
Saldo da gerência anterior + reposições	3.297.004,93 €	3.297.004,93 €
Despesa corrente	39.388.656,21 €	37.232.663,94 €
Saldo Corrente	17.029.301,41 €	19.185.293,68 €
Receita de capital	11.083.283,07 €	11.083.283,07 €
Despesa de capital	26.434.965,71 €	20.190.111,61 €
Saldo de capital	- 15.351.682,64 €	- 9.106.828,54 €
Receitas totais	67.501.240,69 €	67.501.240,69 €
Despesas totais	65.823.621,92 €	57.422.775,55 €
Saldo orçamental	1.677.618,77 €	10.078.465,14 €
Ativos financeiros receita	0	0
Ativos financeiros despesa	0	0
Passivos financeiros receita	0	0
Passivos financeiros despesa	4.673.176,75 €	4.673.176,75 €
Receitas-AF-PF	67.501.240,69 €	64.204.235,76 €
Despesa-AF-PF	61.150.445,17 €	52.749.598,80 €
Saldo global ou efetivo	6.350.795,52 €	11.454.636,96 €
Juros	1.457.260,43 €	1.433.499,17 €
Saldo Primário	7.808.055,95 €	12.888.136,13 €

Como se pode constatar no quadro supra, o saldo primário do Município registou excedentes, quer na ótica financeira (7.808.055,95€) quer na ótica caixa (12.888.136,13€), sendo que, este resultado é um dos principais indicadores da recuperação da capacidade orçamental do Município.

II. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 67.501.240,69€, sendo que a arrecadação de receitas líquidas correntes foi de 52.736.297,81€, o que corresponde a uma taxa de execução de 103,4% face ao previsto.

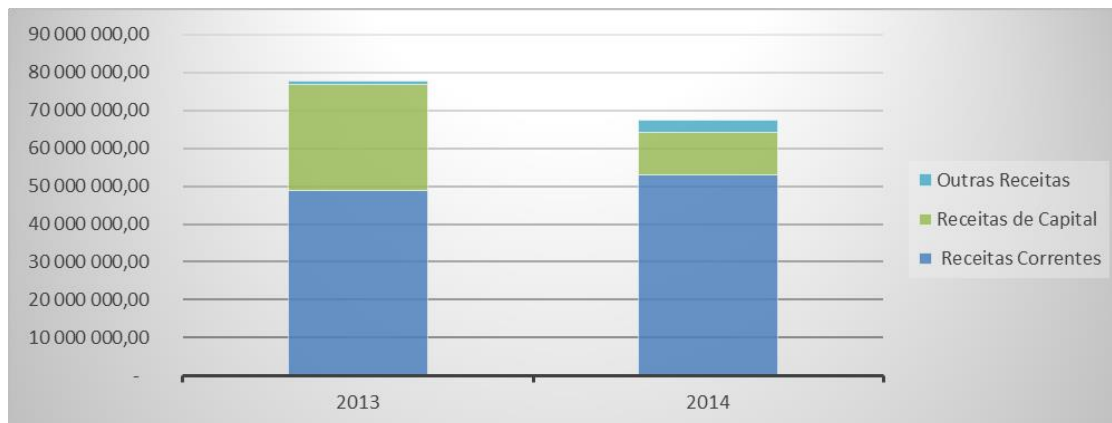
A arrecadação de receitas líquidas de capital foi de 11.083.283,07€, correspondente a uma taxa de execução de 55%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

Quadro 5 – Estrutura Geral da Receita

Tipo	2013		2014				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	48.833.669,18 €	62,72%	50.984.195,00 €	50.984.195,00 €	52.736.297,81 €	78,57%	103,44%
Capital	28.141.741,78 €	36,14%	22.147.380,00 €	20.152.282,53 €	11.083.283,07 €	16,51%	55,00%
Outras Receitas	886.995,57 €	1,14%		3.296.542,83 €	3.297.004,93 €	4,91%	100,01%
Total	77.862.406,53 €	100,00%	73.131.575,00 €	74.433.020,36 €	67.116.585,81 €	100,00%	90,17%

Gráfico 3 - Evolução da Receita



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos

Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe, excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

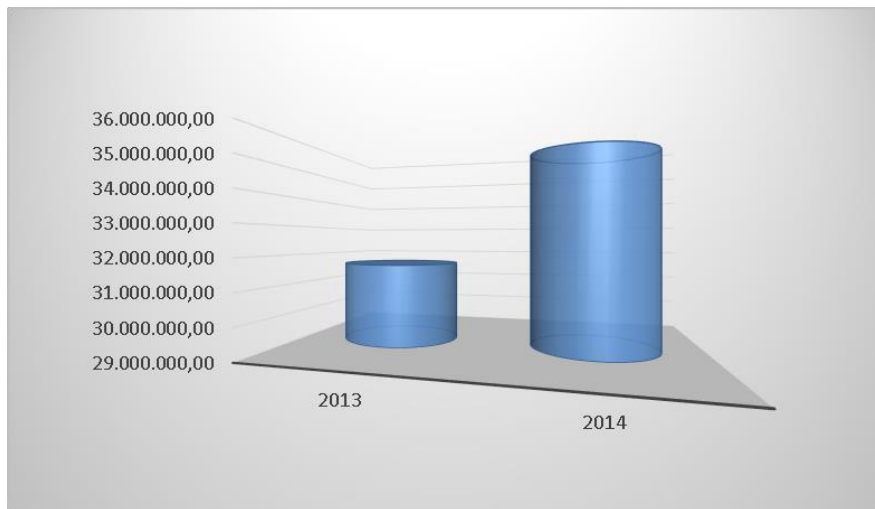
As receitas próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguintes espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 6 - Receitas Próprias

	2013	2014	Variação 2013/2014	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	23.446.013,16 €	24.778.182,04 €	5,68%	70,12%	46,99%	36,92%
Impostos Indirectos	173.500,75 €	147.347,03 €	-15,07%	0,42%	0,28%	0,22%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.657.727,07 €	1.327.657,38 €	-19,91%	3,76%	2,52%	1,98%
Rendimento de Propriedade	2.192.681,00 €	2.869.377,89 €	30,86%	8,12%	5,44%	4,28%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	3.213.403,45 €	5.123.361,12 €	59,44%	14,50%	9,72%	7,63%
Outras Receitas Correntes	577.995,74 €	392.225,09 €	-32,14%	1,11%	0,74%	0,58%
Total	31.261.321,17 €	34.638.150,55 €	10,80%	98,02%	65,68%	51,61%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	426.907,17 €	700.801,50 €	64,16%	1,98%	1,33%	1,04%
Total	426.907,17 €	700.801,50 €	64,16%	1,98%	1,33%	1,04%
Total das Receitas Próprias	31.688.228,34 €	35.338.952,05 €	11,52%	100,00%	67,01%	52,65%
Total das Receitas Correntes	48.833.669,18 €	52.736.297,81 €	7,99%	-	100,00%	78,57%
Total de Receitas	77.862.406,53 €	67.116.585,81 €	-13,80%	-	-	100,00%

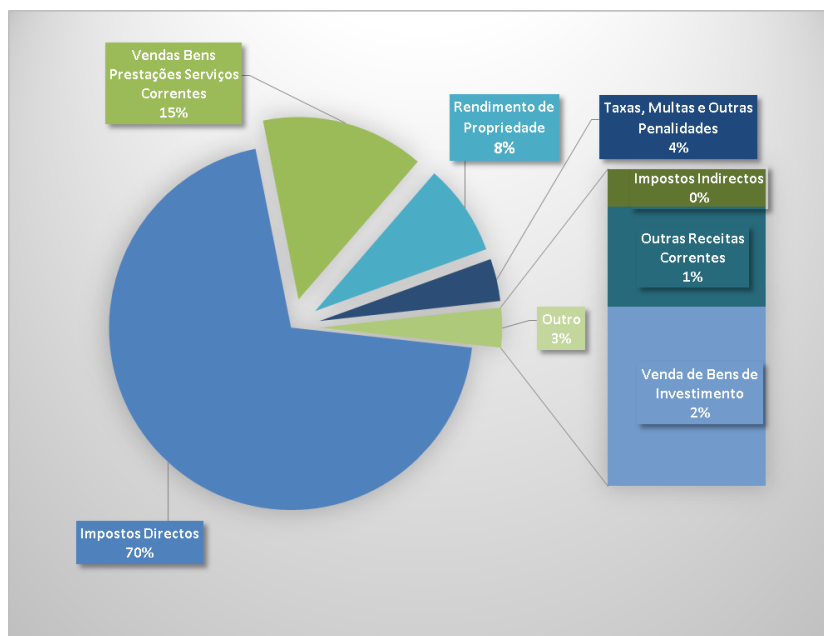
Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias subiram 11,52% em relação ao ano anterior.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

Gráfico 5 - Composição das Receitas Próprias



Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 70%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes (15%) e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 8%.

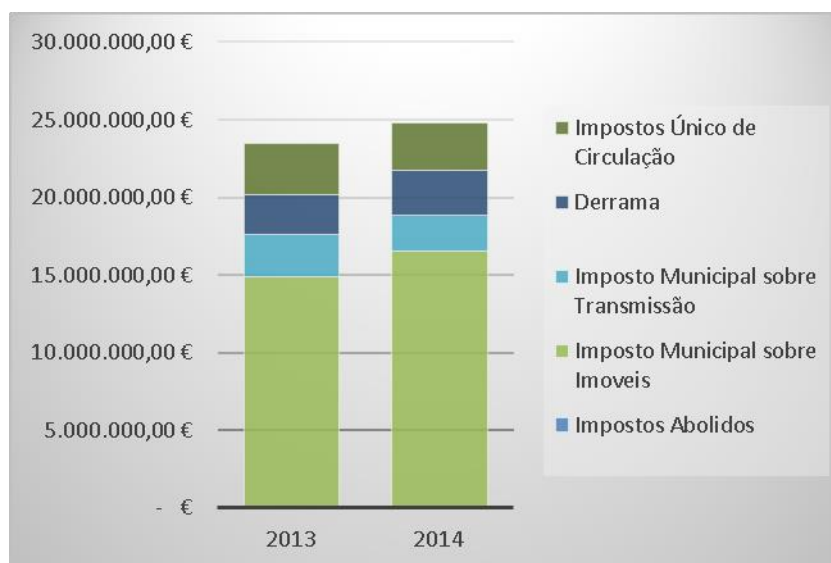
Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

Impostos Diretos

Quadro 7 – Impostos Diretos

	2013	2014	Varição (2013/2014)
Impostos Abolidos	19.956,66 €	8.904,12 €	-55,38%
Imposto Municipal sobre Imoveis	14.868.991,81 €	16.503.039,88 €	10,99%
Imposto Municipal sobre Transmissão	2.701.494,87 €	2.347.306,03 €	-13,11%
Derrama	2.563.202,64 €	2.884.026,48 €	12,52%
Impostos Único de Circulação	3.292.367,18 €	3.034.905,53 €	-7,82%
	23.446.013,16 €	24.778.182,04 €	5,68%

Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos



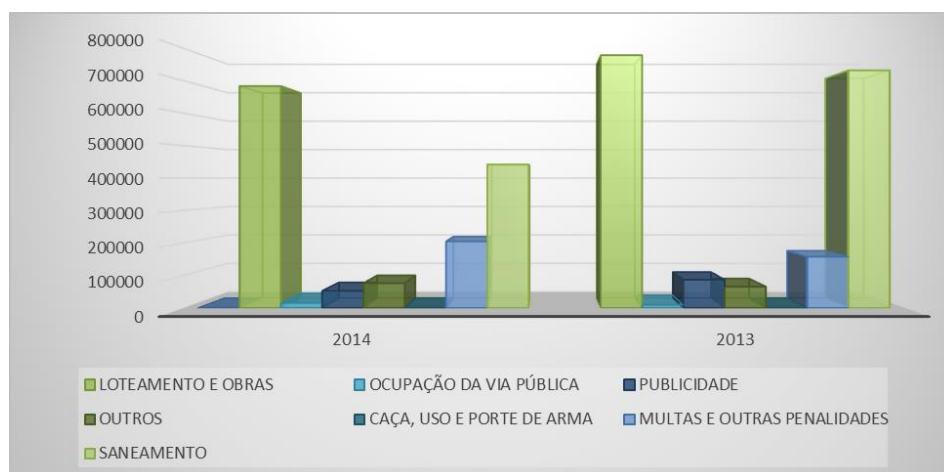
Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e o IUC – Imposto Único de Circulação.

Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 8 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades

	2013	2014		Taxa de Execução	Variação 2013/2014
	Execução	Previsão	Execução		
LOTEAMENTO E OBRAS	778.254,35 €	1.252.144,00 €	683.024,28 €	54,55%	-12,24%
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	9.827,96 €	10.156,00 €	15.841,74 €	155,98%	61,19%
PUBLICIDADE	87.016,98 €	156.804,00 €	52.569,98 €	33,53%	-39,59%
OUTROS	65.552,41 €	54.829,00 €	76.188,05 €	138,96%	16,22%
CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	362,51 €	423,00 €	352,44 €	83,32%	-2,78%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	157.771,97 €	124.877,00 €	204.999,78 €	164,16%	29,93%
SANEAMENTO	731.537,94 €	800.061,00 €	442.028,14 €	55,25%	-39,58%
Total	1.830.324,12 €	2.399.294,00 €	1.475.004,41 €	61,48%	-19,41%

Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2014, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.475.004,41€, sendo a sua componente mais representativa os loteamentos e obras e, de seguida a receita da rubrica saneamento.

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Quadro 9 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

	2013		2014		Variação 2013/2014
	Execução	Previsão	Execução	Taxa de Execução	
Venda de Bens	7.659,68 €	2.075,00 €	2.352,49 €	113,37%	-69,29%
Prestação Serviços Diversos					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	46.683,17 €	59.908,00 €	55.484,49 €	92,62%	18,85%
Serviços Específicos das Autarquias	2.765.180,73 €	3.343.239,00 €	4.710.036,72 €	140,88%	70,33%
Outros	1.800,00 €	2.510,00 €	108,24 €	4,31%	-93,99%
Sub-total	2.813.663,90 €	3.405.657,00 €	4.765.629,45 €	139,93%	69,37%
Rendas e Alugueres	392.079,87 €	382.675,00 €	355.379,18 €	92,87%	-9,36%
Total	3.213.403,45 €	3.790.407,00 €	5.123.361,12 €	135,17%	59,44%

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2014 fixou-se em 5.123.361,12€, acima do executado no ano anterior em 1.909.957,67€.

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreendem vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (3.074.310,45€), saneamento (757.281,29€), refeições escolares (543.606,55€), transportes escolares (109.123,34€), transportes coletivos de pessoas (132.972,37€), e outros.

Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 2.869.377,89€ (101,72%) e titulam 8,19% das Receitas Próprias do Município. De referir, que a variação positiva de 32,87% na arrecadação da renda da concessão da EDP deve-se ao facto da renda do 4º trimestre de 2013 só ter dado entrada nos serviços municipais em janeiro de 2014.

O quadro abaixo reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.

Quadro 10 – Rendimentos de Propriedade

	2013	2014		Taxa de Execução	Variação 2013/2014
	Execução	Previsão	Execução		
Juros - Sociedades Financeira	3.681,96 €	22.512,00 €	69.678,90 €	309,52%	1792,44%
Dividendos e Participações nos Lucros	125.925,10 €	75.438,00 €	74.840,06 €	99,21%	-40,57%
Rendas					
Concessão da EDP	1.949.327,16 €	2.599.103,00 €	2.590.005,74 €	99,65%	32,87%
Concessão da Indáqua	85.774,82 €	85.775,00 €	85.774,82 €	100,00%	0,00%
Terrenos	27.971,96 €	25.810,00 €	29.955,00 €	116,06%	7,09%
Outros	- €	12.115,00 €	19.123,37 €	157,85%	-
Total	2.192.681,00 €	2.820.753,00 €	2.869.377,89 €	101,72%	30,86%

Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências efetuadas em 2013 e 2014.

Quadro 11 - Transferências

	Execução		Taxa de Variação %
	2013	2014	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Estado	14.814.022,00 €	17.928.503,95 €	21,02%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	92.246,78 €	151.043,31 €	63,74%
Sub-total	14.906.268,78 €	18.079.547,26 €	21,29%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
Estado	3.007.570,04 €	2.290.953,84 €	-23,83%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	10.966.384,90 €	7.652.921,55 €	-30,21%
Sub-total	13.973.954,94 €	9.943.875,39 €	-28,84%
TOTAL	28.880.223,72 €	28.023.422,65 €	-2,97%

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2014 um decréscimo de cerca de 3.254.666,82€. Em contrapartida as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um aumento de 2.397.865,75€.

Quadro 12 – Transferências e Comparticipações

Transferências e Comparticipações	Montante
Transferências correntes	
Administração Central_ Estado_Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	151 043,31 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CANDIDATURA EDV DIGITAL 2.0 (SAMAJ)PEDIDO PAG.PTRI2\FEDER_04-0126-FEDER-037343	2 509,20 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000226 CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR DE ARRAIAL, SANGUEDO	14 761,34 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000347 - CENTRO ESCOLAR DE VALRICO, SOUTO	36 555,06 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CENTRO ESCOLAR CHÃO DO MONTE\10-0144-FEDER-000097	13 293,95 €
P.O.P.H._Programa Operacional do Potencial Humano_CANDIDATURA N.º059614/2011/72, 7.2-PLANOS PARA A IGUALDADE	15 494,90 €
AGÊNCIA NACIONAL PARA OS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS SÓCRATES E LEONARDO DA VINCI_PROGRAMA DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (PROALV) PROGRAMA SECTORIAL COMENIUS-PARCEIRIAS	25 660,00 €
REGIO 2013, CONTRATO FINANCEIRO N.º2013-1-TR1-COM13-48782 2	
DAAF-NORTE - INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P._VERBA REFERENTE A APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS GABINETES TECNICOS FLORESTAIS	16 820,72 €
P.O.P.H._Programa Operacional do Potencial Humano_QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LOCAL, CANDIDATURA N.º096503/2013/34\FUNDO SOCIAL EUROPEU	10 816,06 €
AREA METROPOLITANA DO PORTO_PROGRAMA METROPOLITANO DE EMERGENCIA SOCIAL DA AMP\ARTIGO 67.º, N.º1, ALINEA b)-ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 SETEMBRO	14 575,00 €
DGPC - DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL_PROJECTO APROVADO PROMUSEUS	557,08 €
Transferências capital	
Administração Central_ Estado_Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	7 652 921,55 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000278- CENTRO ESCOLAR DE SOUTO, NOGUEIRA DA REGEDOURA	48 679,68 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._REABILITAÇÃO GESTÃO ACTIVA CORREDOR ECOLOGICO RIO UIMA-NORTE-09-0230-FEDER-000075	294 568,59 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000096 - CENTRO ESCOLAR S. DOMINGOS ARGONCILHE	1 229,39 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000103-CENTRO ESCOLAR IGREJA, LOBÃO	54 857,98 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000098, CENTRO ESCOLAR IGREJA, LOUROSA	51 189,19 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000226 CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR DE ARRAIAL, SANGUEDO	23 341,07 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CENTRO ESCOLAR CHÃO DO MONTE\10-0144-FEDER-000097	68 934,83 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000313- CENTRO ESCOLAR DE ESPARGO	6 086,82 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000300-CENTRO ESCOLAR S.JOÃO VER	492 039,93 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000347 - CENTRO ESCOLAR DE VALRICO, SOUTO	37 532,00 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CRIAÇÃO ESCOLA BASICA DE SANTA MARIA DA FEIRA, OPERAÇÃO NORTE-10-0197-FEDER-000005	2 533 767,64 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._AMPLIAÇÃO MUSEU CONVENTO LOIOS, OPERAÇÃO NORTE-09-0347-FEDER-000174	303 218,46 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._VIA FEIRA NOVA-1.* FASE DA VIA CIRCULAR A CIDADE, OPERAÇÃO NORTE-10-0350-FEDER-000029	68 514,22 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-08-0369-FEDER-000013, CENTRO CRIAÇÃO DE TEATRO E ARTES DE RUA-CCTAR	244 554,36 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO NORTE-10-0144-FEDER-000503- CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CANEDO	879 766,71 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._TEC ESCOLAS EDV OPERAÇÃO NORTE-07-0666-FEDER-000018	81 104,26 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÃO TURISTICA DE STª MARIA DA FEIRA OPERAÇÃO NORTE-08-0169-FEDER-000106	36 996,04 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._CANDIDATURA EDV DIGITAL 2.0 (SAMAJ)PEDIDO PAG.PTRI2\FEDER_04-0126-FEDER-037343	255 339,52 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._RECUPERAÇÃO DAS PEDREIRAS DE LOUROSA, OPERAÇÃO NORTE-09-0138-FEDER-000005\FEDER	545 976,69 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._OPERAÇÃO POVOT-12-0154-FCOES-000060 REDES DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS DAS BACIAS LAJE E CASTER\FUNDO COESÃO	1 388 099,08 €
I.F.A.P._Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca_QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL - CALDAS RIVERNATURA\PRODER	35 886,89 €
P.O.V.T._Programa Operacional Temático Valorização do Território_OPERAÇÃO POVOT-15-0353-FEDER-000128, CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE FIÃES	201 238,20 €

Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art. 4.º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Nesta conformidade durante a gerência de 2014, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, foi contratualizado um empréstimo bancário de curto prazo no montante de 2.000.000,00€, com a instituição Santander Totta, contudo, o mesmo não foi

utilizado, pelo que não teve impacto quer a nível orçamental, quer a nível patrimonial. Além deste, não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de médio e/ou longo prazo.

III. Análise do Orçamento da Despesa

Perante um contexto de fortes limitações financeiras, o Município procurou reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

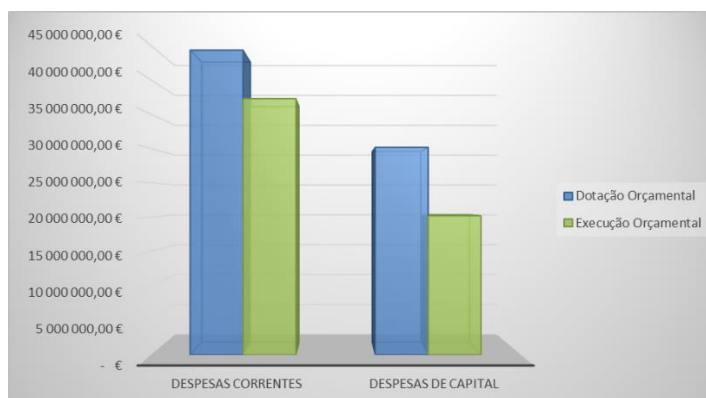
No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição e bens e serviços, transferências, etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento.

No quadro e gráfico abaixo inseridos, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2014.

Quadro 13 - Estrutura Geral da Despesa

	Dotação inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	42.369.013,00 €	44.284.076,36 €	37.232.663,94 €	64,84%	84,08%
Despesas de Capital	30.762.562,00 €	30.148.944,00 €	20.190.111,61 €	35,16%	66,97%
Total	73.131.575,00 €	74.433.020,36 €	57.422.775,55 €	100,00%	77,15%

Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa



A despesa paga no exercício de 2014 representou uma taxa de execução de 77,15% atingindo o montante de 57,4 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

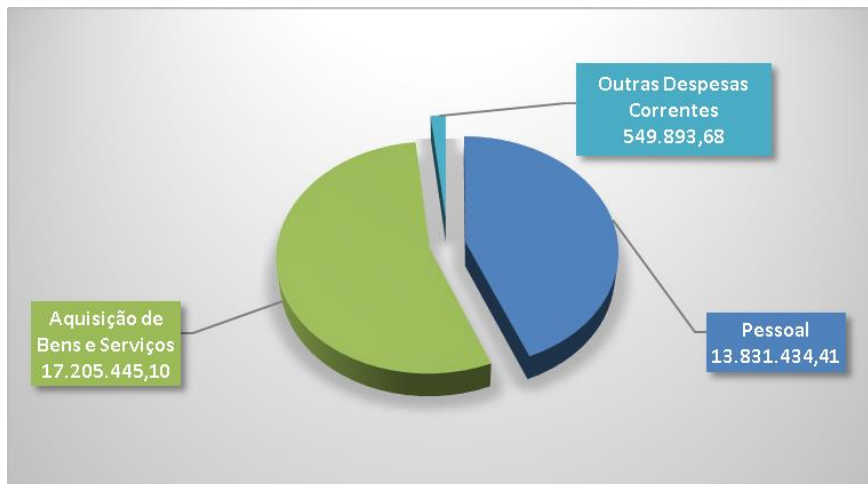
Quadro 14 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento

	2013				2014			
	Despesa Realizada		%Desp Corrente	%Desp Total	Despesa Realizada		%Desp Corrente	%Desp Total
Valor	%Desp Func	Valor			%Desp Func			
Pessoal	13.985.525,47 €	36,16%	30,11%	18,76%	13.831.434,41 €	43,79%	37,15%	24,09%
Aquisição de Bens e Serviços	24.286.083,55 €	62,79%	52,29%	32,57%	17.205.445,10 €	54,47%	46,21%	29,96%
Outras Despesas Correntes	405.920,86 €	1,05%	0,87%	0,54%	549.893,68 €	1,74%	1,48%	0,96%
Total Desp Funcionamento	38.677.529,88 €	100,00%	83,27%	51,87%	31.586.773,19 €	100,00%	84,84%	55,01%
Total Despesas Correntes	46.448.264,67 €	-	100,00%	62,29%	37.232.663,94 €	-	100,00%	64,84%
TOTAL	74.566.863,70 €	-	-	100,00%	57.422.775,55 €	-	-	100,00%

No ano de 2014 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 31.586.773,19€, sendo a rubrica de aquisição de bens e serviços a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento 54,47% e representa 46,21% das despesas correntes.

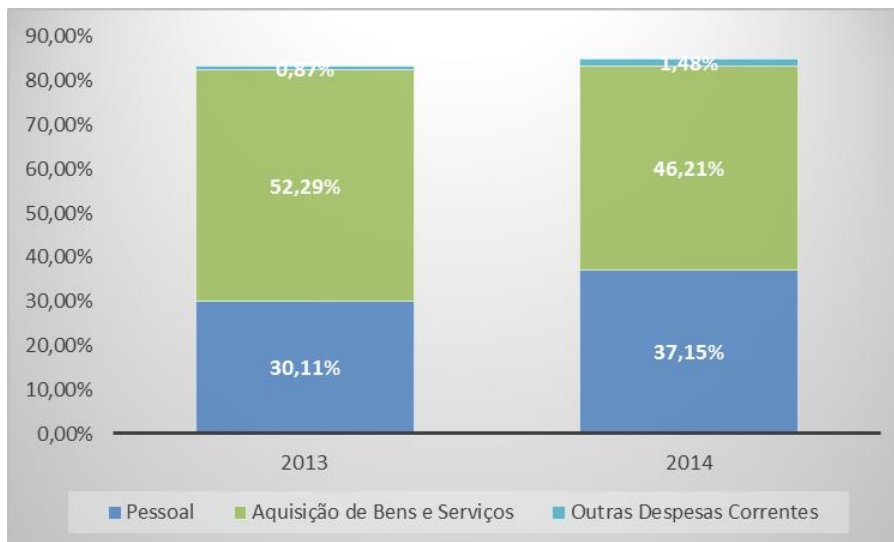
Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2014.

Gráfico 9 – Composição da Despesa de Funcionamento



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 84,84% e 55,01%, respetivamente.

Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 37% das despesas correntes, 44% das despesas de funcionamento e em cerca de 24% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O quadro que se segue espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 15 – Despesa com o Pessoal

DESPESAS COM O PESSOAL	2013	2014	Varição
Remunerações membros Órgãos Autárquicos	167.426,03 €	236.331,84 €	41,16%
TITULARES DE ÓRGÃO DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUTÁRQUICOS	167.426,03 €	236.331,84 €	41,16%
Remunerações do Pessoal	8.158.190,22 €	8.028.324,67 €	-1,59%
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	7.244.474,35 €	7.051.724,75 €	-2,66%
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	525.950,38 €	460.066,10 €	-12,53%
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	- €	- €	
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	17.881,93 €	46.272,30 €	158,77%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	245.050,47 €	348.624,70 €	42,27%
REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	124.833,09 €	121.636,82 €	-2,56%
Suplementos de Remuneração	2.546.504,91 €	2.414.123,77 €	-5,20%
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	798.096,71 €	745.925,26 €	-6,54%
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	1.501.688,37 €	1.409.311,34 €	-6,15%
REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DIRIGENTE	92.655,30 €	93.627,36 €	1,05%
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	68.872,49 €	60.129,01 €	-12,70%
AJUDAS DE CUSTO	10.679,04 €	7.614,21 €	-28,70%
ABONO PARA FALHAS	3.752,79 €	4.029,62 €	7,38%
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	46.834,08 €	42.653,93 €	-8,93%
INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	23.926,13 €	50.833,04 €	112,46%
Prestações Sociais Diretas	51.868,57 €	51.856,75 €	-0,02%
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	51.868,57 €	51.856,75 €	-0,02%
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	- €	- €	
Outros Custos com Pessoal	1.027.742,87 €	815.785,31 €	-20,62%
ENCARGOS COM A SAÚDE	866.927,26 €	640.268,42 €	-26,15%
SEGUROS	91.909,38 €	75.052,67 €	-18,34%
OUTRAS PENSÕES	68.906,23 €	100.464,22 €	45,80%
Encargos sobre remunerações	2.033.792,87 €	2.285.012,07 €	12,35%
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.033.792,87 €	2.285.012,07 €	12,35%
TOTAL	13.985.525,47 €	13.831.434,41 €	-1,10%

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 13.831.434,41€, isto é, menos 154.091,06€ que em 2013, o que representa um decréscimo de 1,1%, face ao ano anterior.

Como se verifica, o subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2014 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 58,04%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2014 representaram 50,98% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7,05 milhões de euros, tendo-se verificado a redução nesta rubrica de 2,66%, comparativamente ao ano de 2013, situação que reflete as medidas de contenção em matéria de recrutamento.

Os encargos com segurança social e caixa geral de aposentações absorveram 16,52% do total das despesas com pessoal, correspondendo a 2.285 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 4,63% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 640 mil euros, representando um decréscimo do valor pago (26,15%) comparativamente ao mesmo período do ano de 2013.

Constatou-se uma diminuição do valor pago em ajudas de custo, em aproximadamente 28,70%, relativamente ao valor do ano de 2013.

No ano de 2014, foram gastos 60.129,01€ em trabalho extraordinário tendo-se verificado um decréscimo de cerca de 12,70% no valor pago nesta rubrica, comparativamente ao período homólogo ao ano transato, situação que se justifica em larga medida pelo decréscimo das percentagens a aplicar ao valor hora.

Limites legais das despesas com pessoal

1. A LOE para o ano de 2014, determinou a continuidade do definido pela LOE 2012, no respeito às reduções das remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores, contudo este diploma veio introduzir novas regras nesta matéria, aplicando uma taxa de redução progressiva, as quais vigoraram de Janeiro a Maio de 2014, altura em que o tribunal Constitucional decretou a inconstitucionalidade desta norma:

- Às remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a € 675 e inferiores a € 2.000, era aplicável uma taxa progressiva de redução que variava entre os 2,5% e os 12%, e incidia sobre o valor total das remunerações:

$$2,5\% + ((12\% - 2,5\%) \times ((\text{Valor da remuneração} - 675\text{€}) / (2000\text{€} - 675\text{€})))$$

- Às remunerações de valor superior a € 2.000, era aplicável uma taxa de 12%, que incidia sobre o valor total das remunerações superiores a € 2.000.

Valor da remuneração x 12%

2. De Junho a Setembro de 2014, devido à já referida inconstitucionalidade da norma, foram pagos os valores sem qualquer redução.
3. De Outubro a Dezembro, com a publicação da Lei n.º 75/2014 de 12 de Setembro, retomou-se a redução dos vencimentos, para valores superiores a 1.500,00€, nos seguintes termos dos anos anteriores:
 - 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1.500 € e inferiores a 2.000€;
 - 3,5% sobre o valor de 2.000 € acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os 2.000 €, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2.000 € até 4.165 €;
 - 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 €.
4. Aos eleitos locais para além imposição legal acima descrita, continuou em vigor a aplicação da redução de 5% ao vencimento mensal íliquido, prevista no art.º 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho, e na Lei n.º 47/2010 de 7 de Setembro, para os universos neles referidos.
5. Durante 2014, manteve-se em vigor a regra que proibia a prática de quaisquer atos que consubstanciem em valorizações remuneratórias, nomeadamente alterações de posicionamento remuneratório, atribuição de prémios de desempenho, entre outras.
6. A LOE de 2014, manteve a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal, introduzida pela LOE 2013, a todos os trabalhadores em qualquer modalidade do RJEP; do pessoal dirigente e equiparados, bem como dos eleitos locais e respetivos membros dos gabinetes de apoio, contudo tal medida acabou mais tarde por ser abandonada, na medida em que o Tribunal Constitucional decretou a sua inconstitucionalidade.
7. Em 2014 verificou-se uma redução da compensação devida pelo pagamento de horas extraordinárias, nos termos do definido em 2013:
 - 12,5% do valor hora na primeira hora e de 18,75% na segunda (dias normais de trabalho)
 - 25% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
8. Durante o ano de 2014, as autarquias locais foram obrigadas a reduzir, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013, conforme o disposto no art.º 62.º da LOE 2014. Para apuramento do número de trabalhadores a reduzir, o presente artigo impunha que não fosse considerado o pessoal

necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências central para a administração local no domínio da educação, bem como o número de contratos que cessaram por motivo de caducidade. Estes últimos (contratos a termo), foram alvo de redução autónoma, nos termos do art.º 55.º da LOE 2014.

Assim, em termos globais, o Município de Santa Maria da Feira, reduziu o seu efetivo em 22 trabalhadores (16 aposentações; 3 caducidades de contrato a termo; 1 consolidação de mobilidade; 1 licença sem vencimento, 1 falecimento), terminando o ano de 2014 com 797 trabalhadores ao serviço.

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 16 – Aquisição de Bens

	2013			2014			Variação da	
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Facturação
MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	7.812,29	7.523,82 €	96,31%	8.934,28	8.741,97 €	192,31 €	97,85%	14,36%
GASOLINA	13.756,87	13.756,87 €	100,00%	27.954,57	27.954,57 €	- €	100,00%	103,20%
GASOLEO	204.510,41	186.880,22 €	91,38%	195.776,07	184.563,86 €	11.212,21 €	94,27%	-4,27%
OUTROS	37.736,74	31.209,66 €	82,70%	51.532,68	46.259,61 €	5.273,07 €	89,77%	36,56%
LIMPEZA E HIGIENE	26.229,03	20.860,72 €	79,53%	23.772,76	23.006,59 €	766,17 €	96,78%	-9,36%
ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEC.	2.164.115,53	1.893.221,65 €	87,48%	1.836.247,04	1.747.430,23 €	88.816,81 €	95,16%	-15,15%
VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	7.433,35	6.020,11 €	80,99%	13.478,03	13.478,03 €	- €	100,00%	81,32%
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	62.646,13	58.606,93 €	93,55%	46.181,19	45.699,92 €	481,27 €	98,96%	-26,28%
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICO!	4.244,87	4.244,87 €		3.886,82	3.886,82 €	- €	100,00%	-8,43%
MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO						- €		
MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	52.645,91	48.398,44 €	91,93%	48.362,67	48.226,88 €	135,79 €	99,72%	-8,14%
MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	11.154,64	10.315,17 €	92,47%	5.770,23	5.711,61 €	58,62 €	98,98%	-48,27%
OUTRO MATERIAL- PEÇAS	174,55	- €				- €		
PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	62.942,68	62.507,32 €	99,31%	69.531,42	69.072,63 €	458,79 €	99,34%	10,47%
MERCADORIAS PARA VENDA	5.394,70	4.623,18 €	85,70%	5.511,82	5.219,86 €	291,96 €	94,70%	2,17%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	17.263,99	16.279,82 €	94,30%	11.396,87	11.282,26 €	114,61 €	98,99%	-33,98%
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	7.215,40	7.215,40 €	100,00%	157,19	157,19 €	- €	100,00%	-97,82%
ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃ	150,00	150,00 €	100,00%	49,99	49,99 €	- €	100,00%	-66,67%
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E REC	173.369,47	158.536,04 €	91,44%	80.382,13	78.915,81 €	1.466,32 €	98,18%	-53,64%
OUTROS BENS	107.603,56	100.962,96 €	93,83%	173.004,85	163.216,45 €	9.788,40 €	94,34%	60,78%
Total	2.966.400,12 €	2.631.313,18 €		2.601.930,61 €	2.482.874,28 €	119.056,33 €	95,42%	-12,29%

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de bens (-) 12,29%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.836.247,04€, por si só representam 70,57% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 7,52%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 17 – Aquisição de Serviços

Designação	2013			2014			Variação Facturação	
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar		
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	2.958.567,90 €	2.941.585,07 €	99,43%	3.211.215,74 €	3.129.145,67 €	82.070,07 €	97,44%	8,54%
LIMPEZA E HIGIENE	82.415,40 €	71.107,36 €	86,28%	78.260,48 €	73.650,51 €	4.609,97 €	94,11%	-5,04%
CONSERVAÇÃO DE BENS	67.629,29 €	63.447,84 €	93,82%	42.619,56 €	40.903,78 €	1.715,78 €	95,97%	-36,98%
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	178.442,00 €	178.442,00 €	100,00%	178.894,44 €	178.894,44 €	- €	100,00%	0,25%
LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	177.568,86 €	138.545,82 €		270.047,70 €	256.648,62 €	13.399,08 €	95,04%	52,08%
LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	111.861,33 €	93.323,32 €	83,43%	119.711,05 €	115.467,30 €	4.243,75 €	96,46%	7,02%
COMUNICAÇÕES	208.570,53 €	200.917,47 €	96,33%	174.068,83 €	164.133,66 €	9.935,17 €	94,29%	-16,54%
TRANSPORTES	1.597.011,01 €	1.407.199,83 €	88,11%	1.414.427,15 €	1.356.550,89 €	57.876,26 €	95,91%	-11,43%
SEGUROS	92.739,70 €	92.739,70 €	100,00%	118.085,19 €	118.085,19 €	- €	100,00%	27,33%
REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	7.081,42 €	7.081,42 €	100,00%	6.554,13 €	6.554,13 €	- €	100,00%	-7,45%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	20.392,52 €	18.107,84 €	88,80%	34.475,69 €	29.911,87 €	4.563,82 €	86,76%	69,06%
EST., PARCERES, PROJECTOS E CONSULT.	580.916,97 €	578.702,97 €	99,62%	141.188,10 €	141.188,10 €	- €	100,00%	-75,70%
FORMAÇÃO	11.923,02 €	11.923,02 €	100,00%	11.463,40 €	11.463,40 €	- €	100,00%	-3,85%
SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	100,00 €	100,00 €	100,00%			- €		-100,00%
PUBLICIDADE	45.467,43 €	42.684,31 €	93,88%	85.785,23 €	82.353,63 €	3.431,60 €	96,00%	88,67%
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	221.044,49 €	175.646,42 €	79,46%	246.724,80 €	230.352,95 €	16.371,85 €	93,36%	11,62%
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	254.532,60 €	214.843,17 €	84,41%	133.393,41 €	124.380,31 €	9.013,10 €	93,24%	-47,59%
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	106.253,29 €	104.355,23 €	98,21%	76.391,56 €	73.489,32 €	2.902,24 €	96,20%	-28,10%
SERVIÇOS DE SAÚDE	12.228,80 €	7.261,70 €	59,38%	21.524,11 €	21.524,11 €	- €	100,00%	76,01%
ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	439.108,09 €	439.108,09 €	100,00%	564.260,70 €	563.041,22 €	1.219,48 €	99,78%	28,50%
OUTROS SERVICOS	13.749.715,54 €	10.945.079,57 €	79,60%	8.553.411,37 €	8.004.831,72 €	548.579,65 €	93,59%	-37,79%
Total	20.923.570,19 €	17.732.202,15 €		15.482.502,64 €	14.722.570,82 €	759.931,82 €	95,09%	-26,00%

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de serviços (-) 26 %. A rubrica que apresenta o maior peso face ao total (55%) diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 17 – Outros Serviços, logo seguida dos encargos com instalações (Eletricidade, água, gás, etc.) com um peso de cerca de 20,7%.

Quadro 18 – Outros Serviços

Outros Serviços	
	Valor pago
Tratamentos Águas Residuais / SIMRIA	3 285 379,87
Utilização do aterro da SULDOURO	1 828 588,68
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	1 867 598,38
Outros Serviços	1 023 264,79
Total	8 004 831,72 €

Apraz relevar que, a percentagem do valor pago face ao valor faturado se situa, quer na aquisição de bens, quer na aquisição de serviços, sempre acima dos 95% de execução, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.

Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2014, por cerca de 11% do total da despesa corrente executada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo e de ação social e com vista à renovação e integração urbanas.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferência para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras,

transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontram-se espelhadas no Anexo dos documentos constantes da Prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

Quadro 19 – Evolução das Transferências Correntes e Subsídios

	Execução		Taxa de Variação %	%Desp Correntes	%Desp Total
	2013	2014			
Transferências Correntes	4.514.127,29 €	2.330.847,58 €	-48,37%	6,26%	4,06%
Subsídios	1.567.000,00 €	1.881.544,00 €	20,07%	5,05%	3,28%
Total	6.081.127,29 €	4.212.391,58 €	-30,73%	11,31%	7,34%
Total Despesas Correntes	46.448.264,67 €	37.232.663,94 €		100,00%	64,84%
Total Despesas	74.566.863,70 €	57.422.775,55 €			100,00%

Investimento Global

O desenvolvimento estratégico da autarquia encontra-se evidenciado no tipo de investimento realizado, refletindo assim as suas linhas orientadoras.

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro 20 – Investimento Global

	2013		2014		%Desp Capital	Taxa variação %
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total		
Aquisição Bens de Capital	18.680.710,97 €	30,06%	14.011.859,37 €	24,40%	49,83%	-24,99%
Transferências de Capital	3.360.441,23 €	4,51%	1.505.075,49 €	2,62%	5,35%	-55,21%
Activos Financeiros	- €	-	-			
Outras Despesas de Capital	47.500,00 €	0,06%	- €	0,00%	0,00%	-100,00%
TOTAL	22.088.652,20 €	29,62%	15.516.934,86 €	27,02%	55,18%	-29,75%

O investimento global representa cerca de 27% do total da despesa realizada da autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 14 milhões de euros e, constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Quadro 21 – Plano Plurianual Investimentos do ano 2014

Código	Classificação Funcional	Dotação Inicial	Realização Valor	Coef.%
1.	Funções Gerais	464.695,44	333.615,28	71,79%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	464.695,44	333.615,28	71,79%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas			
2.	Funções Sociais	18.785.985,77	11.557.792,76	61,52%
2.1.	Educação	5.148.892,32	4.289.442,85	83,31%
2.2.	Saúde	713.450,00	625.374,95	87,66%
2.3.	Segurança e Acção Sociais			
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	7.892.812,89	4.365.998,94	55,32%
2.4.1.	Habituação	30.007,37	18.080,37	60,25%
2.4.2.	Ordenamento do Território	723.925,17	286.192,00	39,53%
2.4.3.	Saneamento	4.546.855,51	2.717.696,22	59,77%
2.4.4.	Abastecimento de Água	676.543,75	220.002,57	32,52%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natur	1.915.481,09	1.124.027,78	58,68%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.030.830,56	2.276.976,02	45,26%
2.5.1.	Cultura	3.238.174,10	1.432.680,54	44,24%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.792.656,46	844.295,48	47,10%
3.	Funções Económicas	4.183.451,47	2.119.161,22	50,66%
3.2.	Indústria e energia	217.062,66	44.371,19	20,44%
3.2.1.	Indústria e energia	217.062,66	44.371,19	20,44%
3.3.	Transportes e Comunicações	3.504.672,31	1.759.478,51	50,20%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	3.504.672,31	1.759.478,51	50,20%
3.4.	Comércio e Turismo	460.716,50	315.311,52	68,44%
3.4.2.	Turismo	460.716,50	315.311,52	68,44%
3.5.	Outras Funções Económicas	1.000,00	-	0,00%
3.5.1.	Dinamização Economica	-		
3.5.2.	Termalismo	1.000,00		0,00%
4.	Outras Funções	5.621,78	1.290,11	22,95%
4.3.	Diversas Não Especificadas	5.621,78	1.290,11	22,95%
Total PPI		23.439.754,46	14.011.859,37	59,78%

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções ordenamento do território, saneamento, protecção do meio ambiente e conservação da natureza e transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 2% da despesa total e cerca de 5% da despesa de capital do Município.

Quadro 22 – Transferências de Capital

Transferências Capital	Montante
A.SS.HUMANITARIA BOMBEIROS V. ARRIFANA	17.000,00 €
A.SS.HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS LOUROSA	17.000,00 €
ASSOCIACAO CULT. DESP. LAVANDEIRA, S J VER	8.000,00 €
ASSOCIACAO DE BEM ESTAR S. M. LAMAS	20.000,00 €
ASSOCIACAO DO CENTRO SOCIAL DE ESCAPAES	24.000,00 €
ASSOCIACAO HUM. BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA FEIRA	17.000,00 €
ASSOCIACAO MUNICIPIOS TERRAS SANTA MARIA	18.880,06 €
A.SSOCIACAO PORT. DE DOENTES NEUROMUSCULARES	10.000,00 €
BAIRRO DE SANTO ANTONIO - BLOCO 3	618,75 €
COND. BL.22 RUA D. AFONSO HENRIQUES N.ºS 8 E 14-FEIRA	101,87 €
CONDOMINIO BAIRRO STº. ANTÓNIO, BLOCO 4	450,00 €
CONDOMINIO TRAV. DO BAIRRO N.ºS.ª FÁTIMA, BLOCO2, N.º60	2.546,10 €
FABRICA IGREJA PAROQ. DE S. TIAGO LOUROSA	40.000,00 €
FABRICA IGREJA PAROQ. DE SANTA M. DE LAMAS	5.000,00 €
FABRICA IGREJA PAROQ. FREGUESIA DE S. ANDRÉ GIÃO	62.500,00 €
FREGUESIA DE ARGONCILHE	44.699,32 €
FREGUESIA DE ARRIFANA	35.408,76 €
FREGUESIA DE CALDAS SÃO JORGE E DE PIGEIOS	114.645,05 €
FREGUESIA DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	231.848,02 €
FREGUESIA DE ESCAPÃES	23.326,08 €
FREGUESIA DE FIÃES	76.353,94 €
FREGUESIA DE FORNOS	22.379,60 €
FREGUESIA DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	88.899,48 €
FREGUESIA DE LOUROSA	42.794,14 €
FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	28.931,45 €
FREGUESIA DE MOZELOS	37.769,52 €
FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	32.500,88 €
FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	27.736,40 €
FREGUESIA DE RIO MEAO	31.404,31 €
FREGUESIA DE ROMARIZ	29.709,56 €
FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÉR	59.655,43 €
FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	25.418,75 €
FREGUESIA DE SANGUEDO	24.687,34 €
FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	28.686,59 €
FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DO SOUTO E MOSTEIRO	67.661,44 €
FREGUESIA SANTA M. FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO	172.462,65 €
RANCHO FOLCLORICO S. TIAGO DE LOBAO	15.000,00 €
Total	1.505.075,49 €

Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

Quadro 23 – Evolução do Serviço da Dívida

	2012	2013	2014
Juros	728.220,05 €	544.997,43 €	612.798,67 €
Amortizações	3.890.990,59 €	5.029.946,83 €	4.673.176,75 €
Amortização de Emp.curto prazo	2.000.000,00 €	1.000.000,00 €	- €
Total do Serviço da Dívida	6.619.210,64 €	6.574.944,26 €	5.285.975,42 €
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida		-0,67%	-19,60%
Juros / Receita Total Cobrada	1,12%	1,17%	0,79%
Juros / Despesa Total Paga	1,12%	1,18%	0,82%
Juros / Despesa de Capital Paga	2,67%	3,06%	2,18%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	11,89%	10,75%	6,79%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	11,91%	10,88%	7,09%

Conforme se pode constatar neste quadro, verifica-se uma diminuição global dos encargos decorrentes do serviço da dívida municipal em 19,60% face ao ano anterior.

IV. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último quadriénio.

Quadro 24 - Rácios

Rácios Receita	2011	2012	2013	2014
Imp.Directos/Rec. Correntes	47,56%	47,34%	48,01%	46,99%
Transf.Correntes/Rec. Correntes	36,05%	33,28%	35,98%	34,32%
Venda Bens e Serv./Rec. Corrente	10,67%	7,60%	6,58%	9,72%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,85%	77,22%	62,72%	78,57%
Rec. Capitais/ Rec. Totais	28,29%	21,23%	36,14%	21,43%

Rácios Despesa	2011	2012	2013	2014
Pessoal/Desp. Correntes	39,63%	31,63%	30,11%	37,15%
Aq.Bens e Serv./Desp. Correntes	41,95%	48,59%	52,29%	46,21%
Investimentos/Desp. De Capital	65,01%	60,35%	66,44%	69,40%
Passivos Fin./Desp. De Capital	25,08%	29,33%	21,44%	23,15%
Desp. Correntes/Desp. Total	61,33%	65,18%	62,29%	64,84%
Desp. Capital/Desp.Total	38,67%	34,82%	37,71%	35,16%

Rácios Financeiros	2011	2012	2013	2014
Pessoal/Rec. Correntes	33,90%	26,29%	28,64%	26,23%
Amortiz+Juros/Rec. Totais	10,75%	11,30%	8,44%	7,88%
Rec.Correntes/Desp.Correntes	116,89%	120,29%	105,14%	141,64%
Rec.Capital/Desp.Capital	74,02%	61,90%	100,08%	71,22%

PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

V. Dívida Municipal

Introdução

A continuidade da conjuntura económica menos favorável, resulta na necessidade de os governos manterem as finanças públicas saudáveis e sustentáveis, de forma a evitarem défices orçamentais excessivos, sendo um fator determinante para preservar a estabilidade de toda a zona euro e, conseqüentemente, exige a introdução de regras orçamentais específicas e rigorosas, através da inclusão da “regra de equilíbrio orçamental” e de um mecanismo para adoção de medidas corretivas.

Desta necessidade de controlo da execução orçamental, em particular, da despesa pública como garante do cumprimento das metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), celebrado com a União Europeia (UE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE), a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso publicada (LCPA) a 21/02/2012, assumiu desde o ano económico de 2012, uma relevância particular, com o principal objetivo e motivação, o controlo dos pagamentos em atraso como critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF; a expressividade dos montantes de pagamentos em atraso das entidades públicas e a interrupção a acumulação de dívida.

A Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga, entre outras, a anterior Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, cujo objetivo é garantir a implementação integral do quadro consagrado na Lei de Enquadramento Orçamental, quanto à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro do governo local, ao quadro plurianual de despesas, à programação orçamental, ao novo conceito de equilíbrio orçamental, ao regime de crédito e endividamento, à prestação das contas, quer individuais, quer consolidadas, bem como os deveres de informação e transparência.

Apesar da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro impor novas regras do endividamento, através do alargamento do perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento, a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para o ano de 2014 reforça no seu artigo 97.º que “ sem prejuízo do disposto no artigo 84.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total dos Municípios é o previsto no artigo 52.º da mesma lei.”

A LOE para 2014 continua a impor limites de redução do endividamento nomeadamente ao nível dos pagamentos em atraso, como a obrigação, da utilização do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI) resultantes do processo de avaliação geral dos prédios urbanos na redução do endividamento de médio e longo prazo do Município, tal como define o artigo 94º, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de julho, que abaixo se transcreve:

1 – Até ao final do ano de 2014, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem para além das já previstas no PAEL, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2013, no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL).

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Municípios reduzem, até ao final do 1º semestre de 2014, e em acumulação com os já previstos no PAEL, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2013.

3 – À redução prevista no número anterior acresce a redução resultante da aplicação aos Municípios do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

4 – Os Municípios que cumpram o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem substituir a redução prevista no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60 -A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho, é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

a) Pagamento de dívidas a fornecedores, registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2013;

b) Redução do endividamento de médio e longo prazo do Município;

6 — Revogado.

7 — Até 30 de setembro de 2014, a AT comunica aos Municípios e à DGAL o valor do aumento da receita do IMI referida no n.º 5.

8 — No caso de incumprimento das obrigações previstas no presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado, no montante equivalente a 20 % do valor da redução respetivamente em falta.

No decorrer do ano de 2014, a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O FAM tem por objeto a recuperação financeira dos Municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica. Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o acesso ao FAM será obrigatório para os Municípios que verifiquem os pressupostos previstos no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI). O recurso a este instrumento será facultativo para os Municípios que reúnam as condições previstas no n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que ainda não estejam abrangidos pelo mecanismo de recuperação financeira municipal, podendo optar pelo saneamento financeiro ou pelo acesso ao FAM (artigo 25.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto).

Estipula, no n.º 1 do artigo 17.º, desta disposição legal, que, o capital social do FAM é de 650.000.000€, sendo a contribuição dos Municípios de 50% desse valor, conforme o n.º 2 do mesmo artigo, o Município de Santa Maria da Feira participa para o FAM em 2.882.173,05 €.

Tal como vem sendo recorrente iremos proceder numa primeira fase a uma análise à dívida no seu cômputo geral, seguida de uma análise em particular à dívida de médio e longo prazo e à dívida de curto prazo.

Como término do capítulo do endividamento analisaremos o nosso Município em particular, face às novas exigências legais.

Evolução da dívida global

Independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de contabilização em médio e longo prazo e curto prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, a natureza primária da dívida, ou seja, aquela cuja contratualização ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

Em virtude do atrás exposto, apenas, examinaremos a dívida comercial e financeira, ou seja, será apenas tida em consideração as operações de natureza orçamental, excluindo as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município. Igualmente, não iremos considerar o valor que se encontra refletido no balanço, nomeadamente na conta 26.9 – Adiantamentos por conta de vendas, uma vez que se referem a vendas em hasta pública, no montante de 761.559,88€, por se entender que estas obrigações não se enquadram no conceito de dívida

orçamental, dado tratar-se de uma mera situação transitória, dependendo da conclusão dos respetivos processos da formalização das escrituras das vendas respetivas.

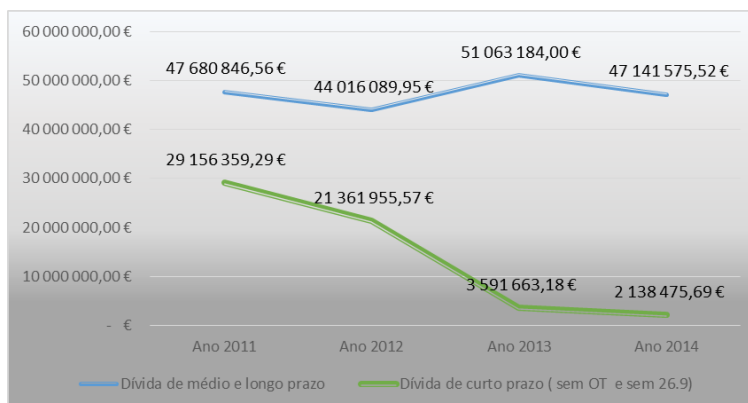
Quadro 25 – Evolução da Dívida

Descrição da Natureza da Dívida	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Δ 2011/2014	Δ 2013/2014	Valores em absoluto 2011/2014	Valores em absoluto 2013/2014
Dívida de médio e longo prazo	47 680 846,56 €	44 016 089,95 €	51 063 184,00 €	47 141 575,52 €	-1,13%	-7,68%	- 539 271,04 €	- 3 921 608,48 €
Dívida de curto prazo (sem OT e sem 26.9)	29 156 359,29 €	21 361 955,57 €	3 591 663,18 €	2 138 475,69 €	-92,67%	-40,46%	- 27 017 883,60 €	- 1 453 187,49 €
	76 837 205,85 €	65 378 045,52 €	54 654 847,18 €	49 280 051,21 €	-35,86%	-9,83%	- 27 557 154,64 €	- 5 374 795,97 €

Da análise ao quadro supra, constata-se que a dívida do Município atingiu na gerência de 2014 o montante global de 49.280.051,21 €, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 5.374.795,97 €.

Numa avaliação global ao período compreendido entre 2011 e 2014, ressalta como principal conclusão a diminuição das duas componentes da dívida, quer de médio e longo prazo, quer de curto prazo, o que reflete a trajetória que o Município adotou, convergindo para uma redução sistemática e contínua do endividamento municipal, quer ao nível do *déficit* público municipal, quer ao nível do *déficit* público nacional.

Gráfico 11 – Evolução da Dívida Global



Em comparação com a gerência de 2013, o Município, reduziu em 9,83% a sua dívida total, mas, se atendermos à gerência de 2011, altura em que a dívida global atingiu o seu pico, teve uma redução de cerca de 35,86%, passou de 76.837.205,85 € para 49.280.051,21 €, decresceu num espaço temporal de quatro anos a importância de 27.557.154,64 €.

A componente da dívida de médio e longo prazo contribuiu assim para uma diminuição bastante significativa, quer pelo decréscimo das amortizações ordinárias, quer pelo pagamento, realizado antecipadamente, da totalidade dos acordos de pagamentos executados com os fornecedores (Simria e Suldouro). Contudo, acresceu à dívida de medio e longo prazo o montante de

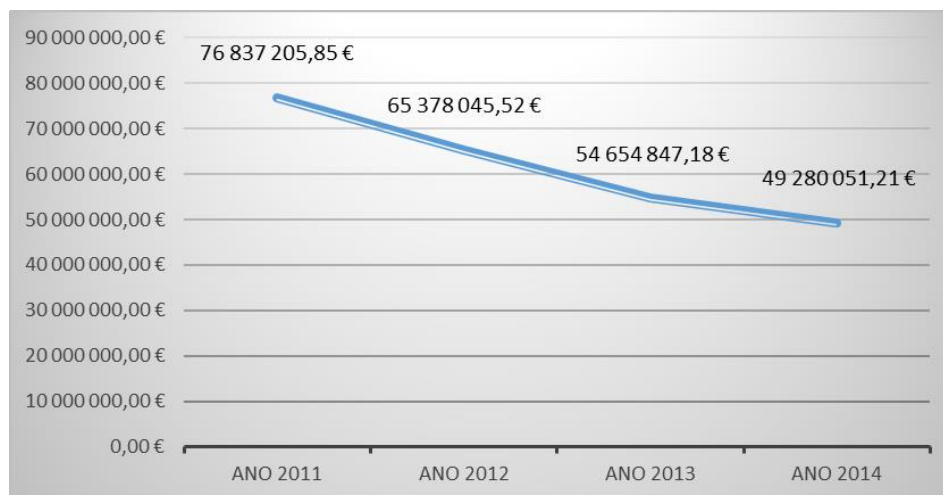
2.470.434,05 € referente à comparticipação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM), sendo que esta dívida decorre de uma imposição legal, não de uma dívida executada pelo Município.

A contribuição desta componente será analisada de uma forma mais exaustiva no capítulo dedicado à análise da dívida de médio e longo prazo.

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma redução mais relevante, se analisarmos o período entre 2011 e 2014, a redução da dívida desta natureza traduziu-se em 27.017.883,60 €, ou seja, -92,67%. Se atendermos apenas ao ano anterior esta diminuição foi de 1.453.187,49 €. Verifica-se a tendência decrescente da dívida, no seu cômputo geral, encetada desde 2011.

Esta componente, tal como a dívida de médio e longo prazo, será igualmente alvo de uma exposição mais detalhada no capítulo adequado.

Gráfico 12 – Dívida Total



Com efeito, os resultados obtidos essencialmente nestes dois últimos anos comprovam a tendência de redução do nível de endividamento do Município e o seu esforço na consolidação orçamental. Demonstra, que o Município soube adequar o seu orçamento à conjuntura económica de crise, através da promoção de um grande esforço de contenção e racionalização das suas despesas face às receitas arrecadadas.

Como resultado desta política, o Município finalizou o ano de 2014 com 263,89% de liquidez imediata, este indicador mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades. Se analisarmos outros indicadores, tais como, liquidez reduzida (inclui mais o valor da dívida de clientes) a

percentagem da capacidade do Município solver as suas dívidas tempestivamente sobe para 374,40%.

Da apreciação geral, podemos concluir, que nos últimos anos, o Município de Santa Maria da Feira tem-se pautado pelo controlo rigoroso do seu passivo, bem como do controlo do endividamento municipal.

Dívida de médio e longo prazo

No ano económico em apreço, a dívida, dos empréstimos de médio e longo prazo, obteve uma diminuição que ascendeu a 4.673.176,75 € relativamente ao ano de 2013, perfazendo um total em dívida de 44.671.147,47 €, montante este, abaixo do montante em dívida à data de 31/12/2011, como se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro 26 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Δ 2011/2014	Δ 2013/2014
- Empréstimos bancários	44 955 731,04 €	41 694 791,59 €	49 344 318,22 €	44 671 141,47 €	-0,63%	-9,47%
- Acordos de pagamento	2 725 115,52 €	2 321 298,36 €	1 718 865,78 €	- €		-100,00%
- Fundo Apoio Municipal (FAM)				2 470 434,05 €		
Total	47 680 846,56 €	44 016 089,95 €	51 063 184,00 €	47 141 575,52 €	-1,13%	-7,68%

Para tal, contribuiu o efeito das amortizações dos empréstimos, nomeadamente:

- Empréstimo do PAEL, foi o que originou uma queda mais acentuada no montante de 978.105,36 €, empréstimo este que não obteve período de carência.
- De seguida, os empréstimos que registaram igualmente uma queda significativa, ambos no montante de 480.000€, foram o PREDE com o Banco Bilbao e Viscaya que finalizou no 1º semestre de 2014, e o empréstimo “Pagar a Tempo e Horas” da DGTF, cuja amortização deu início em 2012.
- Com uma amortização igualmente elevada temos o empréstimo do PREDE, a parcela correspondente ao financiamento do Estado que se iniciou no último semestre de 2014, cujo montante amortizado foi de 320.000 €, e que finalizou no 1º semestre de 2015.
- No decurso da gerência, para além do empréstimo já referenciado, finalizaram mais 4 empréstimos da Caixa Geral de Depósitos.

Em finais de setembro de 2014, a direção geral da autoridade tributária e aduaneira, remeteu nos termos do artigo 94.º da Lei n. 83-C/2013, de 31 de dezembro, o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral

dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, que, no caso do Município de Santa Maria da Feira importou numa variação positiva da receita de IMI no montante de 1.170.671,31 €.

Determina a lei que, como referenciado no preâmbulo, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, é obrigatoriamente utilizado pela seguinte ordenação; pagamento de dívidas a fornecedores, registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2013, e na redução do endividamento de médio e longo prazo do Município.

O Município não detinha dívidas a fornecedores registados no SIAL à data de 30 de agosto de 2013, pelo que não é aplicável esta redução, focando-se apenas na redução da dívida de médio e longo prazo.

No estrito cumprimento da lei, o Município não considerou as amortizações ordinárias dos empréstimos, tendo procedido a uma redução extraordinária da dívida de médio e longo prazo, através da liquidação dos acordos de pagamentos realizados em 2011. A redução da dívida acordada não se restringiu ao valor supra mencionado, mas dada a disponibilidade de tesouraria, o Município amortizou a totalidade da dívida em 2014, pelo que, a componente “Acordos de pagamento” realizado com os fornecedores SIMRIA e Suldouro, finalizou em 2014.

Importa referir que no final de 2014, de acordo com um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a redução do endividamento de médio e longo prazo, pode ser realizada por via das amortizações ordinária dos empréstimos, não se tendo que recorrer a amortizações extraordinárias, como tem sido prática deste Município.

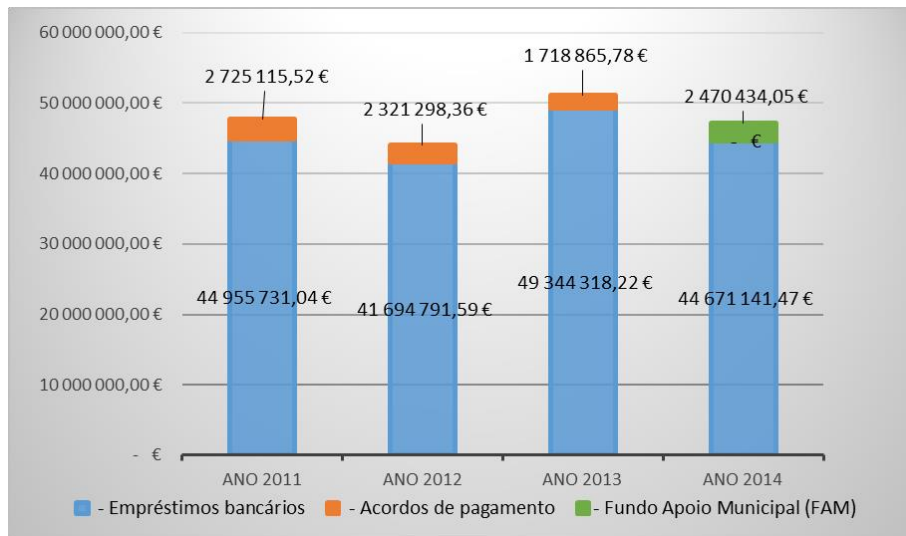
A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentado, assim, o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

No n.º1 do artigo 17º da Lei n.º 52/2014, de 25 de agosto, estipula que o capital do FAM é de 650.000.000€, sendo que a contribuição dos Municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000€ (artigo 2º).

O n.º 3 da referida Lei apresenta a fórmula de imputação da contribuição que compete a cada Município, cabendo ao Município de Santa Maria da Feira o montante de 2.882.173,05€, valor este que será transferido ao longo de 7 anos, com início em 2015.

Com efeito e tendo em consideração a informação da DGAL ao Município a 26/09/2014, procedeu-se ao lançamento da dívida em questão, permanecendo em dívida de médio e longo prazo apenas o valor a pagar a partir de 2016.

Gráfico 13 – Dívida de Médio e Longo Prazo



Como se pode constatar pelo gráfico, o montante em dívida referente aos acordos de pagamento, em 2014, foram substituídos pela inclusão da dívida referente à participação do Município no FAM, participação esta de carácter obrigatória.

Se excluíssemos da análise, a situação referente ao FAM, a diminuição da dívida de médio e longo prazo seria mais expressiva, traduzindo-se numa diminuição de 6.392.042,53 €, ou seja, - 12,52%, em vez dos atuais -7,68%.

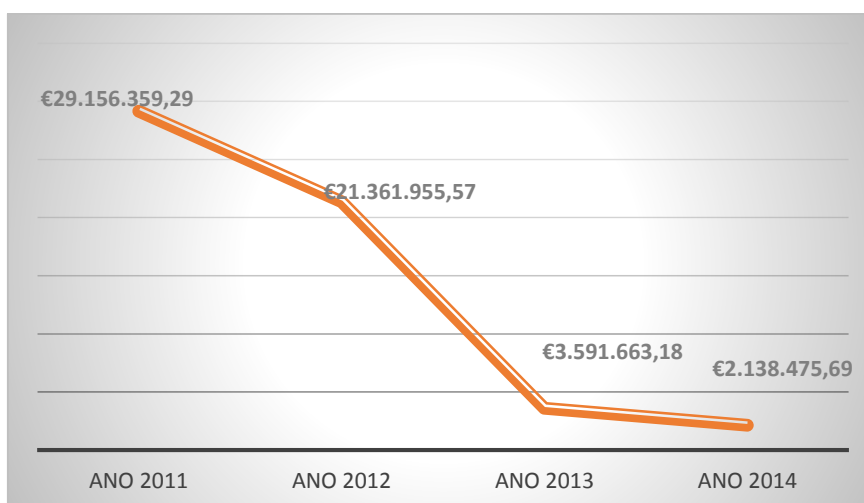
Dívida de curto prazo

Tal como referimos na introdução à análise da dívida, na componente do endividamento de curto prazo, iremos igualmente ter em conta a natureza da dívida, sendo que, esta, incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c, de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, Estado e Outros Entes Públicos e Outros Credores, cuja evolução se encontra espelhada no quadro infra.

Quadro 27 – Dívida de Curto Prazo

	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Δ 2011/2014	Δ 2013/2014
Fornecedores conta corrente	14 526 848,15 €	11 108 345,63 €	1 439 528,19 €	977 075,54 €	-93,27%	-32,13%
Fornecedores de imobilizado	8 043 387,54 €	6 359 132,26 €	1 853 071,99 €	596 141,51 €	-92,59%	-67,83%
Estado e Outros Entes Públicos (sem OT)	1 863,52 €	- €	- €	140 328,11 €	7430,27%	0,00%
Administração Autárquica	86 070,56 €	59 815,43 €	11 575,35 €	8 203,55 €	-90,47%	-29,13%
Outros Credores (sem OT)	6 498 189,52 €	3 834 662,25 €	287 487,65 €	416 726,98 €	-93,59%	44,95%
Total	29 156 359,29 €	21 361 955,57 €	3 591 663,18 €	2 138 475,69 €	-92,67%	-40,46%

Gráfico 14 – Evolução da Dívida de Curto Prazo



A 31 de dezembro de 2014, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do Município e o valor registado como adiantamento de vendas em hasta pública, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 2.138.475,69 €.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminuiu de 2011 para 2014, em 27.017.883,60 € que corresponde, a um abatimento extraordinário de 92,67% à dívida registada em 2011.

Ao procedermos à análise comparativa da dívida de curto prazo, no último quadriénio, constata-se que o Município tem empreendido um esforço significativo na controlo do seu endividamento, pois apesar do efeito do recurso ao empréstimo PAEL, com efeitos significativos no final de 2013, a dívida em 2014, obteve um decréscimo adicional de 1.453.187,49 €, ou seja, - 40,46% em relação a 2013.

A diminuição da dívida de curto prazo tem tendência a estabilizar, o que é de todo compreensível, uma vez que os níveis da dívida das componentes mais importantes na atividade operacional do Município se encontram estabilizados.

Ao analisarmos todas as componente que compõem a dívida de curto prazo constata-se que a maioria das componentes contribuíram positivamente para esta diminuição da dívida, à exceção da componente Estado, que reflete os encargos do Município com a Caixa Geral de Aposentações, cujo pagamento ocorrerá em janeiro de 2015. A rubrica “Outros Credores” engloba o montante de 411.739€, referente à componente de curto prazo a pagar do FAM, situação esta, que não decorre de uma responsabilidade da iniciativa do Município, mas de uma obrigação que resulta de uma imposição legal.

Tal como, no ano transato, o valor em dívida no final de 2014, reporta-se a faturação de dezembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, não vencida. Pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado à cadência mensal de faturação do Município, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos.

Para além do exposto atrás, a 31 de dezembro de 2014, ainda permanecia, como cobrança em atraso por parte do Estado, a condicionar o passivo de curto prazo, o montante de 607.386,13€, referentes às refeições escolares, à componente de apoio à família, bem como a transferência das verbas relativas às auxiliares de educação, cujo valor se destina a cobrir despesas correntes de funcionamento do ensino pré-escolar, que pela sua natureza têm de ser pagas pelo Município em devido tempo, e que prejudicam o igual cumprimento em outras áreas.

Prazo médio de pagamento

O cálculo do prazo médio de pagamentos é realizado com base no Despacho n.º 98760/2009, de 13 de abril, publicado no DR n.º 71, 2ª Série Parte C, que abrange as dívidas de curto prazo a fornecedores, que correspondem à soma das contas de classificação orçamental e patrimonial 22, 252, 261, 265, 266 e 267 do POCAL, enquanto as aquisições de bens e serviços, correspondem à soma das contas 31 e 62 e das aquisições de imobilizado registadas nas contas 42, 442, 445, e 45 do POCAL.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, que atingiu em 2014, um PMP muito reduzido de 27 dias, o que releva o rigor com que o Município se tem pautado para honrar os seus compromissos. Tal como no ano transato, ficou apenas por regularizar as faturas de dezembro.

Quadro 28 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP					
Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Nº Dias	241	214	127	61	27

Gráfico 15 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos



Em síntese, desde 2011, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, tendo em 2014, atingido o montante de 50.041.611,09 €, sendo de salientar:

- A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou de mais de um ano em 2011 para cerca de 6 dias, no ano em apreço, tendo em conta as receitas regulares expurgadas das despesas rígidas e vinculadas (despesas com pessoal + juros EMLP);
- A grande taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados que atinge em 2014, 134,89%.

Uma situação financeira de curto prazo equilibrada, caracterizada por:

- Reduzidos montantes em dívida desta natureza (2014: 4.380.053,86 €);
- Elevado saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida correspondente em 263,89%;
- Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores atingiu em 2014 os 27 dias.

Pagamentos em atraso

As grandes alterações legislativas ocorridas nos últimos dois anos, nomeadamente a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), bem como a LOE para 2014, continuam a impor a redução obrigatória dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, o que implica que o controlo da dívida, nomeadamente a de curto prazo, assuma uma importância extremamente relevante no contexto da gestão autárquica.

De acordo com o previsto no n.º1 do artigo 94º do OE 2014, o Município até ao final de 2014, deverá reduzir no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2013, para além das já previstas no PAEL.

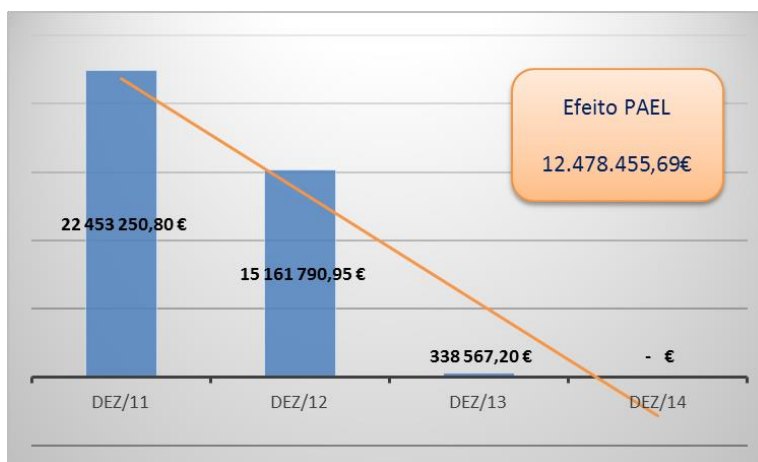
O n.º 2 do artigo 94º do OE 2014, refere que o Município deverá ainda, até ao final do 1º semestre de 2014, e em acumulação com os já previstos no PAEL, reduzir no mínimo 5% de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2013.

À redução prevista no número anterior acresce a redução resultante da aplicação aos Municípios do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (redução remuneratória)

No caso de incumprimento das reduções referidas anteriormente, o OE 2014 prevê uma redução das transferências do Orçamento de Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta.

Nos termos do OE 2014, o Município estava obrigado a reduzir o montante total registado à data de 2013, objetivo esse cumprido na íntegra, como se pode atestar no seguinte gráfico.

Gráfico 16 – Evolução dos Pagamentos em atraso



O Município de Santa Maria da Feira, prosseguiu ao longo de 2014 a consolidação da sua situação financeira, contribuindo, quer para o nível do *déficit* público municipal, quer para o nível do *déficit* público nacional.

VI. Análise da capacidade de endividamento do Município

Foi publicada a 3 de setembro de 2013 a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, e publicada a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem considerar outro conceito de dívida, deixam de existir os três limites ao endividamento (endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo e endividamento de curto prazo), circunscrevendo-se apenas um limite, o de dívida total.

Assim, n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, define dívida total, que se refere à dívida de operações orçamentais do Município, incluída as entidades previstas no art. 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

As exceções ao endividamento desaparecem na nova Lei das Finanças Locais, admitindo-se a ultrapassagem do limite em caso de calamidade pública. No caso em que um Município cumpra o limite de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve ser sujeito a sanções (artigo 84 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Consideram-se dívidas excecionadas as seguintes:

- Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento;
- Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995;
- As dívidas dos Municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

Uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento / ajustamento que um Município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Sempre que um Município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira.
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que “Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013”.

Na análise realizada na Prestação de Contas de 2013, realizamos uma apreciação do posicionamento do Município a 31 de dezembro de 2013, face ao novo enquadramento legal.

Aludimos na altura, ao facto de que os valores referentes às participadas poderem ser objeto de alterações, em virtude de não determos na nossa posse toda a documentação das entidades participadas.

A situação da dívida total do grupo municipal à data de 31 de dezembro de 2013, apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 29 – Dívida do Município com as participadas 2013

Total dívidas de operações orçamentais	54 654 847,18 €
Total dívidas das entidades relevantes para efeitos de endividamento	442 221,59 €
Total dívida do Município + participadas à data de 31/12/2013	55 097 068,77 €

Tal como já referimos atrás, o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao apurado que totaliza o montante de 69.385.395,28 €, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”

A aferição da margem de crescimento para 2014, encontra-se refletida nos quadros infra:

Quadro 30 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2013

Receitas Correntes Líquidas		Montante	Observações
Ano	2011	45.226.930,25	Artigo 52º nº 1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores
	2012	44.927.158,57	
	2013	48.616.701,73	
	Total	138.770.790,55	
Valor de referência		46.256.930,18	
Limite máximo 150%		69.385.395,28	

Tendo em conta a margem de endividamento o grupo municipal poderia aumentar o seu endividamento até ao montante de 57.954.734,07 €, como se pode aferir no mapa:

Quadro 31 – Limites para 2014

Limites para 2014	
Dívida total a 31/12 /2013	55 097 068,77 €
Margem total	14 288 326,51 €
Possibilidade de crescimento	2 857 665,30 €
Limite máximo a final de 31/12/2014	57 954 734,07 €

Entidades relevantes para os limites legais

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para além de alterar o cálculo para o limite da dívida total, altera significativamente o perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

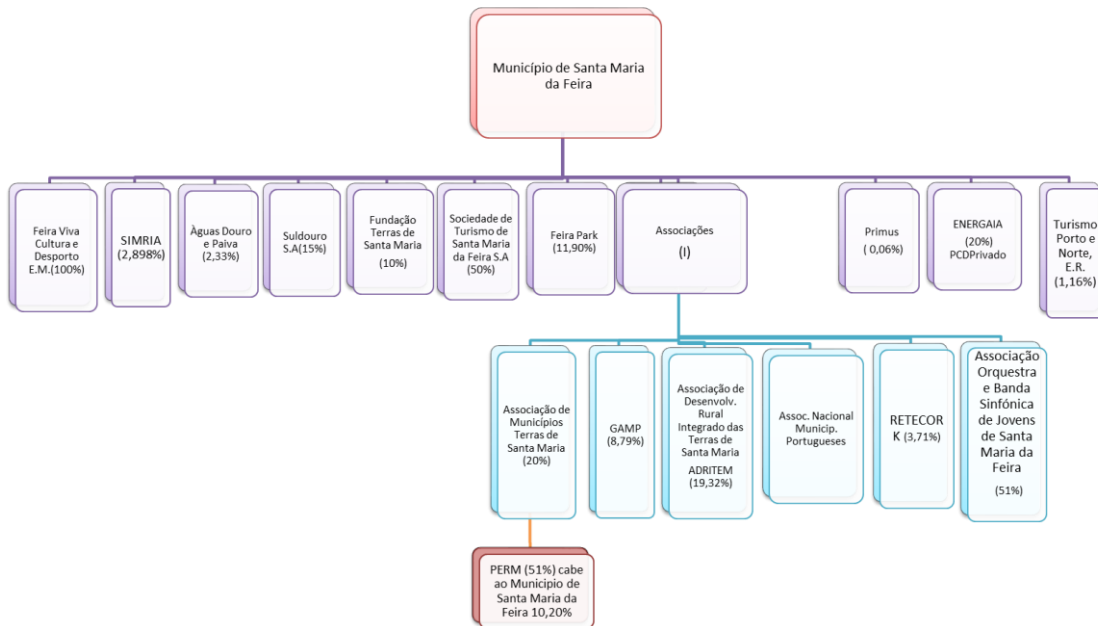
De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento.
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Como se pode constatar, o perímetro das entidades que relevam para o endividamento municipal alargou substancialmente.

De seguida anexa-se o organograma do perímetro do grupo municipal à data de 31 de dezembro de 2014.

Esquema 1



Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no cômputo geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações não orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo sector empresarial do Estado, como é o caso das Águas do Douro e Paiva, S.A., Suldouro e Simria, e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54º n.º 1 alínea c)). Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

Quadro 32 – Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2014	32 522,44 €	Informação sujeita a confirmação
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2014	- €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Associação Nacional de Municípios		Não aplicável	2014	501,70 €	Imputação pelo valor da quota
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	20,00%	Não aplicável	2014	66 358,13 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2014	9 196,05 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1)					
Feira Viva, EM	100,00%	108 500,79 €	2014	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	50,00%	150 935,12 €	2014	214 667,43 €	
FEiraPark, S.A.	11,90%	112 811,57 €	2014	33 385,76 €	Informação sujeita a confirmação
PERM, SA	10,20%	1 689,08 €	2014	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional EMT, SA	0,06%	18 114,74 €	2014	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Retecork	3,71%	64 536,95 €	2014	67,53 €	Informação sujeita a confirmação
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54, n.º1)					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2014	33 531,05 €	
Outras Entidades					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2014	8 021,63 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º

Como já foi referenciado, a grande alteração da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prende-se com o alargamento do perímetro relevante para efeitos de endividamento em que as entidades intermunicipais e as entidades associativas, relevam sempre para o endividamento na percentagem da sua quota. Quanto às cooperativas e fundações releva sempre na percentagem da sua quota, enquanto, as outras entidades, relevam pelo montante total, sempre que se verifique a disposição legal do n.º 4 do artigo 75º., ou seja, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o já referido anteriormente, o endividamento das entidades de natureza empresarial das participadas pelo Município apenas relevam para efeitos dos respetivos limites, caso não apresentem resultados anuais equilibrados. Em face do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o endividamento das empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais.

O cumprimento da indicada regra de equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual (cfr. n.º 1 e 5 do art.º 40, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), sendo necessário, neste último caso, a apresentação de um plano previsional à IGF, o que não se verificou relativamente a qualquer das empresas referidas.

Assim, aplicando, relativamente ao exercício de 2014, a regra de equilíbrio anual de contas às empresas participadas pelo Município de Santa Maria da Feira, verificámos que:

- A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA “ e a “ FeiraPark “ apresentam contas desequilibradas, pois os resultados líquidos antes de impostos são negativos, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo Município, para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação), contribuindo, por isso, para todos os limites do endividamento municipal.

Delineado o perímetro das entidades, procederemos ao apuramento da dívida total de operações orçamentais de todo o grupo municipal. As dívidas orçamentais, encontram-se explanadas nos balanços das diversas entidades, às quais temos que deduzir as operações de tesouraria, que são as cobranças e/ou as retenções a entidades externas, bem como o valor correspondente a cauções/garantias.

Assim e tendo em consideração todo o grupo municipal, podemos aferir que a dívida do grupo municipal se distribui da seguinte forma:

Quadro 33 – Apuramento da Dívida Total

Apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo municipal	
Município	47 159 438,04 €
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)	
Adritem	32 522,44 €
Associação Nacional de Municípios	501,70 €
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	66 358,13 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	9 196,05 €
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1))	
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	214 667,43 €
FeiraPark, S.A.	33 385,76 €
Retecork	67,53 €
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))	
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	33 531,05 €
Outras Entidades(alínea e) do art.º 54.º n.º1))	
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	8 021,63 €
Total endividamento	47 557 689,76 €

No orçamento de Estado para 2015, refere no seu artigo 98º n.º 8 que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo que, por

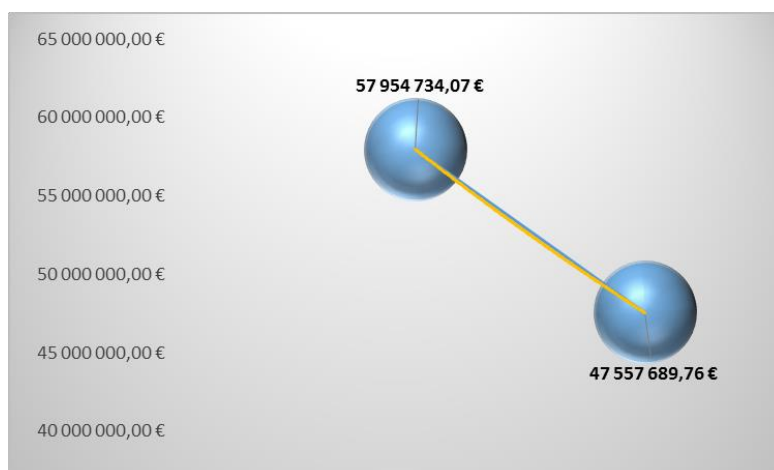
analogia, e não tendo sido uma despesa realizada pelo Município, mas sim imposta por lei, não será incluída para efeitos de endividamento, no ano de 2014.

Tendo em consideração, a posição do grupo municipal de Santa Maria da Feira face ao limite imposto, denota-se que ficou profundamente abaixo do limite.

Quadro 34 – Posição do grupo municipal

Posição do Município à data de 31/12/2014 face ao limite apurado para 2014	
Limite máximo permitido para a dívida a 31/12/2014	57 954 734,07 €
Dívida Total a 31/12/2014	47 557 689,76 €
Margem a 30/12/2014	10 397 044,32 €

Gráfico 17 – Dívida Total do grupo municipal



A dívida total do grupo municipal encontra-se 82,06% em relação à média das receitas correntes líquidas e 102,81 %, em relação ao limite máximo.

Apesar do Município se encontrar ligeiramente acima da média das receitas correntes líquidas, detém uma margem face ao limite a 31/12/2014, no montante de 10.397.044,32 €, cumprindo integralmente a lei.

Com efeito, o Município, não se encontra sujeito às sanções previstas no dispositivo legal Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 52.º, n.º 4, uma vez que não aumentou o seu endividamento mais do que o permitido, ou seja, não utilizou o mecanismo da margem de endividamento para se endividar.

Contudo, e uma vez que o montante total em dívida é superior à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, os Exmos. Presidentes dos Órgãos Executivo e

Deliberativo serão informados, bem como os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e das autarquias locais (n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) da ultrapassagem da média.

Limites para 2015

Para o ano de 2015, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2015.

Quadro 35 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2014

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			
Receitas Correntes Líquidas		Montante	Observações
Ano	2012	44 927 158,57	Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores
	2013	48 616 701,73	
	2014	51 803 243,04	
		145 347 103,34	
Valor de referência		48 449 034,45	
Limite máximo 150% a 31/12/2015		72 673 551,67	

Note-se que o limite apresentado é o limite total previsto no artigo supra citado, sendo que, para os Municípios que se posicionem abaixo do valor de dívida total a 31 de dezembro de 2014, a margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja:

..” só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

Deste modo, e tendo em consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2014, e o limite máximo apurado, a margem de endividamento se afere no quadro seguinte:

Quadro 36 – Limites para 2015

Limites para 2015	
Dívida total a 31/12	47 557 689,76 €
Margem total	25 115 861,91 €
Possibilidade de crescimento	5 023 172,38 €
Limite máximo a final de 31/12/2014	52 580 862,14 €

Como se pode constatar o Município, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2015, em cerca de 5.023.172,38 €, praticamente o dobro do valor da margem disponível e não utilizada para o ano de 2014.

Apraz-nos participar que o Município, se encontra em cumprimento face às novas regras, não tendo que recorrer ao articulado no n.º 1 do artigo 84.º, que infere que o Município não deve ser sujeito a sanções, caso cumpra os limites de endividamento à data da entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Os recentes diplomas legais publicados, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e a Lei do Orçamento do Estado de 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), vieram estabelecer um conjunto de regras a observar pela administração local no que concerne à cabimentação e assunção de compromissos, o que impele a uma reorganização e racionalização das despesas públicas, deixando a ênfase da fase do *pagamento* para se focar na assunção do *compromisso*.

Neste contexto, foi publicado a 21 de junho o Decreto-Lei n.º 127/2012 que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, esclarecendo alguns dos conceitos previstos na LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Para efeitos da candidatura, os Municípios foram distribuídos, em função da sua atual situação financeira, por dois Programas:

1. **Programa I**, destinado a Municípios que:
 - a. Se encontrem abrangidos por plano de reequilíbrio financeiro;

- b. A 31 de dezembro se encontravam numa situação de desequilíbrio estrutural;
- c. Aqueles que, não se encontrando nas situações descritas, tenham pagamentos em atraso e optem por este programa.

2. **Programa II**, destinado aos restantes Municípios que, em 31 de março de 2011 tivessem pagamentos em atraso (há mais de 90 dias).

No âmbito desta candidatura, o Município de Santa Maria da Feira, como não se enquadrava no Programa I, foi direcionado para o Programa II, consubstanciando-se o valor dos pagamentos em atraso (dívidas vencidas há mais de 90 dias registadas a 31/03/2012), de acordo com a informação reportada para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em 14.823.441,42 €, tendo sido considerado como valor elegível para efeitos do presente empréstimo o montante de 12.899.356,76 €.

No entanto, foi entendimento do Tribunal de Contas, que não podiam ser consideradas as faturas com data de emissão posterior a 30 de novembro de 2011, tendo sido alterados os valores constantes do Quadro VI- Lista de Pagamentos em Atraso (quadro de suporte à respetiva candidatura), através de aditamento ao contrato, tendo o valor de empréstimo a contratar se mantido inalterável e objeto de visto do Tribunal de Contas por despacho de 29 de janeiro de 2013.

De acordo com o disposto contratualmente, o capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

a) A primeira, no valor de 70% do montante financiado (a receber até ao 5º dia útil após a receção do visto do Tribunal de Contas) consubstanciando-se em 9.029.549,73 €, tendo sido recebida pelo Município a 14 de fevereiro de 2013.

b) A segunda, no valor de 30% do montante financiado, que devia ter sido disponibilizado até ao 5º dia útil após comunicação da DGAL do cumprimento dos pressupostos necessários para o efeito (15-05-2013), previstos na alínea b) do n.º 2, do artigo 12º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, o que só veio a ocorrer a 1 de Julho de 2013, no valor de 3.524.004,89 €. O valor não corresponde a 30% do montante elegível, porque o Município efetuou pagamentos anteriores à data da entrada da receita do PAEL, pelo que à data do recebimento da 2ª tranche o valor em dívida já era menor.

Atendendo às dificuldades financeiras dos agentes económicos e aos elevados juros que acarretaria para o Município, este, optou por efetuar esses pagamentos antecipadamente, daí advém um valor inferior em 345.802,14 €.

À data da realização do presente relatório, o Município de Santa Maria da Feira já deu por concluído a execução de todos os pagamentos previstos no Quadro VI – Lista dos Pagamentos

em Atraso a financiar com o empréstimo a contratar, alterada conforme o mencionado anteriormente.

O princípio fundamental da LCPA, e constante do artigo 7º da referida lei, é que “ a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso”, e, para efeitos do disposto no referido artigo, considera-se “qualquer momento” o final de cada mês onde os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior (art.º 14º Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).

O Município de Santa Maria da Feira a 31 de dezembro de 2014, não detinha pagamentos em atraso.

O pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Plano de Ajustamento Financeiro preconiza a implementação de medidas de contenção de despesas e maximização de receitas de modo a permitir a sua exequibilidade, equilíbrio e sustentabilidade financeira da Autarquia.

Este plano tem um horizonte temporal equivalente ao do empréstimo concedido pelo Estado, e contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciam o restabelecimento da situação financeira do Município.

Conforme disposto no art.º 12º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, e no que se refere à monitorização e acompanhamento, todos os Municípios aderentes deverão incluir no relatório de conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL, tendo sido apenas apresentado neste momento, em virtude de o mesmo apenas ter sido implementado no ano em apreço. A monitorização é feita de acordo com os mapas que se encontram nos anexos ao presente relatório e que serão remetidos, novamente para a DGAL de forma a darmos cumprimento ao estabelecido.

PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

VIII. Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial do Município reportada a 31 de dezembro de 2014. Apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, os direitos e obrigações da autarquia, para os períodos de 2011 a 2014, servindo assim, como uma comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do Município.

Quadro 37 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético

Descrição	2014	2013	2012	2011	Δ	
					2014/2011	2014/2013
Activo						
Imobilizado	245 814 167,38 €	237 477 667,82 €	230 604 815,14 €	240 917 500,91 €	2,03%	3,51%
Circulante						
Existências	338 392,87 €	338 836,65 €	397 184,33 €	677 609,99 €	-50,06%	-0,13%
Dívidas de terceiros - curto prazo	4 840 463,72 €	1 843 006,72 €	6 229 296,59 €	6 178 861,92 €	-21,66%	162,64%
Disponibilidades	11 558 483,43 €	4 455 253,59 €	2 227 013,27 €	3 007 202,52 €	284,36%	159,43%
Acréscimos e Diferimentos	21 307 989,06 €	21 822 718,71 €	17 287 408,82 €	15 296 871,42 €	39,30%	-2,36%
Total do Activo	283 859 496,46 €	265 937 483,49 €	256 745 718,15 €	266 078 046,76 €	6,68%	6,74%
Fundos Próprios						
Património	86 931 727,75 €	86 906 742,97 €	86 191 949,53 €	82 353 940,94 €	5,56%	0,03%
Reservas e Ajustamentos	9 090 277,45 €	8 541 281,57 €	6 392 095,82 €	5 748 489,46 €	58,13%	6,43%
Resultados transitados	64 121 539,55 €	51 231 499,86 €	39 864 957,47 €	49 580 519,88 €	29,33%	25,16%
Resultados Líquidos	10 438 736,56 €	12 812 374,93 €	10 119 084,30 €	3 057 968,43 €	241,36%	-18,53%
Total Fundos Próprios	170 582 281,31 €	159 491 899,33 €	142 568 087,12 €	140 740 918,71 €	21,20%	6,95%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	3 037 479,47 €	1 223 353,65 €	1 280 746,60 €			
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo						
Empréstimos	40 019 075,23 €	49 344 318,22 €	41 694 791,59 €	44 955 731,04 €	-10,98%	-18,90%
Acordos de Pagamento FAM	- €	1 718 865,78 €	2 321 298,36 €	2 725 115,52 €		
Dívidas a terceiros - curto prazo						
Empréstimos MLP - componente a pagar a curto prazo	4 652 066,24 €					
Outras dívidas	4 380 053,86 €	4 751 373,94 €	22 704 163,27 €	31 281 783,03 €	-86,00%	-7,82%
Acréscimos e Diferimentos	58 718 106,30 €	50 865 190,19 €	46 176 631,21 €	46 374 498,46 €	26,62%	15,44%
Total Passivo	113 277 215,15 €	107 903 101,78 €	114 177 631,03 €	125 337 128,05 €	-4,99%	4,98%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	283 859 496,46 €	267 395 001,11 €	256 745 718,15 €	266 078 046,76 €	6,68%	6,16%

Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2014, e se comparado com os valores referentes ao ano de 2011, constatamos que:

- O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 6,68%, o qual resultou, sobretudo, de um aumento significativo das disponibilidades em 284,36% e dos acréscimos e diferimentos em 39,30%, rubricas que contribuíram, respetivamente, em 48,09%, 33,81%, para a variação total; contribuíram negativamente para a variação total as dívidas de terceiros de curto prazo em 7,53%.

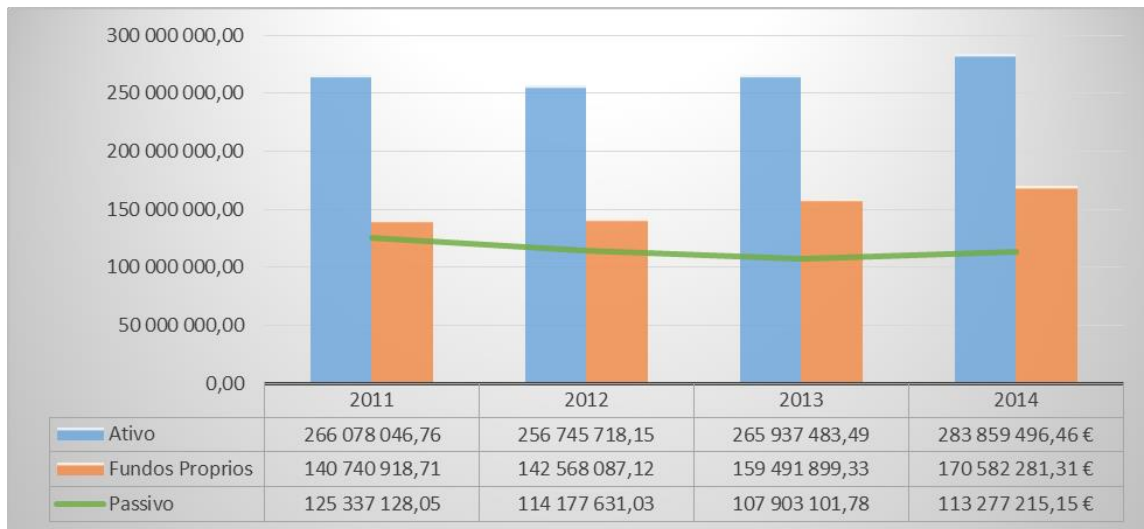
- O Passivo teve um comportamento inverso comparativamente com o ativo, com um decréscimo de 4,99%, devido essencialmente a uma redução das dívidas de curto prazo em 86% (-26.901.729,17 €) e a uma redução do valor dos empréstimos a MLP em 10,98%, no entanto os acréscimos e diferimentos tiveram um acréscimo de 26,62%.
- Os Fundos Próprios aumentaram em 21,20%, para o que contribuiu, em especial, o aumento das reservas e ajustamentos em 58,13% e o resultado líquido em 241,36%, do qual contribuíram para a variação total em 11,20% e em 24,73% respetivamente.

Quadro 38 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Percentagem

Descrição	2014	2013	2012	2011
Activo				
Imobilizado	86,60%	89,30%	89,82%	90,54%
Circulante				
Existências	0,12%	0,13%	0,15%	0,25%
Dívidas de terceiros - curto prazo	1,71%	0,69%	2,43%	2,32%
Disponibilidades	4,07%	1,68%	0,87%	1,13%
Acréscimos e Diferimentos	7,51%	8,21%	6,73%	5,75%
Total do Activo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos Próprios				
Património	50,96%	32,50%	33,57%	30,95%
Reservas e Ajustamentos	5,33%	3,19%	2,49%	2,16%
Resultados transitados	37,59%	19,16%	15,53%	18,63%
Resultados Líquidos	6,12%	4,79%	3,94%	1,15%
Total Fundos Próprios	60,09%	59,65%	55,53%	52,89%
Passivo				
Provisões para Riscos e Encargos	2,68%	0,46%	0,50%	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo				
Empréstimos	35,33%	18,45%	36,52%	16,90%
Acordos de Pagamento		0,64%	0,90%	1,02%
FAM	2,18%			
Dívidas a terceiros - curto prazo				
Empréstimos MLP - componente a pagar a curto prazo	4,11%			
Outras dívidas	3,87%	1,78%	8,84%	11,76%
Acréscimos e Diferimentos	51,84%	17,99%	17,99%	17,43%
Total Passivo	39,91%	40,35%	44,47%	47,11%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	100%	100%	100%	100%

Em síntese, o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo tem vindo a diminuir desde 2011, sendo que passou de 30% em 2011 para 19% em 2014, pelo que o peso do ativo nos fundos próprios aumentaram de 53% em 2011 para 60% em 2014.

Gráfico 18 – Estrutura e Evolução da Autarquia



Analisando a evolução e estrutura dos balanços em comparação com o período homólogo de 2013, verifica-se que o ativo líquido aumentou 6,16%.

O Passivo em 2014 aumentou no montante de 5.374.113,37 €, face ao ano de 2013, sendo que este aumento corresponde a 4,98%.

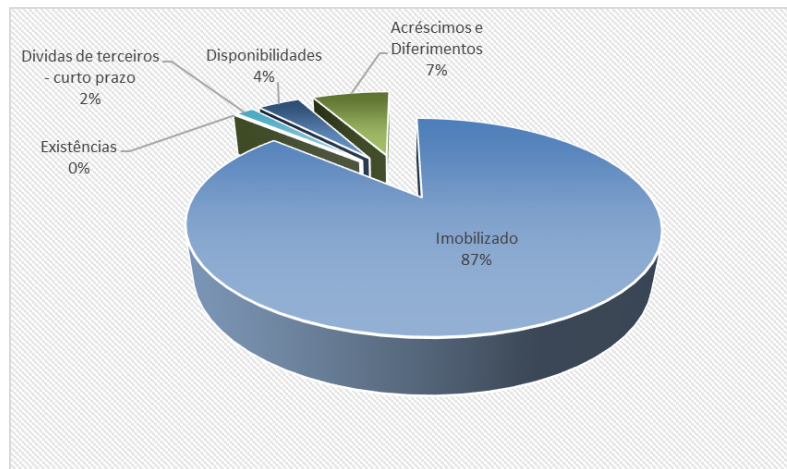
Os Fundos Próprios registaram um aumento no montante de 11.090.381,998 € comparado com o ano económico de 2013, acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício no montante de 10.438.736,56 €.

Ativo

Os ativos são “recursos controlados por uma entidade em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço”. (Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público – NICSP n.º 3).

O gráfico que se segue, evidencia como o ativo do Município de Santa Maria da Feira se encontra agrupado dando uma noção real do peso de cada componente no Ativo Total.

Gráfico 19 – Estrutura do Ativo



Da análise ao Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2014, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 283.859.496,46 €, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 359.058.849,32 €.

A estrutura do ativo permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 86,60%, seguido dos acréscimos e diferimentos em 7,51%.

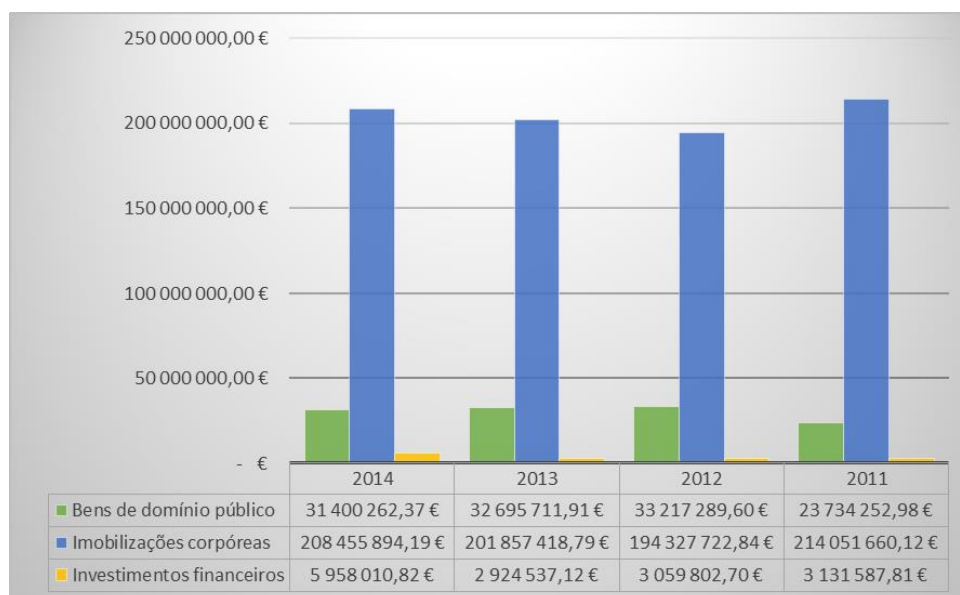
Imobilizado

A materialidade do ativo encontra-se centrada no Imobilizado.

Quadro 39 – Evolução do Imobilizado Líquido

	2014	2013	2012	2011	Δ 2014/2013
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	2 619 071,11 €	2 114 234,79 €	2 051 159,85 €	1 866 788,20 €	23,88%
Edifícios					
Outras construções e infra-estruturas	28 285 591,24 €	30 155 947,78 €	30 739 930,21 €	19 148 999,18 €	-6,20%
Bens do património histórico, artístico e cultural	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €	0,00%
Outros bens de domínio público	- €	167 943,86 €	168 614,06 €	20 696,18 €	-100,00%
Imobilizações em curso	167 242,65 €	74 707,10 €	74 707,10 €	2 514 891,04 €	123,86%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	145 478,99 €	- €	- €	- €	
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	50 330 376,32 €	49 880 684,23 €	49 476 558,48 €	49 230 920,22 €	0,90%
Edifícios e outras construções	123 211 625,98 €	125 495 985,68 €	117 496 519,27 €	107 885 611,78 €	-1,82%
Equipamento básico	598 019,25 €	604 780,02 €	676 606,24 €	666 175,82 €	-1,12%
Equipamento de transporte	106 030,17 €	83 429,27 €	86 582,88 €	121 443,74 €	27,09%
Ferramentas e utensílios	22 640,12 €	32 494,96 €	48 361,05 €	70 476,44 €	-30,33%
Equipamento administrativo	389 670,08 €	486 875,50 €	469 435,52 €	519 446,06 €	-19,97%
Taras e vasilhame	9 489,18 €	4 103,58 €	5 244,74 €	6 346,86 €	131,24%
Outras imobilizações corpóreas	1 513 283,87 €	1 655 101,28 €	1 795 489,17 €	1 991 713,29 €	-8,57%
Imobilizações em curso	32 156 556,85 €	23 495 761,90 €	23 668 657,18 €	52 929 111,22 €	36,86%
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	118 202,37 €	118 202,37 €	604 268,31 €	630 414,69 €	0,00%
Investimentos financeiros					
Partes de capital	3 075 837,77 €	2 924 537,12 €	3 059 802,70 €	3 131 587,81 €	5,17%
Obrigações e títulos de participação	2 882 173,05 €	- €	- €	- €	
TOTAL	245 814 167,38 €	237 477 667,82 €	230 604 815,14 €	240 917 500,91 €	3,51%

Gráfico 20 – Evolução do Imobilizado Líquido



O Município de Santa Maria da Feira terminou o ano de 2014 com um ativo líquido valorizado em 283.859.496,46 €, dos quais 245.814.167,38 €, ou seja 86,60%, dizem respeito a ativos de imobilizado fixo.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

No Imobilizado, o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea que compreende o expressivo valor de 208.455.894,19 €, seguido dos bens de domínio público que ascendem a 31.400.262,37 €.

Comparativamente a 2013, a componente Imobilizações Corpóreas teve um aumento de 6.598.475,40 €, devido especialmente a obras que finalizaram no ano em preço.

Os Investimentos Financeiros apresentam um aumento de 3.033.473,70 € comparativamente ao ano transato, devido essencialmente à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM), no seguimento da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que totaliza 2.882.173,05 €. De seguida e devido à adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) que determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, a participação mais valorizada foi da Empresa Municipal Feira Viva, EM. No quadro seguinte, pode-se identificar as participações do Município superiores a 20% e os seus respetivos ajustamentos.

Quadro 40 – Investimentos Financeiros

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição ¹	Valor ajustado 2012	Valor ajustado 2013	Valor ajustado em 2014
Empresa Municipal Feira Viva	100%	942.230,83 €	1.218.581,88 €	1.147.947,55 €	1.270.889,09 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50%	334.000,00 €	- €	- €	- €
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20%	30.000,00 €	15.863,85 €	1.232,60 €	29.990,70 €

¹Este valor inclui prestações suplementares

De seguida, proceder-se-á a uma análise mais desenvolvida do Imobilizado, aludindo numa primeira fase aos bens móveis, seguida dos bens imóveis.

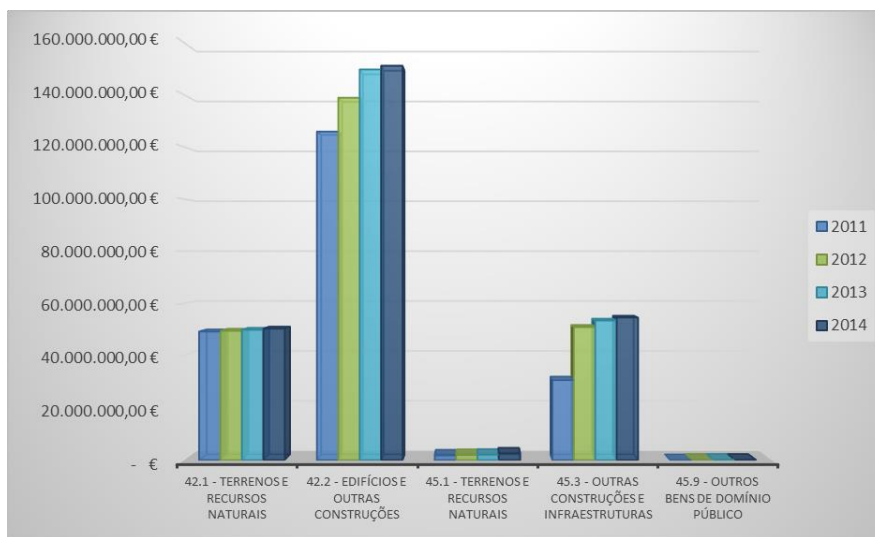
Bens Móveis

No exercício de 2014 verificou-se um aumento no Ativo Bruto no valor de 470.851,02 € referente a novas aquisições, grandes reparações ou beneficiações e doações.

Quadro 41 – Composição Ativo Bruto – Bens Móveis

	2011	2012	2013	2014
42.3 - Equipamento Básico	3 356 639,71 €	3 466 242,70 €	3 527 004,30 €	3 622 599,63 €
42.4 - Equipamento de Transporte	2 176 598,13 €	2 182 831,72 €	2 252 160,81 €	2 069 949,19 €
42.5 - Equipamento e Utensílios	734 333,67 €	734 941,49 €	739 793,51 €	759 975,37 €
42.6 - Equipamento Administrativo	3 979 648,04 €	4 008 463,08 €	4 108 069,07 €	4 152 479,00 €
42.7 - Taras e Vasilhame	25 588,03 €	25 588,03 €	25 588,03 €	35 718,23 €
42.9 - Outras Imob. Corpóreas	8 047 756,52 €	8 459 381,41 €	9 069 329,13 €	9 552 074,45 €
45.5 - Bens do Património histórico, artíst. e cultural	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €
TOTAL	18 503 442,48 €	19 060 326,81 €	19 904 823,23 €	20 375 674,25 €

Gráfico 21 – Evolução do Ativo Bruto – Bens Móveis

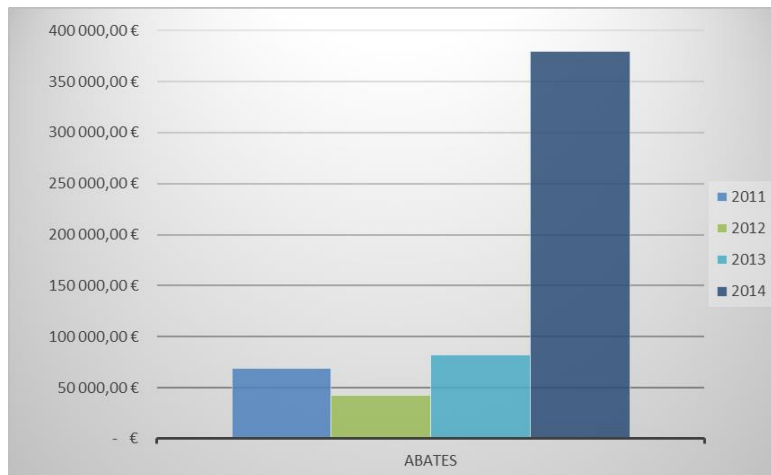


A conta **42.9 – Outras Imobilizações Corpóreas**, destaca-se pela aquisição de equipamento informático para as juntas de freguesia através de candidatura SAMA integrado no “Município Digital 2.0” e outros equipamentos;

Outras Imobilizações Corpóreas	2011	2012	2013	2014
Valor Imobilizado	8.047.756,52 €	8.459.381,41 €	9.069.329,13 €	9.552.074,45 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	4,87%	6,73%	5,32%

Durante o exercício de 2014, verificou-se uma diminuição do Ativo Bruto no total de 137.946,41€ referente a abates.

Gráfico 22 - Abates



Verifica-se que o número de bens abatidos durante o ano 2014 deve-se principalmente a bens que estavam em mau estado de conservação, que não compensava a sua recuperação e material que se encontrava obsoleto.

A conta **42.4 – Equipamento de Transporte** regista o abate da cedência de um autocarro à Federação das Coletividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira segundo deliberação de câmara de 11 de agosto de 2014.

No entanto, existe uma discrepância em 2014 em relação aos outros anos, porque o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetação e outros) passou necessariamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo

Quadro 42 – Abates Bens Móveis

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial		Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate
	Aquisição	Amortização					
38634	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
38769	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
43827	42.9	48.2.9	IMPRESSORA DESKJET 3845	04/03/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43951	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
43990	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45819	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 5740	07/08/2006	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50138	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 5940	09/10/2006	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50757	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50843	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50876	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50897	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50914	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50943	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
51018	42.9	48.2.9	IMPRESSORA EPSON STYLUS D68	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
52391	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP LASERJET 2015 N	12/10/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
31303	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	26/09/2001	24/04/2014	10 Outros	1 - A
31911	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25/01/2002	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43586	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43607	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43624	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43646	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43651	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43685	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43752	42.9	48.2.9	CPU HP D530	04/03/2005	12/11/2014	10 Outros	21 - A
43889	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43905	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43909	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43928	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43959	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43976	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43978	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43980	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43993	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43995	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44011	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44046	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44776	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44782	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45060	42.9	48.2.9	CPU HP COMPAQ	20/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45249	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45250	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45312	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50762	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50768	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50814	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50866	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50884	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
7710	42.6	48.2.6	MONITOR COMPAQ 15"	28/04/2000	24/04/2014	10 Outros	1 - A
16663	42.6	48.2.6	MONITOR GOLDSTAR 14"	30/12/1996	29/12/2014	10 Outros	27 - A
16668	42.6	48.2.6	MONITOR TUV 14"	28/09/1998	29/12/2014	10 Outros	27 - A
16721	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	31/10/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
22273	42.6	48.2.6	MONITOR INTERGRAPH PRETO 21"	24/03/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
22540	42.6	48.2.6	MONITOR INTERGRAPH PRETO 21"	26/06/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
22889	42.6	48.2.6	MONITOR NOKIA 21"	13/09/1996	29/12/2014	10 Outros	27 - A
23343	42.6	48.2.6	MONITOR TUV 14"	18/02/1999	29/12/2014	10 Outros	27 - A
23448	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	31/10/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
23738	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	10/07/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
23958	42.6	48.2.6	MONITOR SHINE 15"	31/10/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
26729	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
29792	42.6	48.2.6	MONITOR SUN MICROSYSTEM	31/07/2000	24/04/2014	10 Outros	1 - A
29992	42.6	48.2.6	MONITOR UNIKA 15"	31/10/2000	24/04/2014	10 Outros	1 - A
30324	42.6	48.2.6	MONITOR SAMTRON 15"	02/12/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
30398	42.6	48.2.6	MONITOR HP 19"	13/06/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
31654	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	28/02/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
31896	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
31910	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	24/04/2014	10 Outros	1 - A
34059	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	24/04/2014	10 Outros	1 - A
34282	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	23/04/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
34302	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	24/04/2014	10 Outros	1 - A
34567	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
34591	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
34874	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
36088	42.9	48.2.9	MONITOR SAMTRON 15"	29/06/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
37004	42.9	48.2.9	MONITOR SAMTRON 15"	07/07/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
37256	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
37320	42.6	48.2.6	MONITOR INTERGRAPH 21"	24/03/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
38289	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS	25/01/2002	29/12/2014	10 Outros	27 - A
38292	42.9	48.2.9	MONITOR SAMSUNG	07/07/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
38367	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	07/07/2003	24/04/2014	10 Outros	1 - A
38857	42.9	48.2.9	MONITOR SAMTRON 15"	04/02/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
38947	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	08/07/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A



Nr. Inv.	Classificação Patrimonial		Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate
	Aquisição	Amortização					
40107	42.9	48.2.9	MONITOR PHILIPS 17"	09/05/2003	24/04/2014	10 Outros	1 - A
42359	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	23/12/2004	24/04/2014	10 Outros	1 - A
42774	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	21/12/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43084	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	09/06/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43541	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43548	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43573	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43587	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43623	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
43665	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43714	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43786	42.9	48.2.9	MONITOR HP CRT 17"	04/03/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43798	42.9	48.2.9	MONITOR HP CRT 17"	04/03/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43931	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43938	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43943	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43985	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
43991	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44022	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44032	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
44036	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
44076	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44138	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU	04/10/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
44777	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
44783	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
44787	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
45299	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12/07/2005	29/12/2014	10 Outros	27 - A
45466	42.9	48.2.9	MONITOR COMPAQ V500	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
45467	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
45506	42.9	48.2.9	MONITOR HP 19" S9500 CRT	21/11/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
45517	42.9	48.2.9	MONITOR HP 19" S9500 CRT	21/11/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50694	42.9	48.2.9	MONITOR SAMSUNG	14/12/2006	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50759	42.9	48.2.9	MONITOR LCD SCENICVIEW XE-17	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50779	42.9	48.2.9	MONITOR LCD SCENICVIEW XE-17	26/03/2007	24/04/2014	10 Outros	1 - A
23267	42.6	48.2.6	CISCO ROUTER	31/10/2000	29/12/2014	10 Outros	27 - A
31407	42.6	48.2.6	SCANNER EPSON	30/10/2001	29/12/2014	10 Outros	27 - A
49969	42.9	48.2.9	SOFTWARE-OFFICE MAC 2004	07/08/2006	24/04/2014	10 Outros	1 - A
38325	42.9	48.2.9	FAX CANON	18/02/2003	24/04/2014	10 Outros	1 - A
42270	42.9	48.2.9	FAX B155 CANON	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
23400	42.6	48.2.6	ALCATEL TELEFONE S/DISPLAY	02/02/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
29989	42.6	48.2.6	SIEMENS TELEFONE C/DISPLAY	04/04/1997	19/11/2014	10 Outros	22 - A
30405	42.6	48.2.6	TELEFONE ALCATEL	30/03/2001	19/11/2014	10 Outros	22 - A
31825	42.6	48.2.6	TELEFONE ALCATEL	24/01/2002	19/11/2014	10 Outros	22 - A
40237	42.9	48.2.9	TELEFONE SIEMENS	01/01/2000	19/11/2014	10 Outros	22 - A
59219	42.3	48.2.3	TELEFONE ANALOGICO TEMPORIS 200	09/12/2008	19/11/2014	10 Outros	22 - A
37327	42.6	48.2.6	CADEIRA C/ BRAÇOS E RODAS TECIDO CINZA	28/10/2002	01/08/2014	10 Outros	11 - A
52506	42.6	48.2.6	CADEIRA C/BRAÇOS C/RODAS TECIDO BORDEUX	16/10/2007	18/07/2014	10 Outros	9 - A
55360	42.6	48.2.6	CADEIRA C/RODAS S/BRAÇOS TEC VERM	29/05/2008	18/07/2014	10 Outros	9 - A
78085	42.6	48.2.3	ESTANTE PRATELEIRA MADEIRA	17/10/2013	31/12/2014	6 Troca	33 - A
43498	42.3	48.2.3	MESA QUADRADA C/TAMPO FAIA EST PRETA	09/02/2005	24/04/2014	10 Outros	1 - A
50193	42.6	48.2.6	MAQUINA ENCADERNAR FELLOWES	08/11/2006	29/12/2014	10 Outros	26 - A
33024	42.9	48.2.9	MAQUINA FOTOGRAFICA SONY CYBER-SHOT DSC-W80	09/11/2007	31/07/2014	3 Furto / Roubo	10 - A
33314	42.9	48.2.9	MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL SONY DSC-W310	09/04/2010	31/12/2014	10 Outros	29 - A
43065	42.9	48.2.9	POSTO PULVERIZAÇÃO/NEBULIZAÇÃO	25/05/2004	29/12/2014	10 Outros	27 - A
75389	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDACTICO- AUDIOVISUAL E DIVERSOS	29/11/2012	31/12/2014	10 Outros	32 - A
78598	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDACTICO-EDUCAÇÃO MUSICAL	02/01/2014	01/07/2014	10 Outros	8 - A
78599	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDACTICO-EXPRESSION DRAMATICA	02/01/2014	01/07/2014	10 Outros	8 - A
645	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CINZ	20/11/1995	30/09/2014	10 Outros	16 - A
745	42.3	48.2.3	ARMARIO 90X40X150 MET CAST	04/01/1995	30/09/2014	10 Outros	16 - A
2668	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CREME	30/09/1992	30/09/2014	10 Outros	16 - A
2694	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CREME	28/01/1999	30/09/2014	10 Outros	16 - A
3609	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	09/12/1996	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11525	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	08/04/1997	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11528	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	17/02/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11529	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	17/02/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11535	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	08/04/1997	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11610	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	07/09/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11920	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	17/02/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11921	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	17/02/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11922	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	17/02/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11923	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	16/06/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11924	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CAST	16/06/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11954	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	07/09/1999	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11956	42.3	48.2.3	MESA 110X55X65 FORM CREME	21/01/1991	25/09/2014	10 Outros	15 - A
13287	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	30/01/1995	03/10/2014	10 Outros	17 - A
14551	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	02/12/1997	03/10/2014	10 Outros	17 - A
14953	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CREME	31/10/2000	28/11/2014	10 Outros	23 - A
18113	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CINZ	02/06/1993	28/11/2014	10 Outros	23 - A
19567	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	24/11/1993	28/11/2014	10 Outros	23 - A

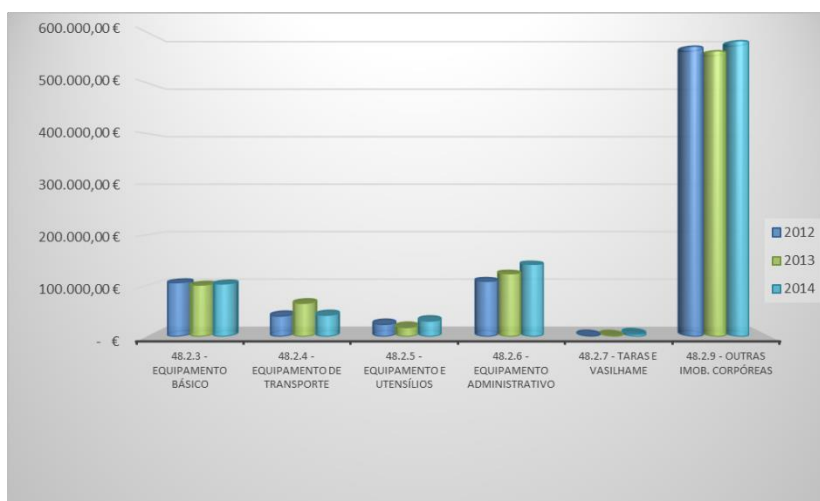
Nr. Inv.	Classificação Patrimonial		Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate
	Aquisição	Amortização					
19575	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	24/11/1993	28/11/2014	10 Outros	23 - A
20107	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	21/04/1993	28/11/2014	10 Outros	23 - A
25437	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	04/09/1991	25/09/2014	10 Outros	15 - A
25956	42.3	48.2.3	CADEIRA MAD CAST	30/12/1998	28/10/2014	10 Outros	20 - A
25967	42.3	48.2.3	CADEIRA MAD CAST	30/12/1998	28/10/2014	10 Outros	20 - A
25977	42.3	48.2.3	CADEIRA MAD CAST	30/12/1998	28/10/2014	10 Outros	20 - A
36624	42.3	48.2.3	CADEIRA MADEIRA E ESTR. CINZA	09/04/2001	03/10/2014	10 Outros	17 - A
36628	42.3	48.2.3	CADEIRA MADEIRA E ESTR. CINZA	09/04/2001	03/10/2014	10 Outros	17 - A
36643	42.3	48.2.3	CADEIRA MADEIRA E ESTR. CINZA	09/04/2001	03/10/2014	10 Outros	17 - A
55480	42.6	48.2.6	ARCA EM MADEIRA P/MATERIAL DESPORTIVO	22/01/2008	31/12/2014	10 Outros	28 - A
77549	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO-EDUCAÇÃO MUSICAL	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	30 - A
77550	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO-AUDIOVISUAL	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	30 - A
77551	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO DIVERSOS	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	30 - A
78120	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO-EDUCAÇÃO MUSICAL	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	31 - A
78121	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO-AUDIOVISUAL	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	31 - A
78122	42.9	48.2.9	MATERIAL DIDATICO-DIVERSOS	01/07/2013	31/12/2014	10 Outros	31 - A
55374	42.9	48.2.9	LEITOR DVD XEC AC 110 2400W	16/10/2008	12/12/2014	10 Outros	25 - A
11929	42.5	48.2.5	AQUECEDOR PHILIPS ÓLEO	18/05/2000	25/09/2014	10 Outros	15 - A
11930	42.5	48.2.5	AQUECEDOR PHILIPS ÓLEO	18/05/2000	25/09/2014	10 Outros	15 - A
31705	42.5	48.2.5	AQUECEDOR A ÓLEO PHILIPS	02/04/2002	24/04/2014	10 Outros	2 - A
31949	42.5	48.2.5	AQUECEDOR A OLEO PRINCESS	01/10/2001	31/12/2014	10 Outros	28 - A
42800	42.3	48.2.3	AQUECEDOR-VENTILADOR	10/11/2005	05/06/2014	10 Outros	3 - A
67483	42.3	48.2.3	EMISSOR ELECTRICO DIGITAL 10E	08/04/2010	03/10/2014	10 Outros	17 - A
42379	42.3	48.2.3	CORTA RELVA KUBOTA	08/06/2005	03/12/2014	3 Furto / Roubo	24 - A
42376	42.4	48.2.4	CHASSIS DE PASSAGEIROS VOLVO	05/02/2004	31/12/2014	11 Doacao	7 - A

No exercício de 2014, verificou-se um aumento das amortizações nas rubricas 48.2.3, 48.2.5, 48.2.6, 48.2.7 e 48.2.9, como se pode verificar na tabela e no gráfico abaixo apresentados, tendo diminuído as rubricas 48.2.4.

Quadro 43 – Amortizações do Exercício - Variação

	2012	2013	2014	Variação % (2013-2014)
48.2.3 - Equipamento Básico	106.026,34 €	101.155,92 €	103.542,27 €	2,36%
48.2.4 - Equipamento de Transporte	40.335,34 €	65.373,79 €	41.915,27 €	-35,88%
48.2.5 - Equipamento e Utensílios	23.711,86 €	17.666,59 €	30.479,13 €	72,52%
48.2.6 - Equipamento Administrativo	108.889,43 €	123.678,87 €	142.201,35 €	14,98%
48.2.7 - Taras e Vasilhame	1.102,12 €	1.025,89 €	4.744,60 €	362,49%
48.2.9 - Outras Imob. Corpóreas	571.729,70 €	562.482,88 €	582.450,31 €	3,55%
TOTAL	851.794,79 €	871.383,94 €	905.332,93 €	3,90%

Gráfico 23 – Amortizações do Exercício



BENS IMÓVEIS

O valor dos imóveis corresponde aos 82,23% do imobilizado em 2014, refletido no mapa do Ativo Bruto um acréscimo da conta **45.1 – Terrenos e recursos naturais**, em 23,88% e na conta **45.3 – Outras construções e infraestruturas**, em 2,16% em relação ao ano 2013.

Quadro 44 – Ativo Bruto – Bens Móveis

	2011	2012	2013	2014	Variação % (2013-2014)
42.1 - Terrenos e recursos naturais	49.230.920,22 €	49.476.558,48 €	49.880.684,23 €	50.330.376,32 €	0,90%
42.2 - Edifícios e outras construções	125.727.654,26 €	138.693.333,26 €	149.527.100,08 €	150.932.315,96 €	0,94%
45.1 - Terrenos e recursos naturais	1.866.788,20 €	2.051.159,85 €	2.114.234,79 €	2.619.071,11 €	23,88%
45.3 - Outras construções e infraestruturas	30.627.688,25 €	50.949.289,14 €	53.435.349,28 €	54.591.164,87 €	2,16%
45.9 - Outros bens de domínio público	20.696,18 €	173.852,94 €	173.852,94 €	173.852,94 €	0,00%
TOTAL	207.473.747,11 €	241.344.193,67 €	255.131.221,32 €	258.646.781,20 €	1,38%

Gráfico 24 – Evolução Ativo Bruto – Bens Imóveis

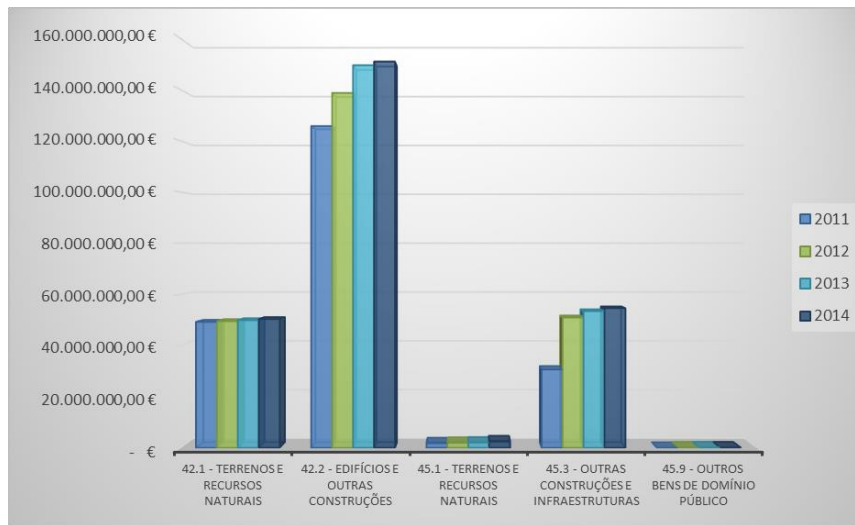
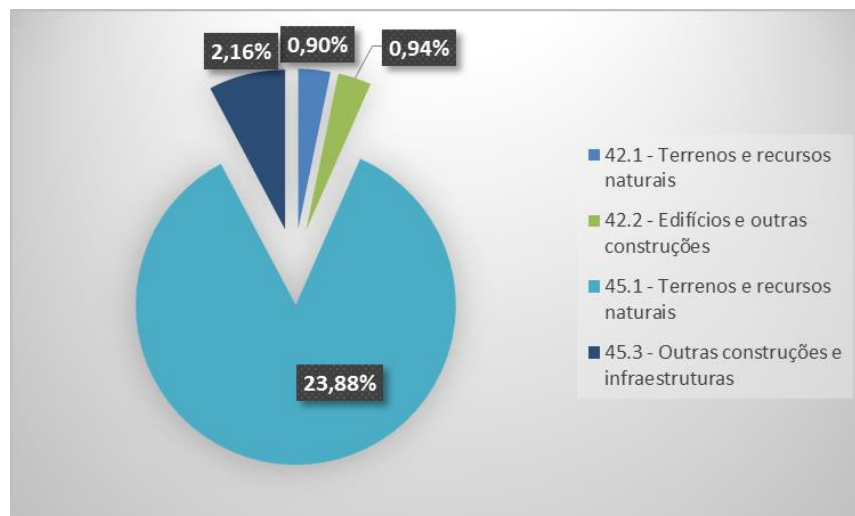


Gráfico 25 – Distribuição do Aumento 2013-2014



Através do gráfico acima representado verifica-se que as rubricas que registam um maior aumento são:

Conta 45.1 - Terrenos e recursos naturais, o aumento deve-se ao facto da inventariação de parcelas de terreno para Domínio Público, no valor de 506.486,32 €, como de pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 45 – Terrenos e Recursos Naturais

Nr. Inv.	Designação	Valor (a)
64773	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	795,00 €
64768	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 095,00 €
64770	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	9 800,00 €
64771	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	11 190,00 €
64772	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2 485,00 €
64776	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	22 943,63 €
64120	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 443,49 €
64718	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 960,00 €
64719	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 000,00 €
64724	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	755,00 €
64725	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	65,00 €
64731	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 636,04 €
64735	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 285,00 €
64736	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	52,00 €
64737	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4 750,00 €
64738	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 350,00 €
64739	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2 685,00 €
64740	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	9 750,00 €
64741	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	6 085,00 €
64742	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	2 050,00 €
64743	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	3 920,00 €
64744	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	4 125,00 €
64751	PARCELA TERRENO-PARC.5-A	17 000,00 €
64753	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	86 205,00 €
64754	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	95,00 €
64755	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	650,00 €
64758	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	19,21 €
64759	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	17,06 €
64760	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	15,00 €
64761	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	220,00 €
64762	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	45 825,00 €
64763	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	44,89 €
64764	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 100,00 €
64765	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	235,00 €
64766	PARCELA TERRENO-ARRUAMENTOS, CIRCULAÇÃO, BAIAS ESTACIONAMENTO, AREAS VERDES	262 190,00 €
64767	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	1 650,00 €
TOTAL.....		506 486,32 €

(a)Valor Patrimonial de 5€/ metro quadrado atribuído aos bens pertença do domínio público municipal - R.O. de 27 de maio de 2013

Conta 45.3 – Outras Construções e Infraestruturas, o aumento deve-se, em parte, ao facto da inventariação de empreitadas que se encontravam em imobilizado em curso como se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 46 – Outras Construções e Infraestruturas

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62717	INFRAESTRUTURAS RUA CANIÇAS FRENTE CENTRO ESCOLAR S.JOAO DE VER	69.006,00 €	
62722	CONSTRUÇÃO MURO SUPORTE EM GABIOES- TRAVESSA 13 MAIO - CALDAS S. JORGE	6.996,01 €	
62719	REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS DO OUTEIRINHO E PADRE ZE-SANTA MARIA LAMAS	234.204,40 €	
62745	REFORÇO DA ESTRUTURA DO PASSADIÇO-FIAES	10.493,26 €	
62718	PAVIMENTAÇÃO ARRUAMENTO LIGAÇÃO TRAVESSA MATA, N.º3 A RUA NOVA DA MATA - RIO MEAO	14.059,63 €	45.3
62720	REPARAÇÃO DE COLECTOR DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA RUA DR VITORINO DE SA	19.860,78 €	
62745	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL RIO UIMA - 2ª FASE	484.723,26 €	
62723	CONSTRUÇÃO PONTE SOBRE A RIBEIRA DE BEIRE- RIO MEAO	83.485,92 €	
62745	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL RIO UIMA - 1ªFASE- FIAES	60.541,98 €	
TOTAL CONTA 45.3		983.371,24 €	

Na **conta 42.2 – Edifícios e outras construções**, verifica-se um aumento na inventariação de empreitadas do imobilizado em curso para o corpóreo, sendo a mais relevantes as que se encontram elencadas no quadro abaixo.

Quadro 47 – Edifícios e outras construções

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
35165 / 35168	SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO NOS EDIFÍCIOS DOS PAÇOS DO CONCELHO (PARTE ANTIGA) E DIVISÃO SOCIAL	33.729,93 €	42.2.1.02 / 42.2.1.08
35165	MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS - 2ª FASE	786.028,34 €	42.2.1.03
62715	CONSTRUÇÃO BALNEÁRIO CAMPO DE JOGOS - PIGEIOS	113.358,01 €	42.2.1.03
62190	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE CALDAS S. JORGE - AÇUDE SOBRE RIO UIMA	144.678,87 €	42.2.2.12
62197	REPARAÇÃO EMISSARIO LAMAS, JUNTO GNR-SANTA MARIA LAMAS	3.763,00 €	42.2.2.12
62716	MOVIMENTO TERRAS E DRENAGEM NA TRAVESSA JOSE CARDOSO SOARES SANTOS - MURADO - MOZELOS	5.044,54 €	42.2.2.12
TOTAL CONTA 42.2		1.086.602,69 €	

As obras terminadas por inventariar têm vindo a diminuir e são referentes a obras que se encontravam em curso.

À presente data encontra-se concluída por inventariar a ETAR de Fiães, com o valor de 3.494.322,84 €. Esta situação deve-se à contestação realizada pelo primeiro empreiteiro, não tendo havido até à presente data auto de recepção provisório.

As diminuições ao inventário dizem respeito a alienações, transferências e abates, representando um valor bruto total de 491.379,58 €.

Quadro 48 – Diminuições de Imóveis

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.1 - Terrenos e recursos naturais	49.880.684,23 €	758.469,76 €	197.400,22 €	111.377,45 €	50.330.376,32 €
42.2 - Edifícios e outras construções	149.527.100,08 €	1.586.167,79 €	67.693,55 €	113.258,36 €	150.932.315,96 €
45.1 - Terrenos e recursos naturais	2.114.234,79 €	506.486,32 €	1.650,00 €	- €	2.619.071,11 €
45.3 - Outras construções e infraestruturas	53.435.349,28 €	1.155.815,59 €	- €	- €	54.591.164,87 €
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	- €	- €	- €	173.852,94 €
TOTAL	255.131.221,32 €	4.006.939,46 €	266.743,77 €	224.635,81 €	258.646.781,20 €

Quadro 49 – Abates – Bens Imóveis

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial	Descrição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
64697	42.2.1.01	PREDIO URBANO-CASA SOBRADO C/QUINTAL	31/12/2014	6 Troca	33 - A	79.857,50 €
35002	42.2.1.06	ESCOLA PRIMARIA DE CAVADAS-ENCERRADA 2010	14/08/2014	12 Venda Terrenos	12 - A	67.693,55 €
32100	42.1	PARCELA DE TERRENO	14/08/2014	12 Venda Terrenos	12 - A	21,95 €
32101	42.1	PARCELA DE TERRENO-ESCOLA CAVADAS	14/08/2014	12 Venda Terrenos	12 - A	51,13 €
32102	42.1	PARCELA DE TERRENO-ESCOLA CAVADAS	14/08/2014	12 Venda Terrenos	12 - A	7,98 €
32103	42.1	PARCELA DE TERRENO-ESCOLA CAVADAS	14/08/2014	12 Venda Terrenos	12 - A	16,21 €
32792	42.1	PARCELA TERRENO-PARC.1	30/06/2014	13 Permuta	5 - A	4.638,82 €
41236	42.1	PARCELA TERRENO-LOTE 6	14/08/2014	12 Venda Terrenos	13 - A	16.959,13 €
64203	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.ROMARIZ/PIGEIROS-LOTE 4	27/06/2014	12 Venda Terrenos	4 - A	102.030,00 €
64440	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.R.MEAO/P.BRANDAO-MOD.140	20/08/2014	12 Venda Terrenos	14 - A	1.675,00 €
64509	42.1	PARCELA TERRENO-Z.I.FIAES-LOTE 19	30/06/2014	12 Venda Terrenos	6 - A	72.000,00 €
64767	45.1	PARCELA TERRENO-DOMINIO PUBLICO	14/10/2014	12 Venda Terrenos	19 - A	1.650,00 €
TOTAL						346.601,27 €

Imobilizado em Curso

O total das imobilizações em curso é o que consta no Balanço e que perfaz o total de 32.420.238,21 €, que reflete as obras que foram contabilizadas na 44 – imobilizações em curso e que ainda não tiveram o seu término.

Quadro 50 – 44.2.1. - Terrenos e Recursos Naturais

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
397/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS	187.737,87 €
TOTAL		187.737,87 €

Quadro 51 – 44.2.2.1.03 – Instalações Desportivas e Recreativas

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
13/2011	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO DE MOZELOS	15.256,23 €
149/2012	PAVILHAO DESPORTIVO S.JOAO VER	29.908,21 €
15/2014	REABILITAÇÃO PRÉDIO - CENTRO CRIAÇÃO ARTÍSTICA - MATADOURO	40.483,39 €
TOTAL		85.647,83 €

Quadro 52 – 44.2.2.1.06 - Escolas

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
150/2012	CENTRO ESCOLAR CANEDO	1.351.973,07 €
151/2012	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO EB1 MATA-PAÇOS BRANDAO	13.235,00 €
155/2012	CENTRO ESCOLAR ARRIFANA	32.945,00 €
2/2011	CENTRO ESCOLAR VALE	10.201,92 €
31/2012	CENTRO ESCOLAR FORNOS	7.642,94 €
98/2012	CONSTRUÇÃO EB 2,3 SANTA MARIA FEIRA E PAVILHAO DESPORTIVO	6.127.751,90 €
CONT.160/2009	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO EB 2/3 PAÇOS BRANDAO	3.549.036,13 €
13/2014	CONSTRUÇÃO LIGAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA - EB1 LOUROSA	11.583,27 €
TOTAL		11.104.369,23 €

Quadro 53 – 44.2.2.1.08 – Outros Edifícios

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
17/2011	DEMOLIÇÃO DE INSTALAÇÕES		18.381,00 €
20/2011	REPARAÇÃO TANQUE PUBLICO-RUA SALGUEIRINHA-SANTA MARIA LAMAS		5.024,14 €
361/2012	BENEFICIAÇÃO MUSEU PAPEL-ATENDIMENTO E ARRANJOS EXTERIORES		4.870,95 €
387/2012	RESTAURO E AMPLIAÇÃO UNIDADE SAUDE RIO MEAO		40.918,47 €
388/2012	FONTENARIO E ESCULTURA		5.638,19 €
43/2013	CONSTRUÇÃO UNIDADE SAUDE DE ARGONCILHE		1.107.115,23 €
17/2014	EXECUÇÃO ESTRUTURA SUPORTE DA COBERTURA E PINTURA DE FACHADAS-PAÇOS CONCELHO E DIVISAO SOCIAL		54.186,33 €
TOTAL			1.236.134,31 €

Quadro 54 – 44.2.2.2.01 – Viadutos, arruamentos e Obras Complementares

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
221/2012	CONSTRUÇÃO OBRAS ARTE CORRENTES-NOGUEIRA REGEDOURA		36.512,00 €
5/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO ESCOLAR MURADO-MOZELOS		280.353,58 €
6/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO SOCIAL MOZELOS		105.834,67 €
5/2014	ARRUAMENTO SUL DA QUINTA DE SANTO ANTONIO - SANTA MARIA DA FEIRA		254.007,68 €
TOTAL			676.707,93 €

Quadro 55 – 44.2.2.2.04 – Parques e Jardins

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
10/2011	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS ABANDONADAS DE LOUROSA		1.324.418,60 €
55/2013	REQUALIFICAÇÃO DAS PEDREIRAS DAS PENAS - SANTA MARIA FEIRA		249.553,19 €
TOTAL			1.573.971,79 €

Quadro 56 – 44.2.2.2.07 – Viação Rural

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
12/2014	TRABALHOS REALIZADOS DE CALCETEIRO-RUA DE ACESSO AO CASTELO		4.704,75 €
TOTAL			4.704,75 €

Quadro 57 – 44.2.2.2.08 – Sinalização e Trânsito

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
391/2012	SEMAFOROS		2.741,56 €
TOTAL			2.741,56 €

Quadro 58 – 44.2.2.2.11 - Cemitérios

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
CONT.80/2008	CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUARIA DE SANTA MARIA DA FEIRA		230.061,89 €
TOTAL			230.061,89 €

Quadro 59 – 44.2.2.2.05 – Instalações Desportivas e Recreativas

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
14/2011	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CRIAÇÃO DE TEATRO E ARTES DE RUA		132.933,11 €
4/2012	CONSTRUÇÃO PAVILHAO DESPORTIVO FIAES - 1ªFASE E 2ª FASE		1.963.395,02 €
96/2012	ELABORACAO DE PROJECTO REABILITAÇÃO DO CINETEATRO ANTONIO LAMOSO		1.143.770,13 €
11/2013	CAMPO FUTEBOL VILAMAIorenSE-VILA MAIOR		5.917,28 €
12/2013	BALNEARIOS CAMPO TREINOS-CANEDO		62.986,47 €
13/2013	CAMPO TREINOS-CANEDO		63.820,12 €
14/2013	SANITARIO PUBLICO-ARRIFANA		2.697,01 €
15/2013	SANITARIOS PUBLICOS EM REBORDELO-CANEDO		23.409,33 €
16/2013	POLIDESPORTIVO DE VILARES-CANEDO		20.017,08 €
17/2013	CAMPO TREINOS-FIAES		21.091,52 €
18/2013	CAMPO TREINOS-RIO MEAO		14.670,80 €
19/2013	POLIDESPORTIVO-ARGONCILHE		16.252,35 €
20/2013	CAMPO TREINOS-TRAVANCA		49.007,16 €
21/2013	CAMPO FUTEBOL-S.JOAO DE VER		22.458,10 €
22/2013	CAMPO TREINOS-SANTA MARIA LAMAS		15.414,42 €
23/2013	BALNEARIOS CAMPO DE TREINOS-LOUROSA		4.899,82 €
24/2013	CAMPO TREINOS EM LOUROSA		26.514,74 €
25/2013	PARQUE JOGOS DO VALE		25.537,06 €
26/2013	CAMPO TREINOS DO ARRIFANENSE		663,59 €
27/2013	PARQUE JOGOS Mª CAROLINA LEITE-ARRIFANA		1.515,00 €
28/2013	CAMPO DE FUTEBOL-ESCAPAES		1.078,74 €
29/2013	PAVILHAO MUNICIPAL-LOUROSA		10.234,09 €
30/2013	PISTA ATLETISMO DE LOUROSA		54.905,86 €
31/2013	PISCINA DE LOUROSA-HALL ENTRADA		18.596,20 €
32/2013	QUADRO ELECTRICO DIV.SANEAMENTO		5.774,36 €
33/2013	REMODELAÇÃO EB1 ORDONHE		6.049,16 €
34/2013	PISTA DE AQUECIMENTO-LOUROSA		129.926,88 €
35/2013	BALNEARIOS DO MILHEIROENSE		15.707,40 €
36/2013	PARQUE DESPORTIVO SANFINS		7.713,66 €
37/2013	CAMPO JOGOS MILHEIROS POIARES		20.632,75 €
38/2013	ALARGAMENTO VIA PUBLICA NA RUA S.CRISTOVAO-SANGUEDO		5.110,92 €
39/2013	ZONA DESPORTIVA DE FIAES		55.836,74 €
40/2013	CAMPO TREINOS GRUPO DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDAO-TERRAPLANAGENS		47.343,78 €
41/2013	CAMPO FUTEBOL POUSEDELA		4.580,00 €
42/2013	PARQUE DESPORTIVO POUSEDELA-NOGUEIRA REGEDOURA		1.006,02 €
44/2013	CONSTRUÇÃO COMPLEXO DESPORTIVO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS FIAES		156.595,64 €
TOTAL			4.158.062,31 €

Quadro 60 – 44.2.2.2.12.01 – Redes de Abastecimento de Água

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
15/2011	EXECUÇÃO REDE DE AGUA E SANEAMENTO - FEIRA PARK		106.652,69 €
152/2012	RESERVATORIO R53-MOSTEIRO		6.892,88 €
153/2012	RESERVATORIO R39-VALE		6.892,87 €
3/2014	CONSTRUÇÃO ADUTORA R48.2 E/OU R48.3 - REDE BAIXA DA CIDADE DA FEIRA		141.504,95 €
TOTAL			261.943,39 €

Quadro 61 – 44.2.2.12.02 - Redes de Saneamento e Esgotos

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
11/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B2-LAJE MONTANTE		3.730.041,29 €
154/2012	INTERCEPTOR RIO MEAO		47.146,44 €
18/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS - RUA 13 AGOSTO - S.MIGUEL SOUTO		14.049,63 €
3/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM DOMESTICA NA EB 2/3 ARRIFANA		16.261,29 €
4/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL RUA S.MARTINHO-ARGONCILHE		104.258,49 €
9/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B4-LAJE JUSANTE		2.403.014,25 €
99/2012	CONSTRUÇÃO VIA ACESSO AO PEC		61.248,92 €
CONT.51/2006	CONSTRUÇÃO ETAR FIAES		3.539.330,44 €
CONT.81/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B3 - CASTER		1.895.637,72 €
CONT.83/2007	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO REGATO - FIAES		121.812,76 €
CONT.90/2010	REPERFILAMENTO DO INTERCEPTOR DO CASTER-SANTA MARIA FEIRA		104.257,99 €
CONT.99/2010	REABILITAÇÃO EMISSARIO RIOMAIOR - SANTA MARIA LAMAS		57.899,19 €
1/2013	CONSTRUÇÃO COLETOR DRENAGEM AV.BELCHIOR CARDOSO DA COSTA		14.144,37 €
3/2013	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL-LUGAR OUTEIRO-SANTA MARIA LAMAS		15.429,85 €
47/2013	INTERCEPTOR ARGONCILHE		1.500,00 €
14/2014	CONSTRUÇÃO REDE PLUVIAL RUA DA FONTE FRIA-VILA MAIOR		18.647,13 €
7/2014	EXECUÇÃO REDES DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL NA RUA CANIÇAS, TRAVESSA DE VALVOES E TRAVESSA RANZAL-S.JOAO VER		104.473,89 €
TOTAL			12.249.153,65 €

Quadro 62 – 44.2.2.2.12.03 – Construções diversas em Curso

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
16/2011	REABILITAÇÃO CIRCUITO HIDRAULICO MUSEU PAPEL-PAÇOS DE BRANDAO		24.538,35 €
19/2011	MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO - OBRA ARTE		3.169,40 €
4/2014	REABILITAÇÃO EDIFICIO TURISMO E CULTURA		241.601,48 €
CONT.146/2009	AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS		114.494,90 €
TOTAL			383.804,13 €

Quadro 63 – 44.2.5 - Ferramentas e Utensílios

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
45/2013	RODA DO MOINHO		1.516,21 €
TOTAL			1.516,21 €

Quadro 64 – 44.5.3.1 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
9/2014	ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE-RUA DOS DESCOBRIMENTOS - ARRIFANA		52.373,37 €
16/2014	EXECUÇÃO FECHO REDE ABASTECIMENTO AGUA E DE SANEAMENTO VARIOS PONTOS CONCELHO		18.398,52 €
TOTAL			70.771,89 €

Quadro 65 – 44.5.3.2 – Parques e Jardins

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
38/2012	MOINHO		18.853,87 €
216/2012	EQUIPAMENTO PARA RUA DR. FERREIRA PINHO VILA MAIOR		5.097,31 €
217/2012	CRUZEIRO		8.881,03 €
218/2012	MOINHO EM MOURE		11.493,41 €
392/2012	MOINHO NO ROSSIO - RIO CASTER		5.503,05 €
393/2012	FURO CARTESIANO		8.483,88 €
394/2012	EQUIPAMENTO PARA JARDIM INFANCIA-PAÇOS BRANDAO		5.515,38 €
395/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. PEREIRO - MILHEIROS DE POIARES		4.737,54 €
396/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. OUTEIRO - MILHEIROS POIARES		2.743,42 €
97/2012	EQUIPAMENTO PARA PARQUE DESPORTIVO DE VILA MAIOR		3.398,21 €
TOTAL			74.707,10 €

Quadro 66 – 44.8.1 – Terrenos e Recursos Naturais

Número	Identificação do Projeto		Valor
	Designação		
398/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS		118.202,37 €
TOTAL			118.202,37 €

Circulante

O ativo circulante, com o montante de 16.737.340,02 €, que representa 5,90% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

Quadro 67 – Ativo Circulante

	2014	2013	2012	2011	Variação 2014/2013
Existências					
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	338.392,87 €	338.836,65 €	397.184,33 €	677.609,99 €	-0,13%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo					
212 Contribuintes c/c	3.057,13 €		5,39 €	- €	
213 Utentes c/c	1.596.448,06 €	1.493.337,93 €	1.074.553,11 €	611.975,96 €	6,90%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	- €	106,20 €	114,96 €	114,96 €	-100,00%
24 Estado e Outros Entes Públicos	15.396,40 €	118.514,83 €	2.282,89 €		-87,01%
26 Outros devedores	3.225.562,13 €	1.688.565,38 €	5.152.340,24 €	5.566.771,00 €	91,02%
Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa					
11 Caixa	7.844,56 €	7.673,43 €	201.598,89 €	4.521,14 €	2,23%
12 Depósito em instituições financeiras	11.550.638,87 €	4.447.580,16 €	2.025.414,38 €	3.002.681,68 €	159,71%
Total	16.737.340,02 €	8.094.614,58 €	8.853.494,19 €	9.863.674,73 €	106,77%

As rubricas referentes às dívidas de utentes c/c e contribuintes c/c (líquidas) registaram um aumento quando comparado com o ano subsequente, sendo que passaram de 1.493.337,93 € para 1.599.505,19 €.

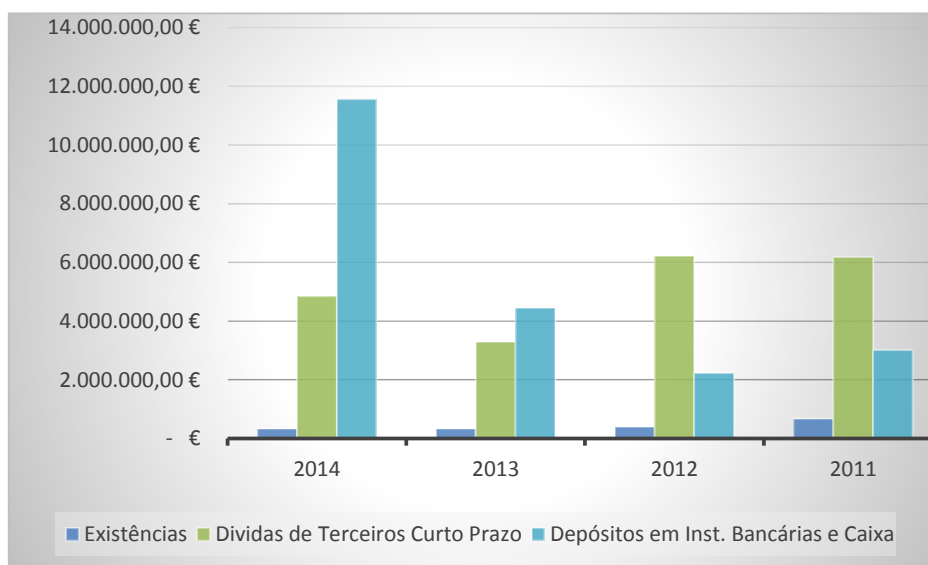
Contudo, a dívida de utentes ostenta o montante bruto de 4.492.661,21 €, tendo sido provisionado o montante de 2.896.213,15 €, por serem dívidas em atraso, a mais de 180 dias.

Este acréscimo resulta da dificuldade de cobrança das receitas municipais referentes nomeadamente às taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, e das rendas de habitação social, agravada pela da conjuntura económica que o país atravessa.

A rubrica outros devedores, onde se incluem todos os valores devidos ao Município por conta de financiamentos oriundos da Administração Central - Fundos Comunitários, verificou um aumento de 91,02%, referente a pedidos de pagamentos submetidos e não recebidos durante o ano de 2014.

Nas rubricas de caixa e depósito em instituições particulares verificou-se um acréscimo de 159,71%, comparativamente ao ano transato, devido essencialmente à contenção da despesa face à exigência que a lei dos compromissos estabelece, onde os compromissos assumidos e não pagos no montante de 8.400.846,37 €, se encontram totalmente cobertos pelo saldo do orçamento.

Gráfico 26 – Ativo Circulante



Acréscimos e Diferimentos - ativo

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.

Em 2014, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se no montante de 21.307.989,06€, que comparado com o ano de 2013, regista uma diminuição no montante de 514.729,65 €, que corresponde a uma diminuição de 2,36%.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2014, mas cuja transferência para o Município só ocorrerá em 2015.

Quadro 68 – Acréscimos e Diferimentos - Ativo

Contas	Acréscimos e Diferimentos _ Ativo	Valor
27.1.1	Juros a receber	118,24 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
	IMI	16.650.315,03 €
	Derrama	2.769.046,00 €
	IUC	180.682,74 €
	SISA	109.632,95 €
	IMT	230.058,99 €
	DREN	607.386,13 €
	Cobrança RSU e taxa de rede à Indaqua	611.348,76 €
	Refeições escolares	58.216,85 €
	Receita arrecadada em 2015 mas referente ao ano de 2014	87.811,36 €
27.2.1	Seguros	3.372,01 €

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos é da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2015, mas referentes ao ano de 2014.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2015, enquanto, para a derrama a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2015, acrescido do montante transferido em janeiro, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor. Assim, entendeu-se que o critério mais apropriado seria o adotado para o Orçamento de 2015, que consiste na média dos últimos 24 meses, conforme exigência do POCAL. O aumento destas componentes resulta nos montantes de 1.332.227,85 € e de 57.190,69 €, respetivamente.

Foi igualmente alvo de acréscimo, as receitas referentes ao Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre Transações (IMT), e SISA cuja cobrança foi efetuada em Dezembro de 2014, pela Autoridade Tributária, mas cujo processamento da receita teve lugar apenas em 2015, que ascende na totalidade a 520.374,68€.

As receitas com as refeições escolares e com a cobrança de RSU têm uma diferente aplicação, pois são receitas procedentes do serviço prestado pelo Município em dezembro de 2014, mas apenas debitado aos utentes/clientes em 2015.

Fundos Próprios

Gráfico 27 – Peso dos Fundos Próprios

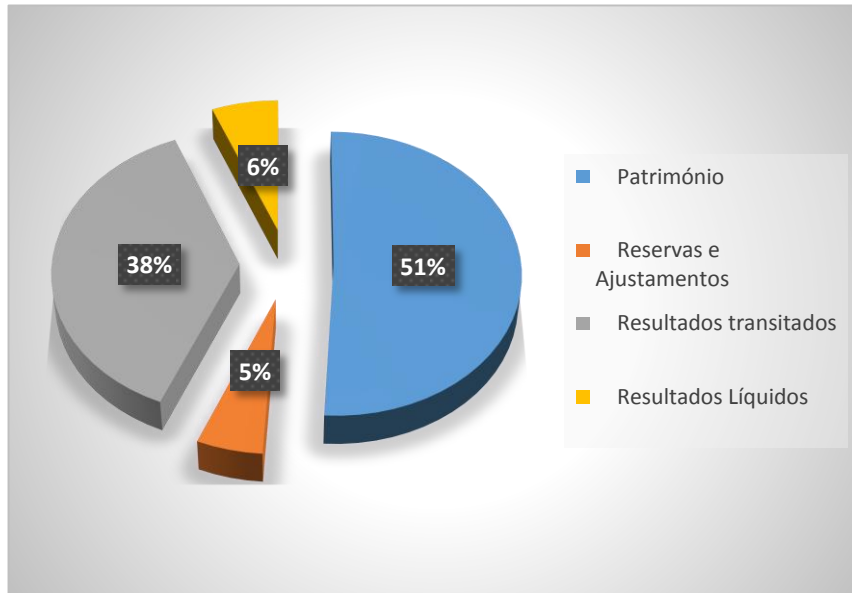
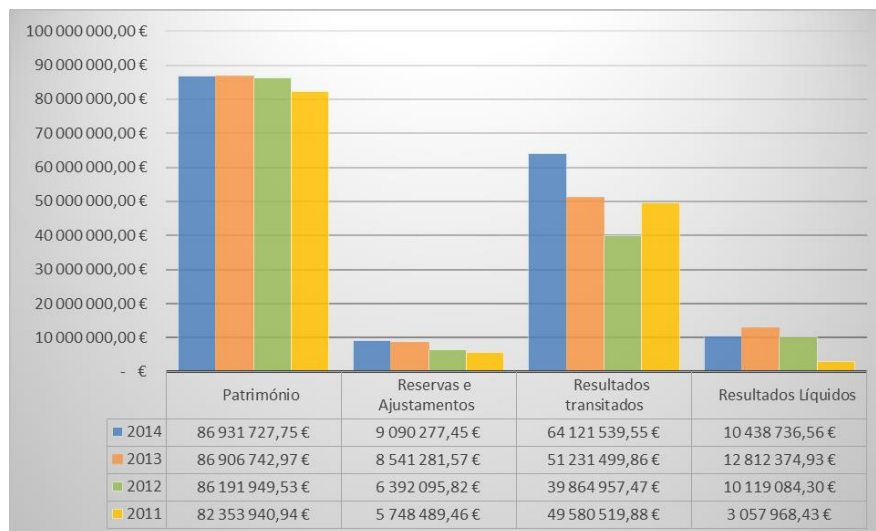


Gráfico 28 – Distribuição dos Fundos Próprios



Os Fundos Próprios totalizam no final de 2014 o valor de 170.582.281,31 €, que corresponde a um aumento face a 2013, em 7%.

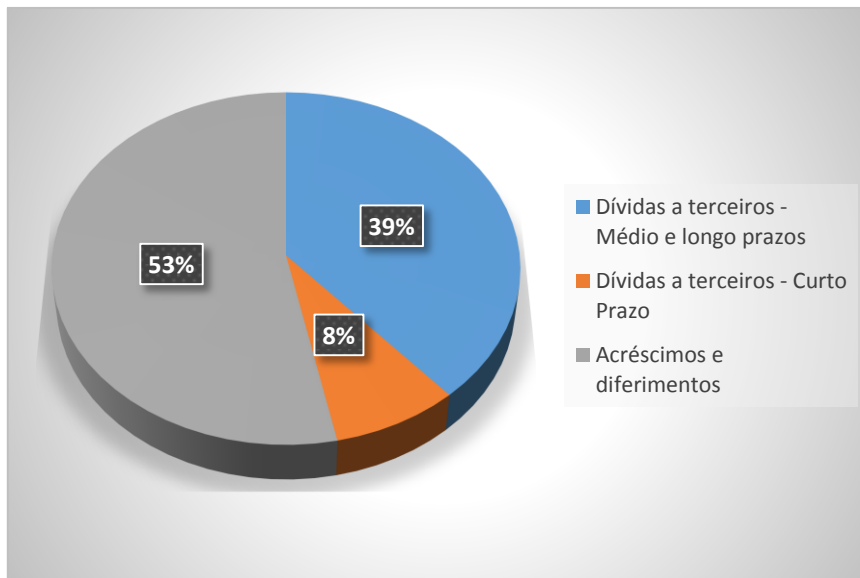
A grande oscilação é procedente da inclusão do resultado líquido gerado no exercício anterior, como pelas regularizações efetuadas com repercussão à data de implementação do POCAL, bem como as importâncias classificadas em Reservas.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2014, devido à conclusão da análise efetuada, quer à conta de Imobilizações em Curso, quer à conta de Proveitos Diferidos, foram identificados factos patrimoniais, que alteram a composição do património municipal e que àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.28 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.

Passivo

Gráfico 29 – Estrutura do Passivo



Quadro 69 – Estrutura do Passivo

Evolução do Passivo	2014	2013	2012	2011	Variação 2014/2013
Provisões	3 037 479,47 €	1 223 353,65 €	1 280 746,60 €		148%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	40 019 075,23 €	49 344 318,22 €	41 694 791,59 €	44 955 731,04 €	-19%
Acordos de Pagamento		1 718 865,78 €	2 321 298,36 €	2 725 115,52 €	
FAM - componente a pagar de MLP	2 470 434,05 €				
Total Dívidas a Terceiros - Medio e Longo Prazo	42 489 509,28 €	51 063 184,00 €	44 016 089,95 €	47 680 846,56 €	-16,79%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo					
Empréstimos de MLP-componente a pagar a curto prazo	4 652 066,24 €				
Adiantamentos por conta de vendas	761 559,88 €				
Fornecedores c/c	125 055,49 €	376 505,29 €	9 917 891,24 €	12 004 800,31 €	-67%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	852 020,05 €	1 063 022,90 €	1 190 454,39 €	2 522 047,84 €	-20%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				- €	
Fornecedores de imobilizado c/c	33 364,29 €	541 115,79 €	5 903 844,23 €	7 531 153,25 €	-94%
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	562 777,22 €	1 311 956,20 €	455 288,03 €	512 234,29 €	-57%
Estado e outros entes públicos	330 239,33 €	198 843,78 €	167 447,86 €	173 151,63 €	66%
Administração autárquica	8 203,55 €	11 575,35 €	59 815,43 €	86 070,56 €	-29%
Outros credores	453 899,89 €	313 660,93 €	4 052 479,96 €	6 740 500,53 €	45%
Garantias e Cauções	1 252 934,16 €	934 693,70 €	956 942,13 €	1 711 824,62 €	34%
Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	9 032 120,10 €	4 751 373,94 €	22 704 163,27 €	31 281 783,03 €	90,09%
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de custos	1 960 088,92 €	1 982 562,22 €	1 983 543,11 €	1 388 700,55 €	-1%
Proveitos diferidos	56 758 017,38 €	48 882 627,97 €	44 193 088,10 €	44 985 797,91 €	16%
Total Acréscimos e Diferimentos	58 718 106,30 €	50 865 190,19 €	46 176 631,21 €	46 374 498,46 €	15,44%
Total Passivo	113 277 215,15 €	107 903 101,78 €	114 177 631,03 €	125 337 128,05 €	4,98%

A análise efetuada atende à informação contida no balanço, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como se pode observar, à data de 31 de dezembro de 2014, o passivo total atingiu o montante de 113.277.215,15 €, tendo-se verificado um aumento de 5.374.113,37 € relativamente ao ano de 2013, que corresponde a 4.98%.

A rubrica das provisões aumentou significativamente em 148%, devido fundamentalmente ao processo n.º3134/14.OTBVFR instaurado contra o Município, que se encontra a aguardar julgamento.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo diminuíram no global no montante de 8.573.674,72 €, comparativamente com o ano 2013, que corresponde a 16,79%. Para isso contribuiu a diminuição dos empréstimos a médio e longo prazo em 19% e da eliminação da dívida referente a acordos de pagamento. Em contrapartida, foi registado pela primeira vez a obrigação da participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM), que será realizado no prazo de 7 anos, conforme artigo 19º da Lei n.º 53/2014 de 25 agosto.

A dívida a terceiros de curto prazo no global aumentou no montante de 4.280.746,16 €, relativamente ao ano de 2013, que corresponde a 90,09%. Este aumento exprime o registo pela

primeira vez dos empréstimos a médio e longo prazo - componente a curto prazo que irá ser pago no decorrer do ano de 2015 e o registo de vendas em hasta públicas de terrenos. O aumento do valor dos empréstimos de médio e longo prazo - componente a curto prazo, justifica a diminuição do valor dos empréstimos de médio e longo prazo.

Assim sendo, o aumento verificado na dívida de curto prazo é justificada pela alteração contabilística das amortizações dos empréstimos a pagar em 2015.

Tal como o referido no preâmbulo do endividamento, o valor referente a hastas públicas não poderá ser considerado como dívida propriamente dita, em virtude de se aguardar o despacho do procedimento para a realização das escrituras.

O aumento da rubricas outros credores deve-se, à semelhança da dívida a terceiros de médio e longo prazo, o facto de o Município registar participação do Município no FAM que terá de pagar no decorrer do ano de 2015.

A análise mais pormenorizada desta rubrica foi devidamente explicitada no capítulo II – Análise ao Endividamento.

Acréscimos e Diferimentos - passivo

Quadro 70 – Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Passivo	Valor
27.3.2	Remunerações a liquidar	1.740.673,88 €
27.3.3	Juros a liquidar	66.335,50 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	153.079,54 €
27.4.5	Subsídios para investimentos	56.729.085,87 €
27.4.9	Outros proveitos diferidos	28.931,51 €
	Total	58.718.106,30 €

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos proveitos diferidos, destaca-se as remunerações a pagar em 2015, cujo custo deverá onera o exercício a que respeita, ou seja, ao ano de 2014.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 56.729.085,87 €.

Como garante do controlo de cada candidatura realizada, foi elaborado um mapa específico, onde constam todas as obras associadas, com data de finalização, número de inventário do património associado a cada obra, valor efetivamente arrecadado por candidatura e valor das amortizações a realizar.

Quadro 71 – Obras Financiadas

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2014 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	221.941,57 €	63.411,90 €	10.568,65 €	84.549,18 €	137.392,39 € 27.4.5.1.1.1.02.01
Conclusão do Interceptor do Caster	2009	56.382,28 €	14.095,57 €	2.819,11 €	16.914,68 €	39.467,60 € 27.4.5.1.1.1.02.02
Requalificação da Rua dos Descobrimentos	2008	115.486,06 €	34.645,82 €	5.774,30 €	40.420,12 €	75.065,94 € 27.4.5.1.1.1.02.03
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	108.815,10 €	5.464,35 €	5.464,35 €	10.928,69 €	97.886,41 € 27.4.5.1.1.1.02.04
Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe	em curso	1.050.436,06 €				1.050.436,06 € 27.4.5.1.1.1.03
Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo	2013	243.292,18 €	4.932,78 €	4.775,14 €	9.707,92 €	233.584,26 € 27.4.5.1.1.1.04
Município Digital	2009	614.090,77 €	512.458,26 €	44.595,78 €	557.054,03 €	57.036,74 € 27.4.5.1.1.9.02
Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura	2011	793.933,19 €	34.737,44 €	13.478,61 €	48.216,05 €	745.717,14 € 27.4.5.4.1.1.01
Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uima	2014	375.267,02 €	- €	23.042,51 €	23.042,51 €	352.224,51 € 27.4.5.4.1.1.02
Requalificação/Ampliação Escola Básica Paços de Brandão	em curso	3.095.194,98 €				3.095.194,98 € 27.4.5.4.1.1.03
Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe	2011	502.272,50 €	19.815,87 €	9.770,82 €	29.586,69 €	472.685,81 € 27.4.5.4.1.1.04
Centro Escolar de Louredo	2011	593.004,08 €	27.290,53 €	10.683,84 €	37.974,36 €	555.029,72 € 27.4.5.4.1.1.05
Centro Escolar de Igreja Lobão	2011	975.887,14 €	46.273,85 €	18.225,80 €	64.499,64 €	911.387,50 € 27.4.5.4.1.1.06
Centro Escolar de Igreja Lourosa	2013	849.160,83 €	16.300,50 €	15.534,11 €	31.834,61 €	817.326,22 € 27.4.5.4.1.1.07
Centro Escolar de Arraial - Sanguedo	2012	605.258,23 €	19.170,77 €	13.423,14 €	32.593,91 €	572.664,32 € 27.4.5.4.1.1.08
Centro Escolar de Mosteirô	2012	1.153.108,69 €	30.345,61 €	22.549,62 €	52.895,23 €	1.100.213,46 € 27.4.5.4.1.1.09
Centro Escolar Chão do Monte - Lamas	2011	303.631,10 €	24.336,30 €	7.058,43 €	31.394,73 €	272.236,37 € 27.4.5.4.1.1.10
Centro Escolar de Espargo	2012	756.642,96 €	19.844,78 €	16.159,76 €	36.004,54 €	720.638,42 € 27.4.5.4.1.1.11
Centro Escolar S. João Vêr	2013	2.019.856,69 €	27.109,22 €	27.109,22 €	54.218,44 €	1.965.638,25 € 27.4.5.4.1.1.12
Centro Escolar de Valrico Souto	2011	576.779,09 €	22.859,64 €	11.409,77 €	34.269,41 €	542.509,68 € 27.4.5.4.1.1.13
Recuperação Pedreiras Lourosa	em curso	545.976,69 €				545.976,69 € 27.4.5.4.1.1.14
Criação Escola Básica de Santa Maria da Feira	em curso	5.281.988,80 €				5.281.988,80 € 27.4.5.4.1.1.15
Museu Convento dos Loios	2008	612.247,98 €	82.355,38 €	12.907,98 €	95.263,36 €	516.984,62 € 27.4.5.4.1.1.16
Ampliação do Museu Convento dos Lóios	2014	525.504,16 €	- €	17.033,30 €	17.033,30 €	508.470,86 € 27.4.5.4.1.1.16
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	597.244,36 €	30.964,63 €	30.964,63 €	61.929,27 €	535.315,09 € 27.4.5.4.1.1.17
Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	em curso	499.994,54 €				499.994,54 € 27.4.5.4.1.1.18
Centro Escolar de Canedo	em curso	1.213.723,87 €				1.213.723,87 € 27.4.5.4.1.1.19
Tec Escolas Digitais	em curso	81.107,26 €				81.107,26 € 27.4.5.4.1.1.20
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	813.738,89 €	614.453,94 €	8.967,07 €	623.421,01 €	190.317,88 € 27.4.5.4.1.1.21
Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fiães	2007	553.974,20 €	48.472,74 €	6.924,68 €	55.397,42 €	498.576,78 € 27.4.5.4.1.1.22
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	427.175,81 €	173.072,24 €	21.358,79 €	194.431,03 €	232.744,78 € 27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	473.596,20 €	172.298,76 €	23.679,81 €	195.978,57 €	277.617,63 € 27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	443.038,90 €	154.851,21 €	18.721,15 €	173.572,37 €	269.466,53 € 27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	237.423,71 €	67.225,96 €	9.672,59 €	76.898,55 €	160.525,16 € 27.4.5.4.1.1.26
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho - 2ª fase	2004	358.385,75 €	178.722,50 €	17.919,29 €	196.641,78 €	161.743,97 € 27.4.5.4.1.1.27
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	376.323,62 €	99.722,44 €	16.248,90 €	115.971,34 €	260.352,28 € 27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de S. Tiago - Lobão	2005	222.424,79 €	100.091,16 €	11.121,24 €	111.212,40 €	111.212,40 € 27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	593.123,05 €	274.669,12 €	29.656,15 €	304.325,27 €	288.797,78 € 27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, Stª Mª da Feira	2005	205.528,84 €	92.487,98 €	10.276,44 €	102.764,42 €	102.764,42 € 27.4.5.4.1.1.31
Abastecimento de água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Riomeão - EN 109.04	2004	252.566,32 €	126.283,16 €	12.628,32 €	138.911,48 €	113.654,84 € 27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermil e redes de drenagem em Ermil-Mozelos, Stª Mª Feira	2004	164.216,73 €	82.108,37 €	8.210,84 €	90.319,20 €	73.897,53 € 27.4.5.4.1.1.33
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil - Canedo	2002	222.571,86 €	122.651,17 €	11.128,59 €	133.779,76 €	88.792,10 € 27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem domestica e pluvial Vergada (Mozelos) Ferradal e Gualtar (Fiães)	2002	206.357,01 €	116.288,22 €	10.317,85 €	126.606,07 €	79.750,94 € 27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares de Casas e Lourosela	2002	423.644,01 €	254.186,41 €	21.182,20 €	275.368,61 €	148.275,40 € 27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	574.510,34 €	86.176,55 €	7.181,38 €	93.357,93 €	481.152,41 € 27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	336.662,40 €	201.997,44 €	16.833,12 €	218.830,56 €	117.831,84 € 27.4.5.4.1.1.38
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	384.184,99 €	104.504,91 €	12.939,25 €	117.444,17 €	266.740,82 € 27.4.5.4.1.1.39
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	250.845,28 €	98.887,90 €	12.542,26 €	111.430,16 €	139.415,12 € 27.4.5.4.1.1.40
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	447.000,00 €	53.630,35 €	8.149,47 €	61.779,83 €	385.220,17 € 27.4.5.4.1.1.41
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2008	319.378,44 €	40.704,04 €	6.784,01 €	47.488,04 €	271.890,40 € 27.4.5.4.1.1.42
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2008	392.082,00 €	105.460,60 €	17.457,51 €	122.918,11 €	269.163,89 € 27.4.5.4.1.1.43

Designação obras	Ano utilização	Amortizações				conta 27.4.5
		Valor recebido	Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2014 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase	2008	235.621,07 €	61.312,59 €	10.126,87 €	71.439,46 €	164.181,61 € 27.4.5.4.1.1.44
Redes de Abastecimento de água em Canedo e Vale, Stª Mª Feira	2007	326.205,58 €	74.028,47 €	12.104,42 €	86.132,89 €	240.072,69 € 27.4.5.4.1.1.45
Requalificação do Espaço Urbano em Stª Mª Feira	2004	272.189,02 €	123.506,91 €	11.817,54 €	135.324,46 €	136.864,56 € 27.4.5.4.1.1.46
Recuperação da Casa dos Condes de Fijó	2001	179.603,65 €	46.696,95 €	3.592,07 €	50.289,03 €	129.314,62 € 27.4.5.4.1.1.47
Requalificação Urbana no Concelho de Stª Mª Feira	2005	194.383,82 €	66.119,97 €	9.719,19 €	75.839,16 €	118.544,66 € 27.4.5.4.1.1.48
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	404.974,05 €	78.051,10 €	8.283,34 €	86.334,44 €	318.639,61 € 27.4.5.4.1.1.49
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	231.674,87 €	120.736,92 €	11.583,74 €	132.320,67 €	99.354,20 € 27.4.5.4.1.1.50
Construção da Escola Pré-Primária de S. Domingos, Argoncilhe	2004	164.425,00 €	20.742,13 €	2.055,31 €	22.797,44 €	141.627,56 € 27.4.5.4.1.1.51
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	333.747,05 €	37.738,18 €	4.171,84 €	41.910,01 €	291.837,04 € 27.4.5.4.1.1.52
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	363.019,38 €	141.111,20 €	15.174,01 €	156.285,22 €	206.734,16 € 27.4.5.4.1.1.53
Recuperação e Ampliação da Escola nº1 Paços Brandão	2007	271.600,00 €	23.765,00 €	3.395,00 €	27.160,00 €	244.440,00 € 27.4.5.4.1.1.54
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	207.155,35 €	84.039,64 €	10.357,77 €	94.397,40 €	112.757,95 € 27.4.5.4.1.1.55
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	129.687,41 €	49.185,92 €	6.320,55 €	55.506,47 €	74.180,94 € 27.4.5.4.1.1.56
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	361.937,24 €	107.056,40 €	15.893,62 €	122.950,02 €	238.987,22 € 27.4.5.4.1.1.57
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	192.302,00 €	60.185,76 €	6.889,22 €	67.074,98 €	125.227,02 € 27.4.5.4.1.1.58
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	275.477,27 €	129.301,88 €	13.773,86 €	143.075,74 €	132.401,53 € 27.4.5.4.1.1.59
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho	2004	446.405,26 €	233.641,61 €	22.320,26 €	255.961,87 €	190.443,39 € 27.4.5.4.1.1.60
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Pacos de Brandão	2004	357.154,26 €	178.577,10 €	17.857,71 €	196.434,81 €	160.719,45 € 27.4.5.4.1.1.61
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	453.869,03 €	74.060,08 €	7.036,18 €	81.096,27 €	372.772,76 € 27.4.5.4.1.1.62
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	462.149,98 €	237.199,76 €	23.107,50 €	260.307,26 €	201.842,72 € 27.4.5.4.1.1.63
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	217.057,58 €	102.181,00 €	10.852,88 €	113.033,88 €	104.023,70 € 27.4.5.4.1.1.64
Reservatórios 1ª fase	2009	1.012.445,21 €	61.507,56 €	12.655,57 €	74.163,13 €	938.282,08 € 27.4.5.4.1.1.65
Reservatórios 2ª fase	2009	943.937,50 €	60.470,91 €	11.799,22 €	72.270,13 €	871.667,37 € 27.4.5.4.1.1.66
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorge	2003	2.183.216,00 €	767.838,00 €	21.208,47 €	789.046,47 €	1.394.169,53 € 27.4.5.4.1.1.67
Parque Empresarial da Cortiça (Via de acesso) - 1ª Fase	2009	1.608.658,52 €	410.174,89 €	80.432,93 €	490.607,82 €	1.118.050,70 € 27.4.5.4.1.1.68
Zona Industrial de Soutelo - Fiães	2006	984.856,79 €	393.942,72 €	49.242,84 €	443.185,56 €	541.671,23 € 27.4.5.4.1.1.69
Zona Industrial de Romariz - Santa Maria da Feira	2005	907.758,95 €	408.491,53 €	45.387,95 €	453.879,48 €	453.879,47 € 27.4.5.4.1.1.70
Projecto Despertar Novos Museus	2007	97.971,05 €	84.890,93 €	5.935,78 €	90.826,71 €	7.144,34 € 27.4.5.4.1.1.71
Museu Papel	2008	585.128,20 €	77.482,45 €	9.438,77 €	86.921,22 €	498.206,98 € 27.4.5.4.1.1.72
Reabilitação EN 327	2008	1.500.000,00 €	450.000,00 €	75.000,00 €	525.000,00 €	975.000,00 € 27.4.5.4.1.1.73
Construção de Pontões Derrocados Pelas Chelas - 1ª Fase	2003	223.897,91 €	123.143,85 €	11.194,90 €	134.338,74 €	89.559,17 € 27.4.5.4.1.1.74
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	264.090,00 €	79.227,00 €	13.204,50 €	92.431,50 €	171.658,50 € 27.4.5.4.1.1.75
Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiães, Santa Maria da Feira	2010	135.395,00 €	6.769,75 €	1.692,44 €	8.462,19 €	126.932,81 € 27.4.5.4.1.1.76
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elísio de Castro em Santa Maria da Feira	2006	72.898,07 €	7.289,81 €	911,23 €	8.201,03 €	64.697,04 € 27.4.5.4.1.1.77
Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pré-escolar e do Ensino Básico - Construção da Escola EB1 Murado,	2009	460.736,80 €	44.866,20 €	7.060,23 €	51.926,43 €	408.810,37 € 27.4.5.4.1.1.78
Construção do Prolongamento e Electrificação da Via Estruturante do Eixo Industrial Norte e Construção da Rotunda do Casalinho	2005	809.156,04 €	379.881,68 €	40.457,80 €	420.339,48 €	388.816,56 € 27.4.5.4.1.1.79
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	169.840,69 €	101.904,41 €	8.492,03 €	110.396,44 €	59.444,25 € 27.4.5.4.1.1.80
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	231.556,47 €	115.975,73 €	11.577,82 €	127.553,55 €	104.002,92 € 27.4.5.4.1.1.81
Fundo Coesão	2013	7.299.104,92 €	74.126,37 €	68.475,46 €	142.601,83 €	7.156.503,09 € 27.4.5.4.1.1.82
EDV Digital	em curso	619.680,37 €				619.680,37 € 27.4.5.4.1.1.83
Espaço NET - Espaço Internet de Santa Maria da Feira	2003	56.043,77 €	56.043,77 €	- €	56.043,77 €	- € 27.4.5.4.1.1.84
Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira	em curso	36.996,04 €				36.996,04 € 27.4.5.4.1.1.85
EDV Digital Sama	em curso	255.339,52 €				255.339,52 € 27.4.5.4.1.1.86
Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase	em curso	724.688,09 €				724.688,09 € 27.4.5.4.3.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)	em curso	1.769.581,88 €				1.769.581,88 € 27.4.5.4.4.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)	em curso	1.588.705,95 €				1.588.705,95 € 27.4.5.4.4.2
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)	em curso	1.006.428,39 €				1.006.428,39 € 27.4.5.4.4.3
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	em curso	812.619,71 €				812.619,71 € 27.4.5.4.4.4
Mobilidade para todos	2013	46.314,18 €	9.865,82 €	4.631,42 €	14.497,24 €	31.816,94 € 27.4.5.4.7.1
Caldas RiverNatura	2014	95.698,38 €	- €	5.981,15 €	5.981,15 €	89.717,23 € 27.4.5.4.7.2
Bacias - Suldouro	em curso	667.000,00 €				667.000,00 € 27.4.5.5.2.1
Total		66.297.364,59 €	10.168.492,27 €	1.354.463,18 €	11.533.524,09 €	54.763.840,50 €

Após validação das obras inventariadas e confrontado com o valor das amortizações na aplicação do Património, houve necessidade de se realizar ajustamentos à conta 59, por a

imputação do subsídio correspondente às amortizações ter sido subavaliadas ou sobreavaliadas, dependendo do resultado obtido.

I. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município durante o ano de 2014.

Quadro 72 – Demonstração de Resultados

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2014		2013	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	1 259 200,78 €	1 259 200,78 €	1 290 081,92 €	1 290 081,92 €
62	Fornecimento e serviços externos		15 084 461,36 €		14 803 467,53 €
	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	10 741 797,74 €		10 930 164,08 €	
643 a 648	Encargos sociais	3 226 805,94 €	13 968 603,68 €	2 908 708,28 €	13 838 872,36 €
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais		4 173 046,27 €		4 351 318,43 €
66	Amortizações do exercício		6 777 548,92 €		6 337 481,76 €
67	Provisões do exercício		2 779 638,42 €		921 842,92 €
65	Outros custos operacionais		135 063,07 €		104 123,36 €
	(A)		44 177 562,50 €		41 647 188,28 €
68	Custos e perdas financeiras		813 197,71 €		1 252 954,44 €
	(C)		44 990 760,21 €		42 900 142,72 €
69	Custos e perdas extraordinários		1 695 837,97 €		2 914 612,93 €
	(E)		46 686 598,18 €		45 814 755,65 €
88	Resultado Líquido do exercício		10 438 736,56 €		12 812 374,93 €
	(x)		57 125 334,74 €		58 627 130,58 €
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos			3 159,00 €	
	(B)		- €		3 159,00 €
712	Prestações de serviços	8 697 815,97 €	8 697 815,97 €	7 092 123,79 €	7 092 123,79 €
	()		8 697 815,97 €		7 095 282,79 €
72	Impostos e taxas		23 867 088,27 €		25 547 216,62 €
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		342 151,30 €		210 689,67 €
73	Proveitos suplementares		125 100,82 €		2 470,22 €
74	Transferências e subsídios obtidos		19 528 232,77 €		20 120 966,70 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		46 653,12 €		58 434,61 €
	(B)		52 607 042,25 €		53 035 060,61 €
78	Proveitos e ganhos financeiros		305 928,88 €		243 301,92 €
	(D)		52 912 971,13 €		53 278 362,53 €
79	Proveitos extraordinários		4 212 363,61 €		5 348 768,05 €
	(F)		57 125 334,74 €		58 627 130,58 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		8 429 479,75 €		11 387 872,33 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		- 507 268,83 €		- 1 009 652,52 €
	Resultados Correntes: (D - C)		7 922 210,92 €		10 378 219,81 €
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		10 438 736,56 €		12 812 374,93 €

Quadro 73 – Estrutura dos Custos/Proveitos

	2014	2013
Materias primas e subsidiarias	2,70%	2,82%
Fornecimentos e serviços	32,31%	32,31%
Transferências e subsídios concedidos	8,94%	9,50%
Pessoal	29,92%	30,21%
Amortizações	14,52%	13,83%
Outros custos operacionais	0,29%	0,23%
Custos extraordinários	3,63%	6,36%
Provisões	5,95%	2,01%

Estrutura dos Proveitos		
	2014	2013
Vendas e prestações serviços	15,23%	12,10%
Impostos e taxas	41,78%	43,58%
Transferências e subsídios obtidos	34,18%	34,32%
Proveitos suplementares	0,22%	0,00%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,08%	0,10%
Proveitos e ganhos financeiros	0,54%	0,41%
Proveitos extraordinários	7,37%	9,12%

Os proveitos globais gerados foram de 57.125.334,74 € enquanto os custos totais atingiram 46.686.598,18 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 10.438.736,56 €.

A ótica de custos e proveitos por natureza facilita a exposição sistemática daqueles valores em Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Os resultados operacionais apresentaram o montante de 8.429.479,75 €, uma descida relativamente ao ano 2013, na ordem dos 25,98%, que conjuntamente com os resultados correntes no montante de 7.922.210,92 € foram determinantes para o desempenho excelente do resultado líquido do exercício que atingiu o montante de 10.438.736,56,92 €. Se compararmos com o resultado líquido do exercício de 2013, este obteve um decréscimo de 18,53%.

Da análise dos resultados operacionais, destacam-se por um acréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, excecionalmente a rubrica de custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.

Os acréscimos mais significativas dos custos operacionais verificam-se nas provisões do exercício em 201,53% comparativamente com o ano transato, concretamente nas provisões para

processos judiciais em curso, com impacto no montante de 1.814.125,82 €, registando igualmente as provisões para cobrança duvidosa um acréscimo no montante de 965.512,60 €.

No que respeita a rubrica custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais verifica-se um decréscimo dos valores em 30.881,14 € e 178.272,16 € respetivamente, como resultado do esforço do Município na contenção de despesa.

Relativamente aos custos com pessoal, verificou-se um acréscimo de 280.993,83 € comparativamente com o ano de 2013. Este aumento justifica-se pela reposição dos subsídios de férias e de natal e respetivos encargos, que estavam suspensos pela Lei do Orçamento de Estado.

As amortizações do exercício representam 14,52% do peso no total dos custos, verificando-se um aumento de 6,94%, no montante de 440.067,16 €, comparativamente com o ano transato.

Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2014 se fixou em 52.607.042,25 €, patenteando um decréscimo 0,81%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 42% do total das receitas, obtiveram um incremento de 1.680.128,35 €, originado pelo aumento do imposto municipal sobre imóveis (IMI), do imposto municipal sobre transmissões onerosas (IMT), derrama e pelo imposto único de circulação (IUC).

Relativamente às rubricas de trabalhos para a própria entidade e proveitos suplementares e apresentaram variações positivas, nos montantes de 131.461,63 € e 122.630,60 €, respetivamente, em comparação com o ano de 2013.

No ano de 2014, os resultados financeiros diminuíram cerca de 50% comparativamente ao ano transato e fixaram-se em 507.268,83 €, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 7.922.210,92 €.

Relativamente aos resultados extraordinários em 2014 que, com referência ao ano de 2013, diminuíram cerca de 3%, no montante de 82.370,52 €.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que perentoriamente influenciou na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 8.429.479,75 €. A atividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 95%, expurgado o resultado líquido.

Em síntese, conclui-se que todas as componentes de resultados contribuíram positivamente para a melhoria do resultado líquido de 2014.

O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta das Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Quadro 74 – Indicadores Financeiros

Capitais Permanentes / Activo Imobilizado	2011	2012	2013	2014
Estrutura do Activo				
Activo Fixo / Activo Total	90,54%	89,82%	88,81%	86,60%
Activo Circulante / Activo Total	6,00%	3,45%	3,03%	5,90%
Estrutura do Passivo				
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	39,62%	34,03%	8,51%	17,53%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	56,93%	65,97%	91,49%	82,47%
Análise do Passivo Exigível:				
• Coefficiente de Endividamento				
Passivo exigível / Fundos Próprios	56,29%	46,80%	35,00%	30,20%
• Coefficiente de Endividamento a curto prazo				
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	22,30%	15,93%	2,98%	5,29%
• Coefficiente de Endividamento a longo prazo				
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	33,99%	30,87%	32,02%	24,91%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	20,05%	19,34%	21,77%	17,71%
Índice de Liquidez Geral				
Activo Circulante / Passivo a curto prazo	51,07%	39,00%	170,36%	185,31%
Índice de Solvência				
Dividas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	11,76%	8,84%	1,78%	3,18%
Índices de Autonomia Financeira				
Fundos Próprios / Activo Total	52,73%	55,53%	59,65%	60,09%
Capitais Permanentes / Activo Imobilizado	76,89%	79,91%	88,66%	71,03%

Quadro 75 - Rácios

Rácios/Ano	2011	2012	2013	2014
Receita Total per Capita	459,25 €	420,34 €	558,91 €	484,53 €
Receita Total Km2	296.375,97 €	271.268,53 €	360.691,19 €	312.693,94 €
Despesa Total Per Capita	739,84 €	660,39 €	654,46 €	472,49 €
Despesa Total por Km2	477.457,09 €	426.183,87 €	422.355,81 €	304.922,51 €
Receitas Proprias per Capita	214,15 €	219,43 €	227,79 €	256,43 €
Receitas Proprias por Km2	138.204,62 €	141.612,48 €	147.006,23 €	165.489,26 €
Fundos Municipais per capita	130,96 €	123,73 €	123,73 €	120,34 €
Fundos Municipais por Km2	84.515,90 €	79.848,52 €	79.848,52 €	77.659,74 €
Investimento Per Capita	297,08 €	251,89 €	230,66 €	144,00 €
Investimento por Km2	191.722,00 €	162.557,87 €	148.854,62 €	92.932,02 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	111,18 €	85,34 €	100,39 €	99,28 €
Despesas Com Pessoal por Km2	71.749,02 €	55.075,49 €	64.786,80 €	64.072,98 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	20.762,01 €	14.036,77 €	17.076,34 €	17.354,37 €
Dados de Suporte				
Nº habitantes	139.312	139.312	139.312	139.312
Km2	215,87	215,87	215,87	215,87
Receita Total	63.978.681,39 €	58.558.737,17 €	77.862.406,53 €	67.501.240,69 €
Receitas Próprias	29.834.230,97 €	30.569.886,23 €	31.734.235,94 €	35.724.166,83 €
Fundos Municipais	18.244.447,45 €	17.236.900,00 €	17.236.900,00 €	16.764.408,00 €
Investimento -compromissos assumidos	41.387.028,21 €	35.091.368,22 €	32.133.246,18 €	20.061.235,95 €
Custo com pessoal	15.488.460,29 €	11.889.146,48 €	13.985.525,47 €	13.831.434,41 €
Nº efectivos	746	847	819	797
Despesa Total	103.068.662,81 €	92.000.311,92 €	91.173.949,32 €	65.823.621,92 €

II. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 10.438.736,56 € apurado no exercício de 2014, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 1.162.555,57 €;
2. Resultados Transitados o montante de 9.276.180,99 €.

III. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta

O desenho e implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica (SCA) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório, nos termos do n.º 2.8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro na sua atual redação.

Em 2010 iniciou-se um novo projeto de contabilidade analítica com o objetivo de aferir os procedimentos já utilizados e criar novos para a consolidação dos mesmos. Este projeto teve apoio do Consultor e Assessor Autárquico Dr. Pedro Mota e Costa.

A implementação do Sistema Contabilidade Analítica, apresentou como principais objetivos, de acordo com o estabelecido no POCAL:

- Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- Facilitar a determinação da base de suporte à fixação das taxas e preços públicos, em conformidade com RGT e LFL;
- Apoiar a adoção de decisões sobre a produção de bens e serviços com conhecimento profundo dos seus proveitos e custos;
- Permitir comparar o desempenho da Autarquia com outras entidades públicas e privadas que realizem atividades similares.

Como principais informações que o modelo poderá fornecer, face à sua avaliação da performance da atividade económica autárquica podemos obter:

- Custo das intervenções da por Administração Direta;
- Quantificar os custos dos serviços prestados e bens produzidos;
- Determinar o custo das atividades e projetos municipais;
- Quantificar o custo das transferências para outras Entidades;
- Determinar o custo dos Equipamentos Municipais;
- Quantificar os custos por unidades orgânicas, edifícios e reparações do património municipal.

Uma correta implementação do SCA obriga à intervenção da informação dos sistemas aplicativos MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA – Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM – Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ – Gestão de Máquinas;
- ARM – Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;

- PAT – Património: Gestão de Imobilizado;
- PES – Gestão de Pessoal.

A implementação do SCA iniciou-se no ano 2010 no Município de Santa Maria da Feira, sendo que os resultados obtidos em 2014, são ainda insuficientes para serem utilizados na tomada de decisões de gestão estratégica, por razões que se prendem com a recente aprendizagem no manuseamento da estrutura de custos criada nas aplicações e de todos os registos decorrentes da mesma.

No entanto, irá ser elaborado um estudo aos procedimentos no processo de implementação da contabilidade de custos na orgânica da Biblioteca Municipal e Museu do Papel.

As aplicações informáticas que servem de suporte ao sistema de contabilidade de custos a estas orgânicas são as OBM, ARM e POCAL.

As OBM e o ARM, servem para se proceder ao envio de requisições internas e externas de bens e serviços para o desenvolvimento das atividades definidas para o ano civil. O POCAL, como a aplicação que engloba todas as aplicações, que consiste no registo contabilístico dos documentos e respetivas imputações.

Obras por Administração Direta

O ano 2014 apresentou 342.151,30 € de custos em obras por administração direta, uma vez que, quando a obra é concluída passa para o imobilizado definitivo.

Esta passagem para o imobilizado é feita através da conta 75 – Trabalhos para a Própria Entidade por contrapartida da respetiva conta de Imobilizado.

O mapa que se segue demonstra as obras que tiveram esse efeito.

Quadro 76 – Obras Por Administração Direta

OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR
MANUTENÇÃO NO EDIFÍCIO PARQUE MÁQUINAS	20.850,34 €
PINTURA EXTERIOR DO EDIFÍCIO DAU I	5.890,46 €
MANUTENÇÃO DO ESTALEIRO	14.451,09 €
MANUTENÇÃO BIBLIOTECA S. PAIO OLEIROS	3.404,10 €
MANUTENÇÃO MUSEU PAPEL	4.678,09 €
MANUTENÇÃO MERCADO MUNICIPAL	1.240,46 €
MANUTENÇÃO CANIL	3.171,26 €
MANUTENÇÃO ESCOLAS NO CONCELHO	123.285,58 €
BOMBAGEM ÁGUA PEDREIRAS DAS PENAS	2.117,34 €
MANUTENÇÃO CAMPO DESPORTIVO S. JOÃO VÊR	11.329,36 €
REPARAÇÃO COLECTOR DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS	1.789,74 €
REPOSIÇÃO GRADES DE SEMIDOUROS - RUA ESTRADA REAL - FIÃES	1.481,74 €
TAPAMENTO COVAS - AV ESTADIO E RUA ESCOLA MORTAIS	2.508,11 €
REPARAÇÃO DE ALUIMENTO DO COLECTOR-Z.I. CASALINHO	2.434,49 €
INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ELECTRICAS NA ALAMEDA ROBERTO VAZ DE OLIVEIRA	2.848,12 €
REPOSIÇÃO SUMIDOUROS-VIA PEC-S.JOÃO VER	1.297,49 €
PINTURA MURO EMPREITADA ILHA DE GUEDES	1.331,59 €
SINALIZAÇÃO VERTICAL E EXECUÇÃO VEDAÇÃO PARCELA TERRENO-RUA 1-Z.I.CASALINHO	1.443,49 €
REPARAÇÃO/RECONSTRUÇÃO- RUA DO PAÇO-S.JOAO VER	1.693,57 €
REPARAÇÃO ALUIMENTO DE PAVIMENTO-RUA ELISIO CASTRO	4.042,17 €
REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS-RUA PADRE ZE	6.312,87 €
REPARAÇÃO DO COLECTOR PUBLICO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS	1.926,69 €
MURO DE SUPORTE DE ARRUAMENTO MUNICIPAL	1.297,04 €
COLECTOR PUBLICO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS - RUA JOSE SOARES SA	5.991,49 €
MURO DE SUPORTE DE ARRUAMENTO MUNICIPAL-RUA DO CASAL-S.MIGUEL SOUTO	4.822,97 €
DRENAGEM SUPERFICIAL DAS AGUAS PLUVIAIS-RUA DO OUTEIRO	14.480,91 €
PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS EM ARGONCILHE	4.844,19 €
DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS-AVENIDA 5 DE OUTUBRO E RUA ANTONIO MARTINS SOARES LEITE-FEIRA	1.051,86 €
COLECTOR PUBLICO DA REDE DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, NA TRAVESSA DA QUEBRADA-MOZELOS	1.544,05 €
COLECTOR DA REDE DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS-RUA NOSSA SENHORA DAS NEVES-FIAES	1.151,63 €
DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS-TRAVESSA DO ESTANQUEIRO-MOSTEIRO	1.510,31 €
PAVIMENTAÇÃO BETUMINOSA ARRUAMENTOS REDE VIARIA EM NOGUEIRA REGEDOURA	2.209,50 €
COLECTOR ZI CASALINHO-LOUROSA	2.425,79 €
COLECTOR PUBLICO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, NA RUA DAS LEVADAS-FIAES	2.900,50 €
DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, COM LIGAÇÃO AO COLECTOR PUBLICO, NA RUA NOSSA SENHORA DA SAUDE-FORNOS	2.069,76 €
PAVIMENTOS A SEMI-PENETRAÇÃO BETUMINOSA E A BETAO BETUMINOSO, EM DIVERSOS ARRUAMENTOS DA REDE VIARIA MUNICIPAL DA FREGUESIA DE ARRIFANA	8.166,87 €
REPARAÇÃO COLECTOR TRAVESSA JOAO PAULO II-LOUROSA	1.941,27 €
COLECTOR DA REDE PUBLICA DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS EM MANILHAS DE BETAO-RUA 1º DEZEMBRO-LOUROSA	2.424,25 €
CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM HIDRAULICA-RUA DAS ARADAS-FIAES	2.666,82 €
DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA RUA QUINTA DA BOAVISTA-ESPARGO	2.331,15 €
PASSAGEM HIDRAULICA DA REDE PUBLICA DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA RUA BURGO DE RYFANA-ARRIFANA	4.584,07 €
COLECTOR DA REDE PUBLICA DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS-AVENIDA DO MONTE DE CIMA-PAÇOS BRANDAO	1.990,17 €
PAVIMENTAÇÃO-RUA BAIRRO SOCIAL-LOUROSA	1.139,64 €
EXECUÇÃO DRENAGEM-RUA NOSSA SENHORA FATIMA-GUISANDE	1.011,78 €
REPARAÇÃO COLECTOR-TRAVESSA DA QUEBRADA-MOZELOS	2.978,49 €
REPARAÇÃO AREA ALUIDA-RUA ANTERO ANDRADE E SILVA-FEIRA	4.029,82 €
REPOSIÇÃO DE GRADES E SEMIDOUROS NO CONCELHO	21.256,30 €
MURO SUPORTE ARRUAMENTO MUNICIPAL-RUA DO FUNDO DE VILA, ENTRONCAMENTO C/ R. MANUEL J. CONCEIÇÃO, LUGAR 2 IGREJAS, ROMARIZ	21.802,52 €
TOTAL.....	342.151,30 €

A Biblioteca Municipal presta como principais bens e serviços a RCLP (Rede Concelhia de Leitura Pública), Eventos/ Extensão Cultural, Núcleo Pedagógico, sistemas de informação, cafetaria, Art@biblio, outras não diferenciadas e custos gerais.

O quadro abaixo apresenta os custos da Biblioteca Municipal.

Quadro 77 – Custos da Biblioteca Municipal

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	491.524,31 €
Amortizações	12.953,52 €
Eletricidade	37.942,28 €
Água	2.258,99 €
Limpeza	24.298,67 €
Comunicações	902,28 €
Total.....	569.880,05 €

O Museu do Papel, por sua vez tem como principais bens e serviços produção de papel, conceção e produção de produtos de loja, comunicação e imagem, iniciativas culturais, serviços educativos, gestão museológica, cafetaria, outras não diferenciadas, conservação e custos gerais.

O quadro abaixo demonstra os custos do Museu do Papel.

Quadro 78 – Custos do Museu do Papel

Composição dos Custos	
Custos com Pessoal	94.779,88 €
Amortizações	18.887,69 €
Eletricidade	10.526,46 €
Água	353,23 €
Limpeza	11.692,76 €
Comunicações	700,69 €
Total.....	136.940,71 €

IV. Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1 Caracterização da Entidade

8.1.1. Identificação

Município de Santa Maria da Feira

Apartado 135

4524-909 Santa Maria da Feira

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km².

N.º de eleitores: 126 101 dos quais fazem parte 20 cidadãos da União Europeia e 34 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de

Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 41, 2ª Série, de 27 de fevereiro de 2015.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reestruturação de serviços foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião ordinária que teve lugar no dia 13 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012, com a adaptação da estrutura orgânica do Município nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, ao DL n.º 305/2009 de 23 de Outubro, o que na prática se traduziu numa redução do número de unidades orgânicas e, por conseguinte, do número de dirigentes/chefias e respetiva despesa passamos de 37 unidades orgânicas para 27 e de 1 subunidade orgânica para 4, correspondendo em termos totais a uma redução de 7 dirigentes/chefias.

8.1.4. Descrição sumária das atividades

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto à data de 31 de dezembro de 2014 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ José Manuel da Silva Oliveira – Vice-presidente - Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes
- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude

- ✓ Vitor Carlos Latourrette Marques – Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde
- ✓ Helena Maria de Sá Portela – Vereadora de Administração e Finanças
- ✓ António Gil Alves Ferreira – Vereador da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus
- ✓ Eduardo Marques dos Santos Cavaco
- ✓ Mário António Pinho de Oliveira
- ✓ Susana Alexandra Lopes Correia
- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7. Outras informações relevantes

- ❖ Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da Ação: 04/11/2011

Assunto: Controlo impacto financeiro no PPTH e PREDE

Entidade: IGF

- ❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 foram aprovados em 2014 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 28 de outubro de 2014 e 24 de novembro de 2014, respetivamente.

❖ Indicadores de Gestão:

Participação fixa no IRS.....	3.027.428,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente.....	10.389.591,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital.....	1.154.399,00€;
Fundo Social Municipal.....	2.192.990,00€;
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	48.833.669,18€;
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação.....	28.141.741,78 €;

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

8.2.2. – Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2014 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício.
- Alteração do método de amortizações por duodécimos para amortizações anuais.

8.2.3. – Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Investimentos financeiros

Partes de Capital – em virtude de termos obtido em tempo oportuno a maioria das contas das participadas relativamente ao exercício de 2014, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

8.2.7. – Movimentos do Ativo Imobilizado

Ativo Bruto								2014
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final	
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
451 Terrenos e Recursos Naturais	2 114 234,79 €	- €	506 486,32 €	1 650,00 €	- €	- €	2 619 071,11 €	
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
453 Outras Construções e Infra-estruturas	53 435 349,28 €	- €	1 155 815,59 €	- €	- €	- €	54 591 164,87 €	
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182 878,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	182 878,38 €	
459 Outros Bens de Domínio Público	173 852,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	173 852,94 €	
445 Imobilizações em Curso	74 707,10 €	- €	70 771,89 €	- €	- €	- €	145 478,99 €	
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	55 981 022,49 €	- €	1 733 073,80 €	1 650,00 €	- €	- €	57 712 446,29 €	
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
421 Terrenos e Recursos Naturais	49 880 684,23 €	- €	758 469,76 €	197 400,22 €	- €	111 377,45 €	50 330 376,32 €	
422 Edifícios e Outras Construções	149 527 100,08 €	- €	1 586 167,79 €	67 693,55 €	- €	113 258,36 €	150 932 315,96 €	
423 Equipamento Básico	3 527 004,30 €	- €	99 153,26 €	- €	- €	3 557,93 €	3 622 599,63 €	
424 Equipamento de Transporte	2 252 160,81 €	- €	59 257,59 €	241 469,21 €	- €	- €	2 069 949,19 €	
425 Ferramentos e Utensílios	739 793,51 €	- €	20 627,14 €	- €	- €	445,28 €	759 975,37 €	
426 Equipamento Administrativo	4 108 069,07 €	- €	58 343,05 €	- €	- €	13 933,12 €	4 152 479,00 €	
427 Taras e Vasilhames	25 588,03 €	- €	10 130,20 €	- €	- €	- €	35 718,23 €	
429 Outras Imobilizações Corpóreas	9 069 329,13 €	- €	602 755,40 €	- €	- €	120 010,08 €	9 552 074,45 €	
442 Imobilizações em Curso	23 495 761,90 €	- €	11 214 680,12 €	- €	2 553 885,17 €	- €	32 156 556,85 €	
448 Adiantamentos por Contas de Imobilizações Corpóreas	118 202,37 €	- €	- €	- €	- €	- €	118 202,37 €	
	242 743 693,43 €	- €	14 409 584,31 €	506 562,98 €	2 553 885,17 €	362 582,22 €	253 730 247,37 €	
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
411 Partes de Capital	3 081 587,81 €	- €	- €	- €	- €	399,00 €	3 081 188,81 €	
412 Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	2 882 173,05 €	- €	- €	- €	2 882 173,05 €	
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
413 Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	3 081 587,81 €	- €	2 882 173,05 €	- €	- €	399,00 €	5 963 361,86 €	
TOTAL	301 806 303,73 €	- €	19 024 831,16 €	508 212,98 €	2 553 885,17 €	362 981,22 €	317 406 055,52 €	

O valor inscrito em Investimentos Financeiros, do mapa supra, não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Mapa de Amortizações e Provisões - Detalhado

2014

Rubricas	SALDO INICIAL	REFORÇO					REGULARIZ.	SALDO FINAL
		B.INIC	ANOS ANTERIORES	DIVER.	EXERCÍCIO	TOTAL		
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	64 171 585,22 €	- €	1 730 870,32 €	- €	6 777 548,92 €	8 508 419,24 €	1 093 467,36 €	71 586 537,10 €
48.2 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	40 886 274,64 €	- €	1 347 685,42 €	- €	4 065 939,65 €	5 413 625,07 €	1 025 546,53 €	45 274 353,18 €
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2	Edifícios e outras construções	24 031 114,40 €	- €	1 240 627,11 €	- €	3 160 606,72 €	4 401 233,83 €	711 658,25 €
48.2.2.1	Edifícios	15 143 455,80 €	- €	861 309,68 €	- €	1 465 939,00 €	2 327 248,68 €	572 702,46 €
48.2.2.1.01	Habituação	5 554 046,11 €	- €	169 205,05 €	- €	486 885,81 €	656 090,86 €	12 488,06 €
48.2.2.1.02	Instalações de Serviços	1 309 038,22 €	- €	70 808,50 €	- €	116 262,60 €	187 071,10 €	54 047,32 €
48.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	3 799 682,57 €	- €	45 431,52 €	- €	327 134,49 €	372 566,01 €	156 758,58 €
48.2.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitários	153 149,16 €	- €	0,06 €	- €	15 577,88 €	15 577,94 €	- €
48.2.2.1.05	Creches	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.06	Escolas	3 799 394,53 €	- €	530 743,04 €	- €	472 919,87 €	1 003 662,91 €	326 640,50 €
48.2.2.1.07	Lares de terceira idade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08	Outros	528 145,21 €	- €	45 121,51 €	- €	47 158,35 €	92 279,86 €	22 768,00 €
48.2.2.2	Outras construções	8 887 658,60 €	- €	379 317,43 €	- €	1 694 667,72 €	2 073 985,15 €	138 955,79 €
48.2.2.2.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1 844 481,31 €	- €	25 949,54 €	- €	318 284,44 €	344 233,98 €	10 345,03 €
48.2.2.2.02	Esgotos	34 175,81 €	- €	3 950,02 €	- €	6 603,20 €	10 553,22 €	1 328,79 €
48.2.2.2.03	Iluminação pública	491 670,61 €	- €	17 391,49 €	- €	27 256,74 €	44 648,23 €	2 923,90 €
48.2.2.2.04	Parques e jardins	110 450,80 €	- €	2 093,92 €	- €	13 509,39 €	15 603,31 €	19,64 €
48.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	113 073,24 €	- €	9 418,98 €	- €	26 163,64 €	35 582,62 €	4,31 €
48.2.2.2.06	Captação, tratamento e distribuição de água	314 045,31 €	- €	141 529,78 €	- €	160 772,64 €	302 302,42 €	105 378,16 €
48.2.2.2.07	Viação rural	1 631 733,72 €	- €	43 419,95 €	- €	308 335,07 €	351 755,02 €	1 429,64 €
48.2.2.2.08	Sinalização e trânsito	115 352,86 €	- €	3 264,93 €	- €	12 950,67 €	16 215,60 €	0,11 €
48.2.2.2.09	Infra-estruturas para distr.de energia eléctrica	68 655,12 €	- €	578,06 €	- €	12 004,85 €	12 582,91 €	0,57 €
48.2.2.2.10	Infra-estruturas p/tratamento de resíduos sólidos	215 745,46 €	- €	240,75 €	- €	32 220,20 €	32 460,95 €	13 046,76 €
48.2.2.2.11	Cemitérios	37 053,15 €	- €	26 813,85 €	- €	16 072,89 €	42 886,74 €	- €
48.2.2.2.12	Outras	3 911 221,21 €	- €	104 666,16 €	- €	760 493,99 €	865 160,15 €	4 478,88 €
48.2.3	Equipamento básico	2 922 224,28 €	- €	2 119,63 €	- €	103 542,27 €	105 661,90 €	3 305,80 €
48.2.4	Equipamento de transporte	2 168 731,54 €	- €	959,17 €	- €	41 915,27 €	42 874,44 €	247 686,96 €
48.2.5	Ferramentas e utensílios	707 298,55 €	- €	2,85 €	- €	30 479,13 €	30 481,98 €	445,28 €
48.2.6	Equipamento administrativo	3 621 193,57 €	- €	12 393,93 €	- €	142 201,35 €	154 595,28 €	12 979,93 €
48.2.7	Taras e vasilhame	21 484,45 €	- €	- €	- €	4 744,60 €	4 744,60 €	- €
48.2.9	Outras imobilizações corporeas	7 414 227,85 €	- €	91 582,73 €	- €	582 450,31 €	674 033,04 €	49 470,31 €
48.3	De imobilizações incorporeas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.1	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	23 285 310,58 €	- €	383 184,90 €	- €	2 711 609,27 €	3 094 794,17 €	67 920,83 €	26 312 183,92 €
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.2	Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	23 279 401,50 €	- €	383 184,90 €	- €	2 710 908,06 €	3 094 092,96 €	67 920,83 €
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.9	Outros bens de domínio público	5 909,08 €	- €	- €	- €	701,21 €	701,21 €	6 610,29 €
TOTAL.....	64 171 585,22 €	- €	1 730 870,32 €	- €	6 777 548,92 €	8 508 419,24 €	1 093 467,36 €	71 586 537,10 €

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

2014

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	23 279 401,50 €	3 094 092,96 €	67 920,83 €	26 305 573,63 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	5 909,08 €	701,21 €	- €	6 610,29 €
	23 285 310,58 €	3 094 794,17 €	67 920,83 €	26 312 183,92 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	24 031 114,40 €	4 401 233,83 €	711 658,25 €	27 720 689,98 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	2 922 224,28 €	105 661,90 €	3 305,80 €	3 024 580,38 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2 168 731,54 €	42 874,44 €	247 686,96 €	1 963 919,02 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	707 298,55 €	30 481,98 €	445,28 €	737 335,25 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3 621 193,57 €	154 595,28 €	12 979,93 €	3 762 808,92 €
4827 TARAS E VASILHAME	21 484,45 €	4 744,60 €	- €	26 229,05 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7 414 227,85 €	674 033,04 €	49 470,31 €	8 038 790,58 €
	40 886 274,64 €	5 413 625,07 €	1 025 546,53 €	45 274 353,18 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
Total.....	64 171 585,22 €	8 508 419,24 €	1 093 467,36 €	71 586 537,10 €

8.2.8. – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas Anexos*).

8.2.12. – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos por Contrato de Concessão:

Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Arrifana	Sede	Banda Musical de Arrifana - Banda dos Bombeiros Voluntários de Arrifana	10/2010
Arrifana	Parque Público de Lazer	Freguesia de Arrifana	24/2004
Arrifana	Sede e Polidesportivo	Centro de Cultura e Desporto de Arrifana	86/1999
Canedo	Construção de Polo	Cerci-Lamas - Cooperativa de Educação e Reabilitação para a Comunidade Inclusiva, CRL	26/2009
Escapães	Sede	Associação Recreativa e Columbófila de Escapães	09/2002
Escapães	Sede	Rotary Clube da Feira	09/2009
Espargo		Fundação Técnica e Científica do Desporto	46/2005
Fiães	Sede	Grupo Columbófilo de Fiães	28/2002
Gião	Reconstrução / Recuperação da antiga Escola Primária do Outeiro	Freguesia de Gião	6/2011
Gião	Equipamentos	Freguesia de Gião	20/2012
Guisande	Centro de Dia e Lar da Terceira Idade	Centro Social S. Mamede - Guisande	8/2011
Lobão	Lar de Idosos	Centro Social de S. Tiago de Lobão	36/2010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	76/2001
Lourosa	Lar da Terceira Idade	Centro Social de Lourosa	1/2011
Lourosa	Sede	Grupo Cénico de Lourosa	3/2005
Lourosa	Sede	Sociedade Columbófila de Lourosa	47/2001
Mozelos	Sede	Futebol Clube de Mozelos	19/2008
Mozelos	Sede	Grupo Columbófilo de Mozelos	24/2006
Mozelos	Sede	Os Dragões de Mozelos - Associação de Cultura Desporto e Recreio	21/2005
Nogueira da Regedoura	Campo de Jogos	Centro Popular de Trabalhadores de Pousadela	29/2001
Paços de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Paços de Brandão	36/2005
Paços de Brandão	Pavilhão Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandoense	90/2001
Paços de Brandão	Campo de Treinos e respetivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Paços de Brandão	10/2012
Pigeiros	Sede	Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros	6/2010

Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Pigeiros	Campo de Futebol, Polidesportivo e Outros Equipamentos	Freguesia de Pigeiros	69/2012
Rio Meão	Sede para Coletividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Meão	110/2000
Rio Meão	Pavilhão Gimnodesportivo	Juventude Atlético de Rio Meão	49/2001
Sanguedo	Sede	União Columbófila de Sanguedo	41/2003
S. Mª da Feira	Sede	Clube de Caça e Pesca de Santa Maria da Feira	27/1991
S. Mª da Feira	Posto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Feirense	11/2001
S. Mª da Feira	Construção de Polo ...	Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	86/2011
S. Mª da Feira	Utilização como Estaleiro	Freguesia de Santa Maria da Feira	3/2011
S. Mª da Feira	Sede da Junta	Freguesia de Santa Maria da Feira	2/2011
S. Mª da Feira	Sede	Sociedade Columbófila de Vila da Feira	63/2008
S. Mª da Feira	Sede	Grupo Golgota	26/2005
S. João de Vêr	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lavandeira, S. João de Vêr	45/2006
S. João de Vêr	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Vêr	86/2010
S. João de Vêr	Instalação de Equipamento Podesportivo	Freguesia de S. João de Vêr	47/2006
S. Paio de Oleiros	Auditório	Freguesia de S. Paio de Oleiros	13/2007
Travanca	Casa Mortuária	Freguesia de Travanca	07/2011
Travanca	Complexo Desportivo	Freguesia de Travanca	45/2004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Paroquial do Vale	25/2006
Argoncilhe	Polidesportivo e sede da Liga de Melhoramentos e Beneficência da Vergada	Liga de Melhoramentos e Beneficência dos Lugares de Ordonhe, Ramil Vergada e Ermilhe	21/2013
Guisande	Centro Cívico do Viso	Centro Social S. Mamede	15/2014
Fiães	Implantação de Posto Redutor	Lusitâniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	26/2014

8.2.14. – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, devido à sua complexidade artística.

8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

8.2.16. - Mapa das entidades participadas

O valor contante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Entidades Participadas

Designação	Sede	Contribuinte n.º	Capitais Próprios	Resultado Líquido Exercício (2014)	Participação Capital Social	
					Valor	%
Suldouro	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	3.400.000,00 €	2.172.487,00 €	510.000,00 €	15%
Águas Douro e Paiva	Rua de Vilar, 235 - 5º Edifício Scala 626 Porto	4050- 503537624	20.902.500,00 €	2.452.397,18 €	484.750,00 €	2,33%
Sociedade de Turismo	Rua dos Descobrimtos, 12 R/C Esq. 4520 Santa Maria da Feira	504134353	250.000,00 € -	150.293,03 €	125.000,00 €	50%
Feira Viva EM	Rua Comendador António Martins Soares Leite - Apartado 160 4524-909 Santa Maria da Feira	505120151	564.488,43 €	74.947,22 €	692.230,83 €	100%
Simria	Rua Capitão Sousa Pizarro, 60 3810-076 Aveiro	503929441	16.712.225,00 €	1.568.254,41 €	700.120,00 €	4,19%
Terras de Santa Maria - Isvouga	Rua António de Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	50.000,00 € -	186.171,71 €	4.987,98 €	10%
Feira Park	Edifício Atrium Saldanha - Praça de Saldanha, n.º 1-6º Piso - 1050-094 Lisboa	508272378	630.000,00 € -	112.811,57 €	75.000,00 €	11,90%
Primus	Avenida dos Aliados, 236 - 1º 4000-065 Porto	502823305	813.859,02 €	14.934,74 €	100,00 €	0,06%
Energiaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, nº 476, Sala 23 4410-136 S. Félix da Marinha	504454536	- €	68.275,50 €	30.000,00 €	20%
FAM - Fundo Apoio Municipal	Rua Tenente Espanca, 20 1050-223 Lisboa	513319182	650.000.000,00 €	- €	2.882.173,05 €	0,44%

8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 - Clientes, contribuintes e no final do ano de 2014 totalizava o montante de 38.210,10 €, conforme se pode constatar no balanço a 31 de dezembro de 2014. Estas dívidas dizem respeito principalmente a taxas de loteamento e obras, trabalho por conta de particulares, entre outras.

8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

A informação aqui invocada consta em Mapas em Anexo.

Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09	CONTAS DE ORDEM	4.641.609,77 €	4.641.609,77 €	2.021.834,34 €	2.021.834,34 €	- €	- €
09.1	RECIOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCÍCIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCÍCIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.077.097,45 €	3.025.337,73 €	104.500,38 €	422.740,84 €	- €	1.266.480,74 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	2.076.185,95 €	2.613.964,57 €	104.500,38 €	405.030,28 €	- €	838.308,52 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	2.613.964,57 €	- €	405.030,28 €	- €	3.018.994,85 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.076.185,95 €	- €	104.500,38 €	- €	2.180.686,33 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	406.695,66 €	- €	17.710,56 €	- €	424.406,22 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	406.695,66 €	- €	17.710,56 €	- €	424.406,22 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPÓSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	911,50 €	21.418,63 €	- €	- €	- €	20.507,13 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	4.677,50 €	- €	- €	- €	4.677,50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
09.3	CAUÇÕES E GARANTIAS PRESTADAS AO MUNICÍPIO	- €	1.578.061,94 €	347.607,91 €	1.146.985,21 €	- €	2.377.439,24 €
09.3.1.01	PRESTADA	- €	16.741,13 €	- €	- €	- €	16.741,13 €
09.3.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	- €	1.561.320,81 €	347.607,91 €	1.146.985,21 €	- €	2.360.698,11 €
09.3.2.01	PRESTADA	- €	1.561.320,81 €	- €	1.146.985,21 €	- €	2.708.306,02 €
09.3.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	347.607,91 €	- €	347.607,91 €	- €
09.3.3	LOTEAMENTOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.9	CONTRAPARTIDA	2.526.302,22 €	38.210,10 €	1.569.726,05 €	452.108,29 €	3.605.709,88 €	- €
09.9.1	RECIOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	948.240,28 €	- €	422.740,84 €	104.500,38 €	1.266.480,74 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	1.578.061,94 €	- €	1.146.985,21 €	347.607,91 €	2.377.439,24 €	- €
Total		4.641.609,77 €	4.641.609,77 €	2.021.834,34 €	2.021.834,34 €	- €	- €

Contas de Ordem

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	2.564.512,32 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	2.526.302,22 €	Garantia e Cauções Devolvidas	452.108,29 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	1.569.726,05 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	3.682.130,08 €
		Garantias e Cauções	3.643.919,98 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
Total geral	4.134.238,37 €	Total geral	4.134.238,37 €

O POCAL apenas obriga à contabilização dos valores titulados por documentos, os que são prestados ao Município, omitindo a obrigação dos valores titulados por documentos mas prestado pelo Município a entidades externas pelo que abaixo se procede à divulgação das garantias emitidas:

Banco	Benefeciário	Valor
Santander totta	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61.200,00 €
Santander totta	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19.000,00 €
Santander totta	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3.000,00 €
Novo banco	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52.872,58 €
Novo banco	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28.930,28 €
Banco comercial português	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165.102,10 €
Banco comercial português	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7.481,97 €
Banco comercial português	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11.677,48 €
Millennium BCP	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira - Secção Cível - J2	452.596,00 €
Banco comercial português	E.P. - Estradas de Portugal, SA	5.000,00 €
Banco comercial português	E.P. - Estradas de Portugal, SA	5.000,00 €
Caixa geral de depósitos	Comissão C. Região Norte	404.738,61 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	15.921,63 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	1.084,89 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	110.913,66 €
Total		1.356.864,46 €

No âmbito das garantias prestadas pela autarquia a favor de terceiros, conclui-se que no fim do exercício de 2014 as mesmas totalizavam o montante de 1.356.864,46 €.

8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Código Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	2.520.924,25 €	965.512,60 €	- €	3.486.436,85 €
29.2	Provisões para riscos e encargos	1.223.353,65 €	1.814.125,82 €	- €	3.037.479,47 €
39	Provisões para depreciação de existências	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

O saldo final das provisões no exercício de 2014, ascendeu a 6.650.295,23€, tendo ocorrido um aumento no montante de 2.779.638,42 € relativamente ao ano anterior.

Foram provisionadas todas as dívidas em mora há mais de 6 meses, sendo que no final da conta “ Provisões para Cobrança Duvidosa” obteve um aumento equivalente a 965.512,60 €, consequência da dificuldade de cobrança das rendas de habitação social, das refeições escolares e da taxa de recolha de resíduos sólidos.

Relativamente às provisões para existências o valor das provisões manteve-se inalterável, em virtude da existência em stock de artigos com baixa rotatividade.

As provisões para riscos e encargos referem-se a processos judiciais que foram alvo de identificação do risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso, conforme o seguinte quadro.

Processo n.º	Valor reclamado 2014	Valor reclamado 2013
469/06. OBEVIS	99.180,25 €	99.180,25 €
680/1999 do 4º Jcivil do Tjudicial de Santa Maria da Feira	183.843,00 €	603.207,87 €
714/06.1Bevis	- €	11.195,33 €
767/09.OBEVIS	143.614,25 €	143.614,25 €
1110/12.7TBVFR	175.985,00 €	175.985,00 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	15.000,00 €	15.000,00 €
6237/11.OTBVFR	- €	120.525,00 €
678/12.2BEAVFR	- €	54.645,95 €
3134/14.OTBVFR	2.419.856,97 €	
Total	3.037.479,47 €	1.223.353,65 €
Reforço		1.814.125,82 €

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa, resultante da não indicação por parte dos advogados acerca da probabilidade da sentença.

De acordo com o princípio da prudência, quando existir informação com base na probabilidade alta de ocorrência, o Município deverá efetuar as devidas provisões.

8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5 Fundos Proprios				
51 Patrimonio	86 906 742,97 €	25 136,43 €	151,65 €	86 931 727,75 €
57 Reservas	8 541 281,57 €	609 552,96 €	60 557,08 €	9 090 277,45 €
57.1 Reservas legais	2 659 126,89 €	- €	- €	2 659 126,89 €
57.5 Subsídios	2 487 843,98 €	41 494,92 €	557,08 €	2 528 781,82 €
57.6 Doações	1 869 172,05 €	568 058,04 €	60 000,00 €	2 377 230,09 €
57.7 Reservas decorrentes da transferência de activos	1 525 138,65 €	- €	- €	1 525 138,65 €
59 Resultados Transitados	51 231 499,86 €	11 550 510,75 €	- 1 339 528,94 €	64 121 539,55 €
59.01 Aplicação de Resultados	62 098 719,97 €	12 812 374,93 €		74 911 094,90 €
59.02 Ajustamentos Financeiros - MEP	28 113,90 €	- €	- €	28 113,90 €
59.99 Outras Variações de Capital	10 839 106,21 €	1 261 864,18 €	1 339 528,94 €	10 761 441,45 €
Total	146 679 524,40 €	12 185 200,14 €	- 1 278 820,21 €	160 143 544,75 €

Tal como sucedido em anos anteriores, também em 2014 foram efetuadas correções ao balanço inicial, tendo-se verificado um aumento de 24.984,78 €. Não obstante os valores contabilizados a título de correções ao balanço inicial terem vindo a diminuir substancialmente nos últimos exercícios económicos, face aos montantes outrora registados, continuam a ser identificados factos patrimoniais com impacto no ativo imobilizado do Município que à data de elaboração do balanço inicial não foram devidamente referenciados, requerendo por isso a realização das respetivas correções.

Assim, solicita-se à Excelentíssima Câmara, no âmbito de competência que lhe é conferido pelo artigo 33º, nº 1, i), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação de uma alteração à conta 51 – Património no valor de 24.984,78 € proveniente das regularizações ao inventário dos bens do imobilizado.

Conta Geral	Diminuições	Aumentos	Alteração
42.1	151,65 €	25.136,43 €	24.984,78 €

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência. Assim:

Na conta 57.5 – Subsídios – foram contabilizados os valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

Designação	Valor
Verba referente à comparticipação FEDER - Centro Escolar de Souto, Nogueira da Regedoura	2.562,09 €
Verba referente à comparticipação FEDER - Centro Escolar Igreja Lobão	5.382,99 €
Verba referente à comparticipação FEDER - Centro Escolar de Arraial Sanguedo	1.596,47 €
Verba referente à comparticipação FEDER - Centro Escolar de Valrico, Souto	4.309,05 €
Verba referente à comparticipação FEDER - Centro Escolar Chão do Monte	26.530,16 €
Verba Final do projeto PROMUSEUS	557,08 €

Na conta 57.6 – Doações

Durante o exercício económico de 2014, foram doados/cedidos ao Município os seguintes terrenos, devidamente aprovados pelo Executivo Camarário, que abaixo se inúmera em quadro próprio:

Descrição	Área	Freguesia	Valor
Parcela de Terreno	424 m2	S. João de Vêr	1.000,00 €
Parcela de Terreno	151 m2	Lourosa	755,00 €
Parcela de Terreno	13 m2	Lourosa	65,00 €
Parcela de Terreno	19 m2	Santa Maria Lamas	95,00 €
Parcela de Terreno	437,33 m2	Fiães	1.636,04 €
Parcela de Terreno	825 m2	Sanguedo	4.125,00 €
Parcela de Terreno	784 m2	Romariz	3.920,00 €
Parcela de Terreno	410 m2	Mozelos	2.050,00 €
Parcela de Terreno	1217 m2	Mozelos	6.085,00 €
Parcela de Terreno	1950 m2	Mozelos	9.750,00 €
Parcela de Terreno	537 m2	Mozelos	2.685,00 €
Parcela de Terreno	270 m2	Fornos	1.350,00 €
Parcela de Terreno	950 m2	Fornos	4.750,00 €
Parcela de Terreno	26 m2	Escapães	52,00 €
Parcela de Terreno	257 m2	Escapães	1.285,00 €
Parcela de Terreno	17241 m2	Rio Meão	86.205,00 €
Parcela de Terreno	130 m2	Escapães	650,00 €
Parcela de Terreno	3 m2	Caldas S. Jorge	15,00 €
Parcela de Terreno	44 m2	Fornos	220,00 €
Parcela de Terreno	9165 m2	Santa Maria Feira	45.825,00 €
Parcela de Terreno	220 m2	Lourosa	1.100,00 €
Parcela de Terreno	47 m2	Sanguedo	235,00 €
Parcela de Terreno	52438 m2	Santa Maria Feira	262.190,00 €
Parcela de Terreno	219 m2	Fornos	1.095,00 €
Parcela de Terreno	1960 m2	Lobão	9.800,00 €
Parcela de Terreno	2238 m2	Rio Meão	11.190,00 €
Parcela de Terreno	497 m2	S. Miguel de Souto	2.485,00 €
Parcela de Terreno	159 m2	Rio Meão	795,00 €

A conta 59 - Resultados Transitados encontra-se subdividida em:

59.01 – Aplicação de Resultados – destina-se de acordo com o POCAL ao registo do Resultado Líquido do Exercício anterior, que foi no montante de 12.812.374,93€ conforme deliberado pela Reunião Extraordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 22 de abril de 2014.

59.99 – Outras Variações de Capital – foi movimentada por regularizações, das quais se destacam no seguinte quadro:

Resultados Transitados - conta 59.99		10 839 106,21 €
Diminuição		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	176 587,47 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2014. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proventos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	671 598,13 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	30 997,61 €	
Regularização de faturas de bens para centros escolares	99 663,59 €	
Regularização de Terrenos	100 563,00 €	
Regularização da amortização de 2013 dos Bens Adquiridos em 2013	136 730,33 €	Regularização da amortização de 2013 dos Bens Adquiridos em 2013 e cálculo de amortizações por duodécimos que não estava a ser feito corretamente
Aumentos		
Regularização de faturas de bens para centros escolares	27 679,43 €	
Regularização de Terrenos	1 306,38 €	
Valor imputado incorretamente a uma obra em curso	1 902,93 €	
Regularização das Amortizações	1 070 572,99 €	Cálculo das amortizações por duodécimos não estava a ser feito corretamente
Pagamento de IVA - Processo DGTF	37 013,64 €	
TOTAL		10 761 441,45 €

No decurso do ano de 2014, e em virtude de a aplicação não proceder corretamente ao cálculo das amortizações por duodécimos, o Município decidiu, regressar ao cálculo anual das amortizações, do qual resultou a regularização das amortizações acima identificadas

8.2.29. – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Contas	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	713.179,57 €	=	150.120,18 €	+	716.267,84 €	+	12.157,24 €	-	141.051,21 €
36.2	3.712,37 €	=	0,69 €	+	3.712,70 €	+	0,33 €	-	0,69 €
36.3	90.407,63 €	=	86.790,93 €	+	93.547,98 €	+	4.472,64 €	-	85.458,64 €
36.5.1.1	183.908,86 €	=	11.987,96 €	+	192.808,68 €	+	1.434,80 €	-	19.452,98 €
36.5.1.2	21.194,76 €	=	5.559,62 €	+	25.984,61 €	+	586,57 €	-	9.762,90 €
36.5.1.3	19.624,18 €	=	67,36 €	+	19.565,51 €	+	2,17 €	-	6,52 €
36.5.2.1	10.155,48 €	=	278,96 €	+	10.052,04 €	+	- €	-	175,52 €
36.5.2.2	5.808,29 €	=	3.608,24 €	+	9.365,41 €	+	16,11 €	-	7.149,25 €
36.5.3	28.695,05 €	=	17.838,81 €	+	30.890,24 €	+	3.534,53 €	-	16.499,47 €
36.5.4	55.070,48 €	=	48.766,20 €	+	53.646,26 €	+	15,01 €	-	47.356,99 €
36.5.5	28.392,23 €	=	7.497,43 €	+	28.115,68 €	+	167,62 €	-	7.053,26 €
36.5.6	22.973,40 €	=	3.442,84 €	+	22.741,31 €	+	97,24 €	-	3.113,51 €
36.5.7	1.106,80 €	=	75,89 €	+	1.121,27 €	+	- €	-	90,36 €
36.5.8	47.634,72 €	=	122.839,64 €	+	46.103,99 €	+	2.394,66 €	-	118.914,25 €
36.5.9.1	15.513,33 €	=	678,25 €	+	15.415,04 €	+	0,41 €	-	580,37 €
36.5.9.3	9.680,56 €	=	5.589,86 €	+	12.889,61 €	+	781,05 €	-	8.017,86 €
36.5.9.9	2.143,07 €	=	72,70 €	+	2.158,37 €	+	- €	-	88,00 €
TOTAIS	1.259.200,78 €		465.215,56 €		1.284.386,54 €		25.629,54 €		464.771,78 €

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
681 Juros suportados	766 629,99 €	1 131 355,23 €	781 Juros Obtidos	91 073,45 €	111 969,91 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira	399,00 €	85 265,58 €	784 Rendimentos de participações de capita	212 204,93 €	125 925,10 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamentp Obtidos	2 650,50 €	5 406,91 €
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	46 168,72 €	36 333,63 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros		
Resultados Financeiros	- 507 268,83 €	-1 009 652,52 €			
Total	305 928,88 €	243 301,92 €	Total	305 928,88 €	243 301,92 €

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos registando em 2014 um total no montante de 507.268,83 €, salientando-se contudo uma variação de 502.383,69 € em relação ao ano de 2013.

Durante o ano de 2014, verificou-se uma descida no montante de juros obtidos face a 2013, cerca de 20.896,46 €. Esta descida deveu-se sobretudo à relação entre os montantes aplicados durante o exercício e o tempo de aplicação dos mesmos, e à redução de taxas de juro oferecidas pelas entidades bancárias.

Será de salientar a descida da conta de custos “juros suportados” no montante de 364.725,24 €, comparativamente ao ano de 2013. Esta descida deveu-se sobretudo ao facto da queda da Euribor nos diversos prazos, situação esta que se vem a verificar desde meados do ano de 2011 e principalmente devido ao facto de ter terminado cinco empréstimos

8.2.32. – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
691 Transferências de capital concedidas	1 406 967,49 €	1 608 621,56 €	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	25 644,96 €	15 497,90 €	793 Ganhos em existências	15,42 €	21 399,97 €
694 Perdas em imobilizações	81 452,41 €	242 768,28 €	794 Ganhos em imobilizações	509 561,03 €	539 654,80 €
695 Multas e Penalidades	5 253,11 €	1 205,00 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	284 697,68 €	58 550,14 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisões		272 765,95 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	12 664,09 €	916 958,54 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	1 798 341,47 €	2 679 000,46 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	163 855,91 €	129 561,65 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	1 619 748,01 €	1 777 396,73 €
Resultados Extraordinários	2 516 525,64 €	2 434 155,12 €			
Total	4 212 363,61 €	5 348 768,05 €	Total	4 212 363,61 €	5 348 768,05 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2014, apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 2.516.525,64 €, contra o período anterior que registou um resultado de 2.434.155,12 €.

No âmbito dos proveitos e ganhos as rubricas determinantes para a formação do resultado foi a conta de “Correções relativos exercícios anteriores” que registou uma descida no montante de 904.294,45 € relativamente ao ano transato.

8.3. Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1. - Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2014 foram efetuadas:

- ❖ Dezasseis alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Duas revisões ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- ❖ Dezasseis alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Dezasseis alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Duas revisões ao Plano Plurianual de Investimentos.

8.3.3. – Outras Informações Relevantes

1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “ Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se descrevem os processos em causa.

Processo n.º	
1083/2001 - Recurso contencioso	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto /J
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/CR
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J
6662/09.6TBVFR	2ªª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
110/09.9 BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
114/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
115/13.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
117/13.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
119/13.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
369/12.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
890/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
208/06.5 BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
190535/12.7 YIPRT-1ª Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
978/12.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
6/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
8/10.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
54/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
886/13.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
921/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
65/14.8RBVFR	Comarca de Aveiro, Santa Maria da Feira J1
390/14.5yiprt	Balcão Nacional de Injunções
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
726/14.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
825/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
993/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1123/14.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
2544/14.8TBVFR	2ªª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira

9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e o número 1 do seu artigo 62º, o qual, estabelece que, sempre que se verifique, nos últimos 3 anos, o resultado líquido negativo, as participações locais são objeto de alienação obrigatória (artigo 66) encontrando-se nesta posição, as empresas FeiraPark SA e Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira.

Após informação financeira, foi solicitado apoio jurídico de como se proceder a esta alienação, pelo que, já se iniciaram todos os procedimentos legais para se agir em conformidade com o dispositivo legal.

No que diz respeito ao FeiraPark, as contas provisórias de 2014 foram a reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2015, na qual foi apresentado um plano para dissolução e liquidação da sociedade, sendo prevista uma tomada de decisão no decurso do presente ano, de forma a cumprir o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.